

MANDATO XII
ATA Nº. 23/2020

SESSÃO ORDINÁRIA DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020

*Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, nesta cidade de Braga, no grande Auditório do Fórum Braga, pelas dezoito horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Segunda Secretária. **MAIORIA LEGAL - A SRª. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e três membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Hugo Alexandre Lopes Soares, João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Maria Manuela de Freitas Marques, José Raúl de Oliveira Rodrigues, João Diogo Fernandes Ferreira, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Ricardo Machado de Azevedo, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, Fausto Alves Farinha, António Joaquim Tavares Fidalgo, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos*

Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Catarina Lourenço Ribeiro, Emiliano Renato Araújo Noversa, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, Bárbara Seco de Barros, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, João Jorge Ferreira Baptista, Rita Costa Pinto de Barros, António Meireles de Magalhães Lima, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, João José da Costa Pires, Daniel Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, Manuel Gomes de Oliveira, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes de Oliveira, António Rolando Pimenta e Silva, Carmindo João Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado, João Lamego Moreira, César Manuel Faria Gomes, Maria José Fernandes Borges, Isabel Cristina Fernandes da Silva, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Manuel Pereira de Faria, Manuel Joaquim Ferreira Coelho e Paulo Manuel Vilaça Ferreira. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO:** A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: João Alberto Granja dos Santos Silva, Maria Ester da Silva Taveira, Serafim Figueiral Rebelo, Américo dos Santos Afonso, Bento Duarte da Silva, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, Fernando Manuel Martins Viana, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, Carlos André da Silva Alves de Sá, Fernando Manuel Gonçalves Sá

*Menezes, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Carla Maria da Costa e Cruz, Paula Maria de Azevedo da Cunha, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira e Maria Alexandra Nogueira Vieira. **FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:** Manuel Carlos Ferreira da Silva e Maria Elizabete Marques da Silva. Passou-se ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**. Neste período registou-se a intervenção do **SR. MIGUEL DA SILVA LOPES**, para dizer que:”*

Na Assembleia Ordinária do dia trinta de abril de dois mil e dezoito vim à Assembleia Municipal, trazer o meu testemunho, (em nome de uma Cidadania Ativa do Movimento de Voluntariado), sobre o projeto do Monte do Picoto. As razões que me levaram a desafiar as eco escolas, a promover junto do Município uma série de iniciativas, que culminassem com a criação de um bosque dominante de espécies Autóctones. Sobre essa minha intervenção, tenho a lamentar que o trabalho desenvolvido, quer pelas escolas, quer pelos muitos participantes em nome individual, quer por parte das empresas que se associaram nas mais diversas iniciativas de plantações e de combate às invasoras infestantes. Lamento, que o trabalho levado a cabo na plantação de milhares de espécies, na sua maioria tiveram o triste fim de não resistirem e terem secado. Mais lamento, que o projeto, apoiado pelo Fundo Ambiental, que representa um investimento global de cento e noventa e cinco mil euros, tendo sido obtido para o efeito um montante de financiamento de cento e sessenta e cinco mil euros, tivesse sido elaborado a régua e esquadro, e se plantassem algumas árvores a cerca de oitenta centímetros e a um metro ou metro e meio de distância de árvores nascidas no local, ou já plantadas pelas muitas das intervenções que as eco escolas e grupos de cidadãos e empresas ali levaram a cabo. Dessas, muitas também não sobreviveram. Secaram! Por má planificação. Porte das árvores dois a quatro metros estrutura fina, sem se terem adaptado ao solo, por não terem sido feitas algumas análises

ao PH, ou uso de sementeira de herbáceas leguminosas que fizesse o azotamento (que julgo ter sido proposto). Procurei saber quem projetou, planeou e foi o responsável pelo projeto lançado a concurso Público. A Empresa que executou a empreitada, tentou mudar alguns planeamentos, propondo alterações que pudessem contribuir para que o projeto fosse mais bem-sucedido em termos de adaptação ao solo das espécies que constavam no caderno de encargos. Chamei a atenção por diversas vezes, em troca de emails, em conversas que tive com o vereador Altino Bessa, e conversas com membros do gabinete do Vereador. Nas visitas que fiz e faço ao Monte do Picoto, deparo-me com muitas dessas centenas de árvores, uma percentagem muito significativa, secaram. Posso quase garantir, mais de cinquenta por cento das duas mil árvores. O combate às espécies Invasoras /infestantes, tem sido a minha preocupação, quer no Monte do Picoto, quer em muitas de outras zonas do concelho mais próximas da cidade, que após os incêndios de dois mil e dezassete têm vindo a ter um domínio significativo, sobre todas as outras espécies, até mesmo em zonas em que os eucaliptos eram a cultura abundante, em espaços e terrenos privados, sem qualquer regulamentação de limpeza e controlo, por parte do Município. A Resolução da Assembleia da República número cento e um barra dois mil e dezanove, de dezoito de julho, recomenda ao Governo a elaboração e implementação de um Plano de Ação Nacional para a Vigilância e Controlo e erradicação das espécies florestais exóticas invasoras. Estas recomendações feitas pela Assembleia da República, contrastam com as metodologias levadas a cabo no Monte do Picoto, por uma equipa de sapadores florestais, que contratados pelo Município têm efetuado a limpeza com o corte por meios mecânicos (uso de roçadoras), cortando tudo a eito. Propus em novembro, organizar um grupo de voluntários, alguns já identificados com as iniciativas, de proceder ao arranque nas zonas onde o seu

tamanho é de fácil arranque, seriam erradicadas com essa intervenção mais de dez mil exemplares. Em muitas das minhas idas, fiz o teste e para arrancar cem unidades, levaria cerca de vinte minutos. O uso das ferramentas de corte e desbaste, vai proporcionar às zonas dominadas pelas acácias e mimosas, em tamanho pequeno germinadas pelas sementes existentes no solo, na zona intervencionada, numa grande parte do terreno, da plantação das duas mil espécies autóctones, ao abrigo do Projeto Apoiado pelo fundo ambiental. A falta de regulamentação dos espaços verdes em Braga, às normas em que os espaços deveriam ser mantidos, e o tipo de espécies arbóreas a respeitar, ou a plantar, contribui para que projetos como o que está a ser levado a cabo nas camélias, se construa uma escada de alto abaixo, e fiquem no interior de algumas zonas dos degraus, Quercus Suber (sobreiros) Pinheiros, pelo menos visíveis fora da zona de limitação de acesso (pela colocação de uma rede) podemos observar. Recomendo ao Sr. Presidente do Município, que seja criado um gabinete, composto por técnicos qualificados, arquitetos paisagistas, arborista, técnicos que possam estudar o espaço urbano da cidade, fazer um levantamento das espécies a plantar, estudar as espécies a serem substituídas, por não garantirem condições de estar onde estão, e se estudem as espécies mais aconselhadas para o espaço urbano que contribuam com as finalidades que elas representam e não só pela sua beleza, mas no efeito que elas desempenham com a produção do oxigénio, retenção do dióxido de carbono, e ensombrar de algumas zonas para que as temperaturas no verão não venham a atingir valores de aquecimento global que a (ONU) tem recomendado de forma insistente, nos últimos anos e que parece que anda tudo desatento em Braga e essas questões têm passado ao lado da classe política. Ou se o Município de Braga fica fora de ter serviços competentes em tomar decisões, de fazer planeamento estruturante, como Municípios vizinhos

como Guimarães, e destaco Lousada que acompanho com muito interesse, dos projetos estruturantes que estão a levar a cabo com a comunidade, para a comunidade, para o presente e para o futuro. Recomendo, entre outros regulamentos Municipais, que se olhe para o Regulamento da cidade de Lisboa, onde as normas e as regras sobre as plantações, as intervenções nas árvores, e toda a regulamentação possa vir a ser adotada por este executivo antes das eleições no ano de dois mil e vinte e um”. A segunda intervenção foi protagonizada pela **SR^a. ANA CÁTIA CERQUEIRA MORAIS**, para dizer que: “Venho por este meio questionar a Câmara Municipal de Braga sobre quais são as políticas e regulamentos em vigor que regem o acesso dos cidadãos aos projetos de obras de carácter público. É compreensível a impraticabilidade da alteração de projetos na sua fase de execução, por isso o cidadão deverá ter acesso em tempo útil aos documentos necessários para poder esclarecer-se e exercer os seus direitos de cidadania e democracia participativa. Há cerca de dois meses aproximadamente surgiu inquietação pública sobre o projeto do Parque Camélias. Nessa data alguns cidadãos tentaram obter informação detalhada sobre este projeto, consultando o website da CMB e interpondo pedidos de acesso no Balcão Único de Atendimento. Recentemente vieram a público imagens que levantam a suspeita de que ali estejam a ser cometidas agressões a sobreiros causadas pelas obras. Saliento nesta Assembleia que o sobreiro é uma árvore de grande importância para o nosso país e como tal encontra-se protegido pela Lei portuguesa desde a Idade Média. Entendo que, não devem ser, assim, toleradas quaisquer obras que representem uma agressão à árvore nacional nem a outras espécies protegidas pela Lei. Um plano de comunicação e um regulamento do arvoredo urbano claros trariam grandes benefícios à cidade e resolveriam o alarme social gerado em torno do abate. Os cidadãos esclarecidos

*não questionam abates recomendados por estudos técnico-científicos sérios com divulgação pública. (Assim, quando ocorrem abates de árvores devidamente identificadas em estudos prévios, tais como alguns dos ocorridos na Rua trinta e um de janeiro, não existe razão para contestação.) Saúda-se assim a realização e futura publicação do novo estudo, tal como foi feito, e bem, com o primeiro. Outro caso, muito diferente é o abate e a poda lesiva por motivos fúteis ou desconhecidos. A CMB deverá encetar todos os esforços ao seu dispor combatendo o abate sem sentido e esclarecendo o cidadão com argumentos técnico-científicos, bem como realizar paralelamente ações de caráter pedagógico junto da população contribuindo à mudança de mentalidades no sentido de uma maior consciência ambiental. Termino esta intervenção com duas solicitações e um apelo: solicito que sejam averiguadas todas as possibilidades de facultar aos cidadãos o acesso aos projetos de obras decorrentes no município, na crença de que políticas de privacidade de empresas não deverão vedar o cidadão do acesso ao que é público e para o qual todos contribuímos. Solicito que seja efetuada uma revisão e análise dos tempos de espera dos pedidos de projetos efetuados pelos cidadãos. Apelo a que seja abandonada de uma vez por todas a retórica de chamar a um abate de uma árvore de cem anos, uma substituição. Não se trata de nenhuma substituição pois o valor biológico de uma árvore antiga saudável não é equiparável ao plantio de uma, nem duas, nem três árvores jovens. Quaisquer contas meramente numéricas servem apenas para tranquilizar aqueles que já estavam tranquilos e para agudizar a inquietude dos cidadãos com preocupação ambiental”. Seguiu-se a terceira intervenção, proferida pelo **SR. PEDRO PINHEIRO AUGUSTO**, referindo que: “O corte de árvores sãs para construir uma ciclovia, em vésperas de reunião entre cidadãos e o Vereador Miguel Bandeira para discutir alternativas que as preservassem (que existiam), não só*

desprezou a democracia como espoliou crescente contestação pública às economicistas e erradas políticas ambientais da Câmara Municipal de Braga. Os bracarenses não querem saber de diplomas ambientais a la minute. Querem ver o seu ambiente refletir cuidado, preservação, biodiversidade e progresso contínuo. Em vez disso, a perceção existente é negativa a todos os níveis, nomeadamente de projetos mantidos em segredo, sem adequada discussão pública, aprovados acriticamente, sem valorização do parque arbóreo urbano, de frequentes cortes de árvores sem aviso ou explicações prévias, sem que sejam repostas as árvores. Muitas vezes, seguem-se explicações atabalhoadas que, por vezes, insultam a inteligência dos bracarenses, como as que esperam que acreditem que os benefícios locais de uma árvore adulta continuam a existir, mas em local distante, providenciados por um rebento de árvore que provavelmente morrerá vítima de falta de cuidados e de água, como tantos outros, antes. Os efeitos das alterações climáticas previstos em Braga incluem o aumento de dias de calor extremo, dos períodos de seca, da frequência de fenómenos de pluviosidade extrema e inundações na cidade, acarretando graves consequências sobre os mais frágeis (idosos, crianças e enfermos) e sobre as atividades económicas. É urgente a adaptação da cidade às alterações climáticas e as árvores são fundamentais, filtrando a poluição, providenciando sombra e resguardo do sol inclemente, atenuando as ilhas de calor urbano, retendo água e sequestrando carbono de forma permanente, constituindo autêntico tesouro e património da cidade. Durante os últimos anos, temos assistido ao abate reiterado e sucessivo do arvoredado urbano, ao abrigo do vazio legal que entrega o destino das árvores a considerações arbitrárias, falta de fundamento científico nos seus cuidados, desprezo quando de execução de trabalhos na via pública, ausência de planeamento na sua gestão e expansão, comprometendo o futuro dos bracarenses,

*que assistem impotentes e crescentemente revoltados. Pelo exposto, é necessária e urgente a criação de um Regulamento Municipal do Arvoredo Urbano, à semelhança do existente na cidade de Lisboa, por exemplo, com o objetivo de criar um quadro de atuação que promova e sistematize as intervenções da autarquia e terceiros no planeamento, implantação, gestão e manutenção do arvoredo, tipifique as infrações mais frequentes, regule contraordenações e fixe as respetivas coimas. Um Regulamento, além de criar as condições para proteger e expandir o arvoredo urbano, ajudará a sanar a relação entre o município e os seus cidadãos, recolocará Braga na senda do progresso e antecipará legislação para o combate dos efeitos das alterações climáticas, mas que, certamente, virá demasiado tarde para tanto património arbóreo bracarense ...”. Produziu-se a quarta e última intervenção através do **SR. CARLOS MANUEL RIBEIRO DA SILVA DOBREIRA**, que disse: “No passado dia cinco de dezembro estive na inauguração da requalificação do Mercado Municipal de Braga. Na placa exposta, pode ler-se: "Sua Excelência, o Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio." O título oficial de Sua Excelência é usado na correspondência para o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Ministros, Secretários de Estado, Embaixadores/as e no caso de Arcebispos, Bispos e Núncios (acrescentando-se Reverendíssima). Mesmo no tratamento, são raras as personalidades que são tratadas por Sua Excelência. Face ao exposto, solicito a retirada da placa de inauguração da requalificação do Mercado Municipal de Braga. É um embaraço causado ao nome da cidade e do concelho. Vivi naquela zona, durante três anos e meio, como estudante universitário, e comparo as duas placas, uma do estado novo e a outra já num regime democrático, e penso que até nem deveria ter placa, pura e simplesmente, Câmara*

Municipal de Braga ou cinco de dezembro de dois mil e vinte - Inauguração da requalificação do Mercado. Não é necessário por títulos. Todos crescemos, podemos ser o que quisermos, ao longo da vida. Têm o meu exemplo. Uma pessoa de famílias humildes em que todos nós singramos na vida e tanto lidamos com pessoas que dormem na rua, na trinta e um de janeiro, no Porto, como um Secretário-geral da ONU, ou um Presidente da República e nunca nos apresentamos com esses títulos. Eleição de João Granja como Presidente da Comissão Política do PPD/PSD e a entrevista à RUM. No seguimento de entrevista à Rádio Universitária do Minho - RUM (dezoito de novembro de dois mil e vinte), o recém-eleito Presidente da CP do PPD/PSD de Braga, em meu entender, foi infeliz quando se referiu à mais que provável eleição do atual Presidente para um terceiro mandato. Subestimou o valor e a capacidade das mulheres e dos homens deste concelho que tentam construir alternativas à gestão do mesmo nas próximas Eleições Autárquicas dois mil e vinte e um. Mas o que mais me chocou foi um parágrafo do texto da RUM quando se fez uma referência às dificuldades de género, admitindo o também deputado que "existem e são reais". Cito ainda: "...o presidente eleito para a concelhia do PSD avança que "há uma aposta séria e forte" nesta matéria. "Tenho senhoras que querem participar nas listas que têm limitações profissionais e familiares, mas a participação é importante e cria uma característica especial nas lógicas de governação autárquica. É uma questão fácil de denunciar, mas muito difícil de construir, mas é um caminho que se faz caminhando se colocarmos esta nota na lista de prioridades", argumenta. Senhor Deputado, foi infeliz também na referência à condição da mulher bracarense e aconselho-o a concretizar a ascensão de uma mulher à liderança da Coligação, já nestas Eleições. Não acredito na unanimidade do PPD/PSD de Braga em relação ao atual edil. Leia também o

*artigo Desigualdades de género em tempo de pandemia, de Carla Cerqueira, de nove de julho de dois mil e vinte, ou Papa Francisco - Um passo gigante para o futuro da igualdade, de Liliana Pereira, de vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte. Afirmações do Sr. Vereador do Ambiente à RUM. A quinze de dezembro de dois mil e vinte, a RUM editou uma notícia intitulada "CM Braga pede novo estudo à UTAD para avaliar oitenta árvores sinalizadas para abate". A notícia abordava a encomenda da Câmara de Braga de um novo relatório à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, para avaliar o parque arbóreo do concelho show-off e inimigo das árvores. Nesta notícia chamou-me à atenção a afirmação do Vereador do Ambiente. A certa altura, pode ler-se: "Ainda assim, a segunda apreciação não estava prevista. Segundo Altino Bessa, uma nova avaliação foi pedida porque "um determinado tipo de grupos, até políticos, lançou uma desconfiança enorme sobre as competências dos serviços camarários". "Lamento que exista essa suspeita por parte de pessoas que só têm interesses políticos e não ambientais", refere. Nesse sentido, venho perguntar ao Vereador do Ambiente para esclarecer a que tipo de grupos se refere e se pode identificar nomes para cabal esclarecimento das suas afirmações". Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve início com a intervenção do Sr. **Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** do seguinte teor: "Eu vim aqui por uma razão muito simples. Na última sessão da Assembleia Municipal e devido à desafetação de um terreno na freguesia de Palmeira, foi aqui dito, que o que tinha dito não correspondia à verdade, ou seja, que não houve um antecedente relativamente à possibilidade da verba que a venda desse espaço poderia ir de encontro às necessidades duma freguesia. Foi aqui dito quer pelo Senhor Presidente da Câmara, quer pelo Senhor Deputado João Granja, a quem desejo rápidas melhoras e lhe envio daqui um grande abraço que,*

efetivamente, não correspondia à verdade, que não era verdade. Tive o cuidado, dois dias depois, de remeter ao Senhor Presidente, ao Senhor Deputado João Granja e à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, um mail que diz que no dia três de julho de dois mil e vinte, em reunião da Câmara Municipal, foi aprovada a desafetação dum terreno com quinhentos e muitos metros quadrados na freguesia de Palmeira, que mereceu o parecer favorável da Junta de Freguesia, desde que parte do dinheiro fosse destinado à aquisição de moinhos na Ponte do Bico. Fica, aqui, este esclarecimento, porque eu pugno pela verdade e sempre que digo alguma coisa costumo alicerçá-la na verdade e na realidade dos factos havidos. Já o fiz relativamente ao Senhor Presidente da Câmara, ao Sr. Deputado João Granja e à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, mas tinha que o fazer relativamente a todas as pessoas que aqui estiveram. Fica, aqui, a informação. Foi pena, porque na altura, não quis dizer o nome da freguesia. Foi pena que o Senhor Presidente da Junta de Palmeira não tivesse vindo aqui assumir isso”. A palavra foi dada à **Sr^a. Deputada do P.S.D., NATACHA SOFIA MIRANDA FONTES**, para proceder à apresentação de um **Voto de Pesar**, do seguinte teor: “Foi no passado dia vinte e três de novembro que Braga viu partir o Dr. Fernando Sá Menezes, aos oitenta e nove anos de idade. Nascido em Braga, estudou Medicina na Universidade de Coimbra e foi ainda Médico residente estrangeiro no Hospital Universitário de Madrid. Em mil novecentos e sessenta e quatro, realizou o exame de equivalência de Pediatria e Puericultura pela Ordem dos Médicos em Coimbra. Regressado à sua cidade natal, integrou o serviço de Pediatria do Hospital de São Marcos tendo mais tarde assumido a direção clínica deste serviço, cargo que desempenhou com enorme paixão e sempre com sentido de missão animado pelos mais nobres princípios. Foi também Presidente da Comissão Instaladora e Primeiro Diretor do Hospital, após o vinte e cinco de

abril. Contribuiu, de forma inquestionável, para a afirmação do Hospital de São Marcos como unidade de saúde de referência no norte de Portugal. Homenageado e distinguido em diferentes fóruns, nomeadamente por esta Assembleia Municipal em dois mil e dezoito, recebeu, também a medalha de ouro da cidade de Braga em dois mil e catorze. Braga ficou mais pobre, perdeu "o médico pediatra de todos", "o amigo de sempre". Atrevo-me a dizer que poucos serão, dos aqui presentes, aqueles que não tenham cruzado o seu caminho com este notável Senhor. Uma figura ímpar, de fortes convicções e valores humanistas admiráveis, com espírito de sacrifício, colocava a criança e o seu bem-estar sempre em primeiro lugar, independentemente de qualquer condicionante. De uma genialidade surpreendente, são inúmeras as lembranças que dele ficam. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a dezassete de dezembro de dois mil e vinte, delibera aprovar: Um - O voto de pesar pela morte do Dr. Fernando Sá Menezes e o cumprimento de um minuto de silêncio em sua memória; Dois - Endereçar as sentidas condolências à sua família e amigos; Três - Recomendar o seu nome à comissão de toponímia para atribuição a uma das artérias do concelho". Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para apresentar outro **Voto de Pesar** que dizia: "Foi com estupefação e consternação que a Cidade de Braga teve conhecimento do falecimento de um dos maiores nomes da Cidade de Braga, o Dr. Fernando Franklim Ribeiro da Silva Sá Menezes! Nascido em Pousada, Braga no dia vinte e seis de outubro de mil novecentos e trinta e um e viveu a sua infância em Miranda do Corvo! Licenciou-se em Medicina em mil novecentos e cinquenta e nove pela Universidade de Coimbra! Foi Médico no Hospital Universitário de Madrid onde se especializou em Puericultura e Pediatria para depois se radicar na sua cidade Natal onde exerceu toda a vida a

sua atividade profissional! Foi diretor do Hospital de São Marcos em Braga de mil novecentos e setenta e cinco a mil novecentos e oitenta e um. Foi diretor clínico e do serviço de Pediatria até ao fim da sua atividade! Foi também Deputado Municipal em Braga sendo um nome histórico do PPM já que foi um dos fundadores! Mas o que fez do Dr. Fernando Sá Menezes um Homem especial? Exerceu a profissão de uma forma abnegada, recusando-se sempre a entrar no mercantilismo que hoje em dia é tão usual na Medicina e cumpriu escrupulosamente o juramento de Hipócrates! Ajudou sempre os meninos com poucas posses ou mesmo sem recursos económicos! Apoiou muitas vezes os filhos daqueles que outrora abastados, recusavam a mostrar a sua pobreza escondida! Era incansável na dedicação aos seus meninos independentemente do estrato social, da condição económica ou da orientação política dos seus Pais! E foram cerca de sessenta anos de dedicação! A sua espontaneidade, aliada a uma capacidade de raciocínio rápido e ao seu sentido de humor apuradíssimo fez com que surgissem na Cidade muitas histórias deliciosas! Era um bom ouvinte e convivia bem com as opiniões diferentes sem nunca deixar de dar a sua que era sempre aquilo que lhe vinha da alma, doesse a quem doesse! Tinha também um sentido de Justiça que o fazia, se fosse necessário, dar dois murros na mesa para fazer valer o respeito aos injustiçados! Se a sua voz era forte, o seu coração era de Ouro e isso fez com que a dívida de gratidão permitisse que em vida fosse homenageado e que aquando do seu falecimento, os votos de pesar e os agradecimentos ao grande Pediatra e ao Homem Bom se multiplicassem como já não havia memória! Por essas razões, o PPM propõe que esta Assembleia Municipal reunida no dia dezassete de dezembro de dois mil e vinte aprove um voto de pesar, em memória de tal eminente figura e que o transmita à sua Família!” Outro Voto de Pesar foi apresentado, agora pelo Sr. Deputado do

C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS, que referia: *“Há muitos bracarenses que se tornaram verdadeiros ícones humanistas para Braga e para os seus cidadãos. Entre estes encontra-se o Dr. Fernando Sá Menezes que tantos apelidam de "o nosso Sá Menezes". O Dr. Sá Menezes era e será sempre nosso, de Braga, dos bracarenses. O seu falecimento a vinte e três de novembro deste ano trouxe um estado de surpresa e perda para os bracarenses, que muito dificilmente seria de esperar, pois todos achávamos que o Dr. Sá Menezes seria eterno. Não podemos ficar indiferentes a uma perda tão significativa para todos nós. O Dr. Sá Menezes vigora na sociedade bracarense como um dos "espíritos" da medicina, da pediatria, da cidadania, do humanismo que conferia a tudo a quanto se dedicava. O Dr. Sá Menezes era mais que o médico e/ou pediatra. Ao longo do seu percurso académico/profissional e pessoal pautou sempre a sua atuação com uma simbiose entre o ofício e a entrega a causas de relevo. Distinguiu-se sempre pela forma genuína com que se aproximava e falava com quem o procurava. Um homem do Minho que fez sempre questão de manter a sua essência. De trato simples e de uma nobreza rara, foi um benemérito na sua área. O Dr. Sá Menezes não olhava a medicina como uma mera profissão, mas como um meio de fazer mais, de ajudar quem o procurava. Foi pediatra de tantos bracarenses, tantos que hoje lamentam esta perda incomensurável. Médico de profissão, mas ainda mais médico de alma. A leveza social era-lhe tão inata ao ponto de lhe permitir mover-se em diferentes contextos sociais e profissionais. O Dr. Sá Menezes foi um impulsionador de Braga. Ele viu, sentiu e fez esta cidade à sua maneira. De figura espartana, sabia quando tinha que mostrar um sorriso mais delicado. Certo é que estes atributos fazem do Dr. Sá Menezes o médico e o pediatra de todos. Vetados a esta inestimável perda, há tantos que hoje se sentem menos "meninos" e "meninas". A sua postura suntuosa*

causava impacto a todos quantos entravam pela primeira vez no seu consultório e que, a partir desse momento, se deixavam conquistar pelo seu intelecto tão funcional e direto, chegando a todos. O CDS não podia ficar indiferente ao desaparecimento do Dr. Sá Menezes. Para alguns será lembrado como médico, diretor do antigo Hospital de São Marcos, pediatra, cidadão exemplar. Para outros permanecerá como amigo, conselheiro, gerador de bons, longos e aliciantes diálogos. Certo é que o homem que cuidou de tantos que hoje o choram merece esta singela homenagem. Com pesar, apraz-nos concluir com um sentido e saudoso "muito obrigado, Dr. Fernando Sá Menezes". Como alguém disse numa dos milhares de mensagens de homenagem dirigidas ao Dr. Sá Menezes: "...a vida é demasiado curta para os Homens Grandes, não cabe numa história a sua história..." Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia dezassete de dezembro de dois mil e vinte, promove um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Fernando Sá Menezes, acompanhado de um minuto de silêncio em sua homenagem. Propõem também, que a Câmara Municipal de Braga atribua o seu nome na toponímia da cidade; assim como junto das entidades competentes, equacione a atribuição do seu nome a um centro de saúde da cidade de Braga, ou até mesmo, ao novo hospital de Braga". Postos à votação foram os referidos votos de pesar **aprovados por unanimidade, seguidos de um minuto de silêncio.** Foi apresentada uma **Declaração de Voto** pelo Sr. Deputado do P.S., **PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, referindo que: "Apenas para dizer que o PS, por uma questão de economia de tempo e de gestão daquilo que é o período de antes da ordem do dia, até porque tem também uma homenagem pública de dois ex-autarcas que passaram por esta câmara, não trouxe hoje esta homenagem que, naturalmente, perfilha e que subscreve. Foi com muito agrado que pela minha voz, em dois mil e dezoito, também neste órgão, nos associamos a uma

*homenagem pública ao Doutor Fernando Sá Menezes e é, naturalmente, com o mesmo sentimento de pesar, mas, também de elevado reconhecimento pelo tanto que deu à sua terra e à sua comunidade, que hoje o PS, não poderia deixar de subscrever o conteúdo integral de todos os votos antes aqui apresentados”. Usou, depois, da palavra a Sr^a. Deputada do P.S., **CLÁUDIA PATRÍCIA SERAPICOS ALVES**, para apresentar um **Voto de Pesar** do seguinte teor: “A violência doméstica é crime público e denunciar é uma responsabilidade coletiva. A violência doméstica não pode ser vista como uma fatalidade. É um atentado aos Direitos Humanos e atravessa grupos e estratos sociais e económicos, idades e regiões. Em Portugal, cerca de cinco mulheres por mês são vítimas de formas de violência extremas e, em mais da metade dos casos há um desfecho fatal. Têm-se assistido a um aumento da taxa de incidência do femicídio consumado em Portugal. No passado dia vinte e cinco de novembro assinalou-se o "Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres". De luto e em luta pelas quinhentas e trinta e quatro mulheres que entre dois mil e quatro e trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove perderam a vida, vítimas de femicídio. Esta é uma luta de todos e de cada um, para sensibilizar e alertar a sociedade pelo fim de qualquer manifestação de violência contra as raparigas e mulheres em contexto de relações de intimidade, familiares e no trabalho. Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida a dezassete de dezembro dois mil e vinte homenageia estas quinhentas e trinta e quatro mulheres e respeita um minuto de silêncio em sua memória”. Posto à votação foi o referido voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. Seguiu-se a intervenção da Sr^a. Deputada do P.S., **PAULA JULIETA RAMADA FERREIRA CAMELO**, para apresentar outro **Voto de Pesar** que destacava: “António Almeida, antigo Presidente da Junta de Freguesia de São Victor, em Braga,*

faleceu aos setenta e quatro anos de idade, vítima de doença prolongada, no passado dia vinte e um de outubro. Este militante do Partido Socialista, desde os alvares da democracia em Braga, esteve ao serviço da maior freguesia do distrito de Braga, como seu Presidente da Junta, entre mil novecentos e oitenta e dois e mil novecentos e noventa e sete. António Almeida foi um dos impulsionadores da Associação Nacional das Freguesias (ANAFRE), tendo chegado a ser membro da Direção deste organismo que contribuiu para a dignificação do degrau do poder local democrático mais próximo das populações. Reconhecendo o seu papel de autarca e por ter sido um apaixonado pela causa pública, foi com sentido de enorme perda que Braga acolheu esta triste notícia. O nome de António Almeida fica sempre associado à História da Freguesia de São Vítor, do concelho de Braga e do poder local. Foram décadas de dedicação à causa pública e, cujo património deixado, nos deve orgulhar a todos. O António Almeida foi um grande militante socialista e um, ainda maior, Presidente de Junta de uma Freguesia que é, seguramente, a comunidade que é, pela dedicação do António Almeida às gentes de São Vítor. Com a morte de António Almeida, Braga, o poder local e São Vítor ficaram todos mais pobres, mas hoje somos melhores pelo exemplo e dedicação do António Almeida, sempre na linha da frente, pronto para o combate associativo e para novos desafios. A honra e o espírito de serviço do António Almeida são invioláveis. Nas pessoas da Elisa, da Isabel, da Joana e do Carlos, a Assembleia Municipal de Braga estende a toda a família um abraço de solidariedade nesta hora de pesar e presta homenagem a este valente soldado do poder local democrático em São Vítor e em Braga”. Posto à votação foi o referido voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. A Sr^a. Deputada do P.S., **CATARINA LOURENÇO RIBEIRO**, usou da palavra para apresentar outro **Voto de Pesar** que salientava: “Com vinte e um anos de

*dedicação à freguesia de São Paio de Merelim, sempre eleito pelo PS, João Manuel Ferraz Soares faleceu no dia da implantação da República em Portugal, com setenta anos de idade. Presidente da Junta de Freguesia de Merelim São Paio durante três mandatos, de mil novecentos e noventa e sete a dois mil e nove, serviu com dedicação e empenho a causa pública honrando os princípios e valores socialistas, desde quando começou a sua atividade como tesoureiro da Junta de Freguesia durante três mandatos, até ser eleito presidente em mil novecentos e noventa e sete. Filho de uma família de comerciantes, depois de frequentar o Liceu em Braga, começou a estudar na Universidade do Porto, mas o serviço militar obrigou-o a interromper os estudos. Após a prestação do serviço militar, começou a trabalhar na Caixa de Previdência e depois na Direcção Geral de Alfândegas. Os seus amigos descrevem-no como um homem pacato e solidário que nunca virou a cara aos desafios que lhe pediram para servir a comunidade a que pertencia. João Manuel Ferraz Soares é um dos construtores do desenvolvimento harmonioso de Braga em que as aldeias não se esvaziaram à custa do crescimento da cidade, ao dotar a freguesia com equipamentos que trouxessem bem-estar aos habitantes de São Paio de Merelim, entre os quais se destacam a praia fluvial, o pavilhão gimnodesportivo, o alargamento da rede viária, a renovação da Sede da Junta de Freguesia e o apoio a coletividades desportivas e culturais. A Assembleia Municipal de Braga associa-se à homenagem ao antigo autarca socialista e endereça à família - especialmente aos dois filhos e esposa - sentidos votos de pesar pela perda deste construtor do poder democrático que engradeceu São Paio de Merelim e o concelho de Braga". Posto à votação foi o referido voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. Depois foi a vez do Sr. Deputado do P.P.M., **PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, apresentar um outro Voto de*

Pesar, que dizia: “Faleceu no passado dia onze de novembro de dois mil e vinte o Arquiteto Gonçalo Pereira Ribeiro Telles, licenciado em Engenharia Agronómica pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, foi também por esta Universidade que tirou o curso de Arquitetura Paisagística o qual exerceu tendo notáveis trabalhos no seu curriculum! Foi fundador e Presidente da Juventude Agrária e Rural Católica. Em mil novecentos e cinquenta e sete criou, juntamente com Francisco Sousa Tavares, o Movimento dos Monárquicos Independentes que depois originou o Movimento dos Monárquicos Populares, em clara oposição ao regime do Estado Novo! Apoiou a candidatura de Humberto Delgado em mil novecentos e cinquenta e oito. Em mil novecentos e sessenta e nove integrou a Comissão Eleitoral Monárquica, na coligação Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD). Em mil novecentos e setenta e um fundou a Convergência Monárquica agremiando os vários grupos monárquicos existentes! No pós vinte e cinco de abril foi cofundador do PPM tendo participado nos segundos e terceiros Governos provisórios como subsecretário de Estado do Ambiente e mais tarde Ministro de Estado e da Qualidade de Vida do sétimo Governo Constitucional! A ele se deve a criação da Reserva Agrícola Nacional, a Reserva Ecológica Nacional, bem como as bases para os Planos Diretores Municipais! Foi também fundador do Movimento Alfacinha e fundou em mil novecentos e noventa e três também o MPT! Português, Democrático, Monárquico, ecologista e comunalista, o Arquiteto Ribeiro Telles sempre primou pela defesa do meio ambiente sem ser fundamentalista! Sempre batalhou por não se estragar aquilo que o Homem construiu, ao longo dos tempos, no campo e na cidade! Defendeu sempre as cidades com a coabitação de espaços verdes o mais naturais possíveis e com a integração das espécies autóctones! Dizia: "Quando o Homem destrói a paisagem provoca a vitória das forças antagónicas da Natureza!"

*A obra negativa do Homem"! Demonstrou a importância da retenção das águas da chuva nas encostas com maior declive, para permitir uma infiltração máxima por forma a alimentar as nascentes que acabam por retardar a ida dessas águas para os rios evitando cheias imprevistas! Foi dos primeiros a ter uma preocupação na pegada ecológica já que sempre defendeu que a produção dos produtos hortícolas e frutícolas deveria ser efetuada nas periferias das Cidades para reduzir o impacto ambiental! Henrique Barrilaro Ruas definiu-o da seguinte forma: "Católico consciente e prático, sempre o vi decidido ao servir o bem comum, segundo as suas capacidades e as circunstâncias. Patriota ardente e firme, compreende que a grandeza de Portugal está na fidelidade às suas raízes e no universalismo. Monárquico convicto é-o num misto de exigente racionalidade e de vivência espontânea. Cientista e técnico, integra o conhecimento e a arte numa sabedoria de inspiração transcendente. É bom ter sido seu companheiro, ser seu amigo. Por essas razões, o PPM propõe que esta Assembleia Municipal reunida no dia dezassete de dezembro de dois mil e vinte aprove um voto de pesar, em memória de tal eminente figura e que se pense em dar o seu nome a uma das matas do Parque das Sete Fontes, se possível uma mata que possua sobreiros já que era a árvore preferida do Arquiteto Ribeiro Telles!". Posto à votação foi o referido voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA**, para proceder à apresentação de um **Voto de Congratulação** do seguinte teor: "No dia vinte e sete de novembro último, foi assinado entre a AGERE e a BRAVAL, por um lado, e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e entidades com fins públicos, por outro, um importante acordo de empresa que define os direitos e deveres de mais de setecentos*

trabalhadores. Este acordo, cujas negociações iniciaram no ano de dois mil e dezanove, foi possível logo que o orçamento de estado deixou de congelar as atualizações pecuniárias e decorreram também este ano apesar da atual situação pandémica. Este acordo reforça o direito à igualdade no acesso ao emprego, reforça a proibição da discriminação, reforça a proibição do assédio bem como consagra a indemnização por ato discriminatório. Por outro lado, apesar deste acordo entrar em vigor, no quinto dia após a sua publicação oficial, a tabela remuneratória nele consagrado entra vigor a um de julho, o que significa que os trabalhadores receberão retroativos de meio ano de dois mil e vinte. Além do subsídio de triagem de resíduos, de montante de zero vírgula quarenta euros por cada hora de serviço prestado para os trabalhadores da BRAVAL, foi também criado um subsídio de prevenção para os seus trabalhadores escalonados para intervir na área do biogás e da informática zero vírgula vinte e cinco euros por hora. Finalmente ficaram totalmente clarificadas a integração do subsídio de turno e o acréscimo da retribuição por trabalho noturno, integrantes da retribuição aquando do subsídio de férias e de Natal. Relativamente ao trabalho suplementar deixa de ser paga apenas a vinte e cinco por cento a primeira hora, ou a respetiva fração, mas passam todas a ser remuneradas a trinta e sete e meio por cento em dia normal de trabalho. Foram também consagradas trinta e cinco horas como tempo normal de trabalho, bem como situações específicas, no seguimento do escopo de serviço público que rege estas duas empresas, onde, com os devidos fundamentos, poderão ser antecipadas ou adiadas algumas horas, nunca por períodos superiores a uma semana. Além do mais, o período mínimo de férias, de vinte e dois dias úteis, poderá ser aumentado quer pelo decorrer de dez anos de serviço, quer pela avaliação positiva de desempenho, além de serem considerados como feriado, os feriados municipais, a terça feira de carnaval, bem

como será considerada tolerância de ponto, quer o dia anterior a um de janeiro, quer a segunda feira de Páscoa. Foi alargado também o período de faltas justificadas, quer para o caso dos trabalhadores, que, sendo bombeiros, têm de ocorrer a situações de sinistro, bem como aqueles que têm de se ausentar ao trabalho para doação gratuita de sangue. No caso das retribuições foram redefinidas as tabelas profissionais e respetivas retribuições de base, as suas regras de integração, bem como regras no processo de progressão baseadas numa justa e rigorosa avaliação de desempenho. Não menos importante foi a integração nos quadros da BRAVAL de quarenta e dois trabalhadores, anteriormente subcontratados a uma empresa de trabalho temporário, situação necessária aquando do arranque da central de valorização orgânica e triagem mecânica. Medida importante foi o mecanismo de participação dos trabalhadores nos resultados da empresa, quando existam resultados líquidos iguais ou superiores a quatro milhões de euros. Este acordo reflete a importância da gestão moderna desta administração municipal, sempre preocupada com o seu principal ativo que são os seus trabalhadores, as suas condições sociais e de trabalho, entendendo as pessoas que trabalham quer na AGERE, quer na BRAVAL, como indispensáveis ao trabalho de excelência que se pretende prestar à população. As próprias declarações de satisfação e elogio à conclusão deste acordo da empresa quer pelos dirigentes quer do STAL, quer do SINTAP refletem a vantagem que este acordo tem para os trabalhadores, com reflexo no desempenho do seu trabalho em prol da população. Em todo o universo municipal o presente acordo de empresa servirá como exemplo de processo a seguir no futuro. Assim sendo, a Assembleia Municipal de Braga, na sua sessão realizada em dezassete de dezembro de dois mil e vinte, delibera: Congratular-se pela feitura deste acordo de empresa entre BRAVAL e a AGERE, com as estruturas sindicais do SINTAP e

*STAL que aumenta significativamente as condições de trabalho e o grau de satisfação dos seus colaboradores com o correspondente benefício para a população que visam servir”. Posto à votação foi o referido voto de congratulação **aprovado com vinte e uma abstenções**. O Sr. **Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** proferiu uma **Declaração de Voto**, referindo que: “O PS se absteve na votação deste voto de congratulação porque, por um lado, entende que o acordo de empresa é um documento importantíssimo, é uma ferramenta importante na gestão de qualquer processo e na gestão de qualquer empresa e este acordo de empresas esteve para ser aprovado em fevereiro do presente ano. Aliás, ele próprio estava cingido de muita urgência. Sabemos que nas negociações que, entretanto, existiram as coisas foram decorrendo e nós, por uma questão de verdade e de seriedade e não conhecendo todo o articulado desse acordo e porque a sua aprovação demorou bastante tempo, não quisemos, por um lado, votar contra aquilo que entendemos que é de grande utilidade, que os acordos de empresa sejam firmados na defesa e no interesse primeiro dos trabalhadores e da empresa, mas, também, porque queremos perceber, exatamente, o que é que foi acordado e qual o seu articulado, razão porque nos abstivemos, porque não impedimos, não votamos contra, mas, também, não aprovamos, porque não conhecemos o seu articulado”. Posteriormente registou-se uma intervenção do Sr. **Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para, numa **Declaração de Voto**, dizer que, relativamente ao voto anterior, o que pretendia dizer era que, num acordo daquela natureza, ou num contrato daquela natureza, o acordo, muitas vezes, era imposto pela necessidade de um ligeiro aumento de rendimento. O Sr. **Deputado do PSD** esqueceu-se de dizer quais foram os salários negociados, porque, na maior parte dos casos, os trabalhadores, a perspetiva que tinham na contratação*

coletiva ou nos acordos de empresa, era saber quanto iriam ganhar no fim do mês e ficaram sem saber isso, ficando sem saber se os trabalhadores e os Sindicatos ficaram satisfeitos com o acordo. Daí a sua abstenção. Disse, ainda, que gostava de fazer, ali, uma reflexão e sem pretender ofender ninguém, mas era o que pensava e achava que o devia dizer. Dizia-se há dias, numa entrevista feita ao falecido Professor Eduardo Lourenço, que “a nossa morte não dói, o que dói, de facto, é a morte dos outros”. Normalmente, os Deputados Municipais, que passavam por aquela Assembleia, tinham sempre, quando faleciam, a proposta de um voto de pesar, um minuto de silêncio. Para evitar aquilo a que assistiram, hoje, até porque poderiam ser injustos, umas tinham um minuto de silêncio, outras não, achava ser preferível, numa futura revisão do Regimento, que todos os grupos municipais tivessem a possibilidade de ler os seus votos de pesar, e daí não viria nenhum mal ao mundo. Agora, que se tivesse que fazer um minuto de silêncio por cada pessoa, e algumas até ficavam sem o minuto de silêncio, não lhe parecia bem. Era preferível que toda a gente lesse os seus votos de pesar e depois se fizesse um minuto de silêncio. Até os Senhores Abades, agora, celebravam a missa por cinquenta pessoas que faleceram. Porque teriam que fazer, ali, cinquenta minutos de silêncio? Faziam um minuto e homenageavam todos os falecidos. Era um aparte e esperava que compreendessem. Passou, depois, a apresentar um **Voto de Saudação** sobre o Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres, com o seguinte teor: “A vinte e cinco de novembro o mundo assinala a luta pela eliminação da violência contra as mulheres. Apesar dos avanços, ainda vivemos numa sociedade culturalmente marcada pelo sexismo em que a dominação masculina se traduz em diversas formas de discriminação e violência que carregam uma marca de género. A pandemia trouxe dificuldades acrescidas à prevenção e ao combate a estas violências, em especial à violência

nas relações de intimidade e aos femicídios. O confinamento reforçou o isolamento de muitas mulheres e aprofundou a sua vulnerabilidade perante os agressores, tornando mais difícil e arriscado pedir ajuda. Em Portugal, de acordo com os dados preliminares do Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR, em dois mil e vinte, já foram assassinadas trinta mulheres, dezasseis em contexto de relações de intimidade, e registaram-se quarenta e três tentativas de femicídios. Há agora mais vinte e uma crianças órfãs vítimas da violência contra as mulheres. Na Europa, uma em cada três mulheres já foi vítima de violência física e/ou sexual e oitenta por cento das vítimas de tráfico a nível da União Europeia são mulheres. Nos países em vias de desenvolvimento, uma em cada três raparigas casa antes de atingir dezoito anos de idade. No caso das mulheres negras, ciganas, migrantes, trans, lésbicas, com deficiência e tantas outras multiplamente excluídas e discriminadas na sociedade, a situação ainda é mais grave. Eliminar a violência contra as mulheres e as raparigas é condição para a igualdade de género e tem de ser um esforço coletivo e internacional, tornada possível com políticas públicas de combate às desigualdades profundas e por uma justiça livre de discriminação. Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida a dezassete de dezembro de dois mil e vinte, ao abrigo do artigo vigésimo quinto, número dois, alíneas j) e k) do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e do artigo terceiro, número três da Lei Um - A barra dois mil e vinte, de dezanove de março, delibera: Saudar as iniciativas do dia vinte e cinco de novembro e o trabalho de mulheres e de homens que fazem da luta pela eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres condição fundamental para o respeito pelos Direitos Humanos e para uma sociedade livre, democrática e igualitária”. Posto à votação foi o referido voto de saudação **aprovado por unanimidade**. A SR^a. **PRESIDENTE DA MESA** procedeu à leitura

de uma Saudação ao Sr. Professor Vítor Aguiar e Silva, novo Prémio Camões, apresentada pelo Grupo Municipal P.S., do seguinte teor: “Os eleitos do PS na Assembleia Municipal de Braga não podem deixar de saudar a justíssima atribuição do Prémio Camões ao Professor Vítor Aguiar e Silva, porque ela deve encher de orgulho os bracarenses e todos quantos se interessam pela política da língua portuguesa. Estamos a falar de um dos intelectuais mais respeitados e admirados do país e usufruir dos ensinamentos de um pensador como o antigo vice-reitor da Universidade do Minho sempre constituiu um enorme privilégio e uma honra para os milhares de alunos que frequentaram as suas aulas. Além de insigne pedagogo, figura central da vida académica, Aguiar e Silva também desempenhou um papel de grande relevância na comunidade literária, designadamente através da sua obra ensaística. Vítor Manuel Pires de Aguiar e Silva nasceu em mil novecentos e trinta e nove, na freguesia de Real, concelho de Penalva do Castelo, iniciou os estudos no Liceu Nacional de Viseu. Já na Universidade de Coimbra, concluiu o curso de Letras, licenciando-se em Filologia Românica. Após obter o seu doutoramento em Literatura Portuguesa, assumiu a carreira de professor na Faculdade de Letras da mesma universidade em mil novecentos e setenta e nove, sendo transferido para a Universidade do Minho em mil novecentos e oitenta e nove, onde ocupou o cargo de vice-reitor durante doze anos. Este professor da Universidade do Minho recebeu o Grau de Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública (em dois mil e quatro), o Prémio Vida Literária da Associação Portuguesa de Escritores (em dois mil e sete) e o Doutoramento Honoris Causa pela Universidade dos Açores (em dois mil e dezoito). O galardoado este ano com o Prémio Camões é um daqueles intelectuais de primeira água, mas nem por isso deixa de ser aquilo que a voz popular designa como a humildade em pessoa. O júri desta trigésima segunda edição do Prémio

*Camões reconhece "a importância transversal da sua obra ensaística e o seu papel ativo relativamente às questões da política da língua portuguesa e ao cânone das literaturas de língua portuguesa". Aguiar e Silva foi um dos principais subscritores da chamada "Petição em Defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico" e, "no âmbito da teoria literária, a sua obra reconfigurou a fisionomia dos estudos literários em todos os países de língua portuguesa". A sua 'Teoria da Literatura' é emblemática de um pensamento sistematizador que continuamente se revisita", relevando igualmente "o importante contributo dos seus estudos sobre Camões". O reconhecimento das enormes qualidades intelectuais e académicas de Vítor Aguiar e Silva constitui um ato de inteira justiça a que a Assembleia Municipal de Braga se associa com todo o orgulho e honra". Posta à votação foi a referida saudação **aprovada por unanimidade**.
Interveio o Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., **RICARDO MACHADO DE AZEVEDO**, para apresentar um **Voto de Louvor** que dizia: "Hoje, Braga tem uma gama de equipamentos municipais capazes de dar aos seus munícipes e a quem a visita uma oferta diversificada na área desportiva, cultural, turística e económica do melhor que Portugal tem para oferecer. A viragem estratégica para a cidade começou com a renovação do parque desportivo da Rodovia, que é um equipamento fundamental, para a dinâmica desportiva da cidade. Hoje, deparámo-nos com um equipamento de qualidade que deve ser entendido como um estímulo sustentado do Município com um horizonte temporal de longo prazo no sentido de difundir uma cidade que está cada vez mais voltada para a prática desportiva, fomentando assim, hábitos saudáveis desde tenra idade. A viragem continuou com a abertura oficial do Altice Fórum Braga, desta vez virada para os setores cultural, turístico e económico. O equipamento renovado afirma-se como a segunda maior sala de espetáculos do país. Braga passou a fruir de condições*

superiores para a promoção de turismo e de negócios, visto o Altice Fórum possuir características multifuncionais conducentes à realização de congressos internacionais, exposições, feiras, entre outros eventos. Este foi um investimento fundamentado numa estratégia de dinamização económica e de progresso turístico da cidade, dando um contributo profícuo ao tecido empresarial do concelho. E, agora, o Mercado Municipal de Braga reabriu renovado e pronto a ser um dos pontos de paragem obrigatória de todos quantos visitam Braga, um dos projetos tidos como prioritário que mereceu o foco do Executivo Municipal e este investimento terá um impacto assaz relevante nos setores económico, turístico e cultural na medida em que o novo espaço se afigurará como uma atração. Em Braga o Mercado é a Praça. A Praça de todos os Bracarenses que, num gesto tradicional, acorrem a este espaço para fazer as suas compras. O Mercado Municipal teve sempre um papel essencial na distribuição de produtos de qualidade à população, sendo um símbolo de comércio urbano autêntico. Primeiro como recinto ao ar livre e mais tarde como estrutura coberta. Sobreviveu às mutações da sociedade, com um papel social, cultural, urbano e económico importante. Fruto das mudanças de contexto, dos hábitos de consumo e do aparecimento de uma oferta competitiva adaptada ao novo panorama, o desenvolvimento e conservação deste equipamento público tradicional mudou e hoje são espaços cada vez mais "cobiçados" por turistas. Quem de nós, quando visita uma cidade, não tem curiosidade em conhecer o mercado local? Muitas vezes estes espaços traduzem-se em belas peças arquitetónicas, sendo a partir deles que percecionamos a essência da comunidade das cidades ou vilas. O Executivo Municipal soube detetar e priorizar uma das necessidades mais prementes dos bracarenses à imagem do que aconteceu com o Complexo Desportivo da Rodovia e o Altice Fórum Braga. Porque os comerciantes e os

visitantes assíduos da Praça precisavam de um espaço acolhedor, renovado, merecedor da azáfama que se faz sentir em dias de venda. Foi dada voz aos comerciantes e aos utilizadores para que fosse possível pensar um espaço útil, propício ao encontro da comunidade, mas mantendo as características patrimoniais e identitárias da tão afamada Praça que foi (agora) devolvida às pessoas. Braga tem crescido consideravelmente em número de visitantes, dando-se, por inerência, uma mutação da urbe. E numa cidade modificada, com novos espaços de lazer e sociabilidade, com outro tipo de oferta comercial e diferentes formas das pessoas se relacionarem, o papel do Mercado Municipal torna-se ainda mais fulcral no quotidiano da cidade. A dezassete de dezembro de dois mil e vinte, a Assembleia Municipal de Braga reuniu para atribuir um Voto de Louvor ao Executivo Municipal, pelo excelente trabalho desenvolvido na requalificação e melhorias desenvolvidas nestes equipamentos municipais”. A este propósito, registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para dizer que o PS reconhecia o espírito e a importância da reabilitação do Mercado Municipal, por ser um espaço âncora da cidade, um espaço com muita história, com muito património que estava, de facto, muito degradado, fruto dos muitos e longos anos sem uma intervenção mais profunda, eventualmente, que o PS reconhecia essa factualidade, sem nenhum problema. Elogiava, também, esse esforço e a vontade de devolver ao mercado aquilo que era a sua função tradicional, introduzindo-lhe, também, a missão de que ele se consubstanciasse numa centralidade capaz de ser um ponto de agregação turística e com outras mais valias que esse tipo de espaços normalmente traziam associados num plano da modernidade. O PS fazia-o de boa fé. Sobre a questão do Mercado, mais em particular, mas não deixando, como disse, de votar a favor daquela iniciativa do CDS-PP, reservava-se, ainda assim, o Partido Socialista o

*direito, a pretexto do Plano de Atividades e Orçamento, a levar, ali mais alguma informação e mais alguma reflexão. Posto à votação foi o presente voto de louvor aprovado com uma abstenção. Depois, foi a vez do SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA, apresentar uma **Recomendação** subordinada ao tema “Polícia Municipal - Programa "Braga - Escolas Seguras", com o seguinte conteúdo: “A segurança e o bem-estar, sobretudo dos nossos filhos, é um direito constitucional do qual ninguém abdica. O Município de Braga, desde quatro de junho de dois mil e um, tem ao seu dispor os serviços da Polícia Municipal. Conforme previsto na lei, entre outros, a ação da Policia Municipal incide nos seguintes domínios: Fiscalizar o cumprimento da legislação de natureza municipal; Fiscalizar infrações de natureza rodoviária no âmbito da legislação em vigor e promover ações de prevenção e sensibilização rodoviária; Proceder à coordenação do planeamento e gestão do efetivo policial de forma a dar resposta, em termos de policiamento, às necessidades resultantes da salvaguarda da segurança de pessoas e bens, promovendo o cumprimento das normas legais e regulamentos municipais; Promover a mobilidade, acessibilidade e rotatividade de estacionamento, realizando ações, de forma concertada e assertiva em termos de regularização e fiscalização de trânsito, bloqueamento, remoção e reboque, estruturadas na legislação em vigor; Promover um plano de comunicação institucional que resulte na sensibilização do cidadão para cumprimento das regras e legislação rodoviária. O objeto desta recomendação é, precisamente, o domínio da fiscalização do trânsito e mobilidade junto às nossas escolas. Algumas zonas escolares são um "pandemónio" em termos de circulação rodoviária, a maioria das vezes, fruto de estacionamento ilegais, em segunda fila ou mesmo em cima dos passeios, impedindo a circulação dos peões e dos outros*

veículos, pondo, por vezes, em risco a segurança daqueles. A zona escolar de Real é um exemplo deste "pandemónio", nomeadamente, à hora de entrada e saída dos alunos das aulas, uma vez que, num raio de cinquenta metros, localizam-se três estabelecimentos escolares, com cerca de mil e setecentos alunos, do primeiro ao décimo segundo anos. Este cenário, que deve ser comum a outras freguesias, cria, todos os dias, condicionalismos na circulação rodoviária, com filas intermináveis, incumprimento de algumas regras basilares do código da estrada por alguns condutores, situações que provocam desentendimentos diários entre condutores e, sobretudo, põem em risco a segurança dos nossos filhos. À semelhança do que já acontece nalguns municípios vizinhos, nomeadamente, em Vila Nova de Famalicão e Matosinhos, a presença diária dos agentes da Polícia Municipal, nas zonas escolares mais complicadas, iria aliviar a circulação automóvel, pois, ao fiscalizar e sensibilizar os condutores, regularia a circulação automóvel e traria muito mais segurança à circulação dos peões nesses locais, isto é, dos nossos filhos. Assim, os membros da Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista, recomendam à Câmara Municipal de Braga que: Um - Ausculte os executivos das Juntas de Freguesia para determinar as zonas escolares mais complicadas, em termos de circulação automóvel e segurança rodoviária, durante o período letivo, criando, para este efeito, uma espécie de Programa "Braga - Escolas Seguras"; Dois - Em articulação com a Polícia Municipal, disponibilize meios (um ou dois agentes), à hora de entrada ou saída dos alunos ou nas horas que forem determinadas como mais complicadas para a fruição automóvel, para assegurar a segurança e a circulação regular do trânsito. Faça uma análise às zonas escolares e assegure meios/estruturas, para que os automóveis não estacionem nem circulem em cima dos passeios, pondo em sério risco a segurança dos peões". Colocada à discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado**

do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES, para dizer que: “Obviamente, que percebiam bem a angústia do Sr. Presidente da Junta. Aliás, todos nós já passamos por elas, de uma maneira ou de outra, quer enquanto encarregados de educação, quer enquanto vítimas indiretas de alguns comportamentos, como diz, e bem, menos cívicos, por parte de alguma comunidade escolar. Julgo que não podemos alargar isto a todas as escolas e a todos os momentos, mas, de facto, há escolas que têm condições, do ponto de vista do acesso da rede viária, dos estacionamento, da possibilidade de deixar as crianças e de as apanhar no final do horário escolar diferentes, mas percebe-se, sem dúvida, que havia em alguns casos dificuldades, que todos conhecemos e por todos vividos e experienciados no dia a dia da cidade. Passando à recomendação em si, percebo, e quem me dera a mim que Braga, como outras cidades, pudessem, efetivamente, todos os dias, a todas as horas críticas, em todas as escolas que o necessitem, ter membros de fiscalização, por parte da Policia Municipal, para prover a este tipo de situações e impedir que elas ocorram ou que se repitam. De qualquer forma, para além do facto disto ser manifestamente impossível com o efetivo que a Polícia Municipal dispõe, ou possa a vir a dispor no futuro, para além de que, também, duvido até, que a própria Policia de Segurança Pública, ainda que se juntasse a esse esforço, pudesse assegurar que este tipo de resolução do problema se desse com a amplitude que o Senhor Presidente da Junta aqui pretende trazer. Acho que nós temos que reconhecer que já houve um esforço muito grande, por parte da Câmara Municipal, quer na planificação dos trabalhos da Policia Municipal, quer na forma como o tem ordenado, quer na forma como tem gerido os tempos e os turnos em que está devidamente estruturado o serviço e a missão da Policia Municipal, por forma a que, pelo menos, nessas situações críticas, nem que seja do ponto de vista da

passagem não ocorrendo todos os dias e a todas as horas críticas, mas, pelo menos de vez em quando, passando lá e servindo como fator dissuasor desse tipo de comportamentos, apesar de tudo, gerindo uma força como a Polícia Municipal, que tem outras competências. Aliás, nós discutimos aqui já nesta Assembleia, várias vezes, o rol imenso de competências que a Polícia Municipal tem, é muito difícil pedirmos ou recomendarmos à Câmara Municipal, que empenhe ainda mais meios, para garantir que este tipo de situações não aconteça. Como digo, solidarizamo-nos com a questão, passamos por ela. Isto faz parte, também, e, sobretudo, não nos esqueçamos porque não é, julgo, a solução que manifestamente queremos, num contexto democrático, ter um polícia à porta duma escola e à porta de cada rua onde possa ocorrer qualquer tipo de problema, é uma questão de comportamento cívico e de respeito pelas normas que também temos que assegurar. Compreendo e aceito que o problema existe, mas não posso é aceitar que a solução seja criar, aqui, um corpo de Polícia Municipal exclusivamente ou quase exclusivamente afeto a esta função, não que seja isso que o Sr. Presidente de Junta defenda, mas é isso que decorre da aplicação por inteiro desta recomendação ao dia a dia da Polícia Municipal. Se for possível, com certeza que em ligação e em estreita coordenação com as Juntas de Freguesia, Câmara Municipal, o Executivo e a Polícia Municipal devem agir por forma a garantir que esse tipo de situações ocorram o mínimo de vezes possível, mas não queremos é deixar de dizer, que não podemos afetar toda uma força a esta questão”. Retomou a palavra o **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para salientar que: “Penso que não ouviu bem aquilo que eu disse. Conheço Braga, tenho uma filha a estudar no Dona Maria. Tenho um filho a estudar na Carlos Amarante. Passo por lá todos os dias e esta situação

não ocorre. Portanto, isto não é em todas as escolas. É nas escolas onde julgamos que seja necessário. Por exemplo, na zona do Dom Diogo é necessário. A zona de Real é uma zona particular. Portanto, temos ali a confluência de três escolas, com mil e setecentos alunos. A Câmara que é titular de certa forma da Polícia Municipal, poderia, nem que fosse, porque a sugestão também já partiu, já me foi dada uma resposta, ou com gratificados ou com horas extraordinárias ou, não podendo pagar gratificados, porque são aos funcionários da Câmara, podia pagar horas extraordinárias ou, senão, as Juntas contratualizavam esse serviço e recebiam um subsídio para pagar, ou pelo menos, minimizar o impacto deste serviço. Agora, que ele é necessário, é. E mais, em Famalicão, trabalhei muitos anos na Escola Dom Sancho, desde que foi para lá a Polícia Municipal, porque é uma situação semelhante, temos a Escola Dom Sancho, temos a Escola Camilo Castelo Branco e temos a Júlio Brandão, desde que a Polícia Municipal foi para lá, a mobilidade melhorou a duzentos por cento. Portanto começou a fluir o trânsito. Acho que esta experiência, que é uma experiência positiva, que está dentro das atribuições da Polícia Municipal e estamos a falar da segurança dos nossos filhos, e é por aí que quero que isto aconteça. O dispositivo da Polícia Municipal anda à volta de quarenta e oito agentes, distribuídos por três turnos, mas sabemos que há formas de pôr os agentes, que estão em casa nas suas folgas, de serem postos em frente a uma escola. Penso que é possível fazer esta gestão".

Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para dizer ao Senhor Presidente da Junta, que percebeu, exatamente, aquilo que disse. O que lhe respondeu foi que, talvez, não tivesse percebido. Disse, exatamente, que nos casos que estava a apontar, que não eram assim tão poucos como isso, infelizmente, e que não eram assim tantas ou tão poucas as horas do dia em que isso acontecia, também levava alunos e trazia

alunos de escolas e, portanto, percebia exatamente a que se estava a referir. A única coisa que diria era que, como disse e bem, do ponto de vista operacional, e não era só uma questão de gratificados, porque as pessoas também tinham limites de horários, mesmo com horas extraordinárias, poderiam discutir se essa discussão era, ou não, admissível do ponto de vista da gestão do pessoal e também da gestão das finanças públicas. Portanto, a segurança das crianças, com certeza, que era uma prioridade absolutamente indesmentível e para a qual todos deveriam contribuir. Agora, aquilo que sabia, ou pelo menos, parecia saber, era que a Câmara tinha feito tudo aquilo que podia, dentro daquilo que tinha, no efetivo que tinha, para poder garantir que essas situações ocorressem o mínimo possível. Também já tinha visto a Polícia Municipal, tinha sido testemunha de que a Polícia Municipal ia aparecendo nesses sítios, não sabia se em todos e nem a todas as horas, em que tal era necessário, porque como era difícil essa gestão, mas a única coisa que dizia era que, do ponto de vista da disponibilidade, quer política, quer verdadeira e real dos meios que existiam, aquilo tinha sido feito, era o que era possível ser feito. Se poderiam calibrar soluções, pois muito bem, não tinham nada contra o facto das Juntas, em conjunto com o Executivo, chegarem a essa melhor calibragem das soluções. Mas, por ora, a recomendação, como disse, percebiam-na, mas iriam abster-se, porque entendiam que a Câmara tinha feito aquilo que devia fazer. Usou, ainda, da palavra o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dirigir-se ao orador que o antecedeu e dizer que, correndo o risco de gastar algum tempo, que já era pouco, a Câmara não tinha feito o que devia fazer e a Câmara tinha que fazer, através da Polícia Municipal, ou doutro serviço qualquer, não chegava pôr uma passadeira “XPTO” à porta do Colégio Dom Diogo, que parava a rotunda toda de Infias à hora de saída dos alunos, porque os alunos faziam questão de

sair, e era normal na idade deles, em conta gotas. O próprio colégio, e acontecia isso pela Europa fora, devia ter um porteiro ou alguém na passadeira, que juntasse os alunos, para passarem em grupo. E, provavelmente, o nó de Infiás ficava mais aliviado. O Sr. Deputado disse que tinha feito o que devia ser feito. Não tinha feito e havia milhentas soluções, através de funcionários das escolas e outras. Os munícipes que estavam a ouvir, ficavam estupefatos se se lhes dissesse que a Câmara fez o que tinha que ser feito. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada com quarenta e uma abstenções**. A **Sr.^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, apresentou uma **Declaração de Voto** em que explicava porque se abstiveram perante tal proposta, “não que não compreendamos todas as críticas levantadas e, de facto, as soluções que podem ser implementadas, algumas que já tentam ser, outras que poderão ajudar, no entanto, de facto, não concordamos que essa solução deva passar, ou não, única e exclusivamente, por uma força policial, como a Policia Municipal, ou outra, porque para indevido estacionamento ou indevido uso da via pública, por parte de viaturas, existe, de facto, a ação policial que pode, inclusivamente, ser chamada pontualmente. Relativamente ao escoamento de trânsito e aos problemas que determinadas localizações da escola, de facto, trazem à cidade, parece-nos que há medidas, do ponto de vista da mobilidade dos transportes públicos, desde logo a criação de transporte escolar, evitando a concentração excessiva de viaturas à porta das escolas, pode vir a resolver, de forma como solução a médio e longo prazo, muito mais eficaz do que reforçar uma Policia Municipal e esgotar todas as suas competências no policiamento das escolas”. Depois usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para apresentar outra **Declaração de Voto**, realçando que o PS votou favoravelmente a recomendação, porque se tratou duma proposta que achava benévola, por se

tratar, apenas, de auscultar a Câmara, relativamente a uma questão que preocupava a comunidade bracarense e, sobretudo, os pais encarregados de educação. Era uma questão de opções. O Município que se dizia amigo das famílias, o Município que dizia que defendia a criança e que priorizava o interesse da criança, o Município que salvaguardava a segurança, tinha que se preocupar com isso. Por isso votaram a favor. E não confundissem esse policiamento de trânsito, com aquilo que eram os objetivos da escola segura, que se destinava a combater a marginalidade e a violência nas escolas ou nas proximidades das escolas. Por outro lado, também, era uma questão de opção, porque muitas vezes acontecia que a Polícia Municipal, dez minutos antes de iniciar o período de cargas e descargas ou dez minutos depois do período de cargas e descargas, lá estava a multar os comerciantes. Eram tudo opções. A **Sr.^a Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS** interveio para apresentar uma outra **Recomendação**, relativa à alteração do tarifário dos TUB, que dizia: “Com a decisão de contribuir para os objetivos de descarbonização e promover a utilização do transporte público como alternativa ao uso do automóvel, a TUB, EM verá o seu tarifário alterado no início de dois mil e vinte e um, implementando a sua reorganização e simplificação. Assim, em vez das três zonas de circulação (coroas), taxadas de forma diferente de acordo com a sua distância no centro da cidade, o tarifário da TUB passará a contar apenas com duas coroas, fundindo a atual segunda coroa na primeira. As tarifas a fixar para a coroa a extinguir serão, então, atualizadas de acordo com as da primeira coroa, pelo que em dois mil e vinte e um haverá apenas diferença de duas ordens de tarifa. No entanto, as tarifas para a atual Coroa três, que passará a denominar-se de Coroa dois, manter-se-ão de acordo com os praticados até aqui, sendo que entre a primeira e a terceira coroa havia um aumento progressivo de valor.

*Atendendo às necessidades de circulação que se fazem sentir, quer dentro do centro da cidade, quer desde zonas e freguesias mais afastadas, esta simplificação deveria ir mais longe na atualização das tarifas no seguimento desta simplificação de tarifário, beneficiando as populações que residem nas zonas mais afastadas da cidade e para quem a tarifa permanecerá igual, ainda que a sua coroa passe a ser, em dois mil e vinte e um, a segunda. Por forma a beneficiar todos os utentes dos transportes públicos em Braga e incentivar novos utilizadores a usufruírem destes serviços, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a dezassete de dezembro de dois mil e vinte, recomenda à Câmara Municipal de Braga: Aprovar o novo tarifário a ser aplicado já em dois mil e vinte e um pela TUB, no seguimento da simplificação proposta pela empresa que junta a atual Coroa dois à um, aplicando à atual Coroa três a tarifa da atual Coroa dois”. A este propósito, interveio o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para salientar que, infelizmente, as disponibilidades financeiras não davam para tudo e, como sabia a Deputada Bárbara Barros, o que a Câmara fez foi usar exatamente a disponibilidade financeira que tinha para baixar às coroas um e dois e foi nessa disponibilidade, dentro dessa disponibilidade, com as linhas de financiamento nacionais, que se fez a opção que se fez, e julgava que em grande benefício dos utilizadores dos Transportes Urbanos de Braga, e, por isso, também não tinham muito tempo. A única coisa que poderia dizer era que votariam contra, porque exatamente entendiam que a estratégia de investimento da Câmara na redução dessas duas coroas, foi a que melhor serviu a população em Braga. Posta à votação foi a presente recomendação **rejeitada com trinta e sete votos contra, com seis abstenções e com dezassete votos a favor**. Foi apresentada uma **Declaração de Voto** pelo **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, revelando que o PS não poderia deixar de ter*

votado favoravelmente a recomendação da CDU, por duas razões essenciais. A primeira, porque era um compromisso eleitoral que o PS apresentou em dois mil e dezassete ao seu eleitorado, à cidade, aos bracarenses, ao concelho de Braga, com a reformulação da lógica e da estruturação da cobrança das coroas, ao nível dos transportes urbanos. E, também, porque entendiam que essa medida poderia consubstanciar-se com uma afirmação muito positiva e muito importante para aquilo que era a forma, o estímulo ao uso dos transportes coletivos, por essa via, para a contribuição de menor uso do automóvel e da menor degradação ambiental, que tanta falta fazia a um concelho como o nosso. E, a final, porque havia dinheiro para muitas coisas, tinha a ver com a opção política. Havia, no orçamento para dois mil e vinte e um, cerca de doze milhões de euros para consultoria, para estudos, para coisas que nenhum de nós conhecia, das quais não se adivinhavam as razões, para as quais não se encontravam os motivos. Portanto, estavam no plano da opção política, e no plano da opção política, naturalmente, que esta maioria, como era óbvio, tinha direito às suas escolhas. Não podia era sempre que as propostas não fossem da sua lavra, ou não saíssem da sua cabeça, ou pura e simplesmente lhes agradavam menos, dizer que não havia disponibilidades, quando ao virar da esquina, se iam encontrando disponibilidades, para aquilo que iam querendo concretizar. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA**, para apresentar uma outra **Recomendação**, agora, relativa ao serviço de varredura, salientando que: “O serviço de varredura é um serviço pago pelo município à empresa municipal AGERE que tem por objetivo manter a salubridade, a higiene e a qualidade do espaço público das freguesias mais urbanas. A Junta de Freguesia considera este um dos serviços mais importantes prestados à população. Gualtar dispõe atualmente de

varredores permanentes para os seus vinte e sete quilómetros de ruas e caminhos aos quais temos de somar ainda as áreas de jardins, praças e outras áreas públicas onde também a varredura é fundamental. Mesmo tratando-se de um serviço prestado diariamente a equipa existente é reduzida para o território abrangido e as equipas apenas conseguem chegar, a cada ponto da freguesia, duas vezes por mês. Existe em Gualtar uma pressão acrescida motivada pela Universidade do Minho e outros serviços à população, como é o exemplo do Centro de Saúde, que obriga muitas vezes as equipas a deslocar-se para locais de maior fluxo de pessoas para resolver situações de limpeza em ruas, jardins ou praças que condicionam e dificultam, ainda mais, a abrangência dos trabalhadores a toda a área de território. Para piorar esta situação, em alguns períodos do ano, como o Outono e o Inverno, a queda das folhas e a limpeza de sarjetas e dos sumidouros dificultam muito mais a tarefa dos trabalhadores. Recorde-se que ao contrário das freguesias do casco urbano os trabalhadores não têm qualquer apoio de meios mecânicos ou carros com aspiradores algo que consideramos discriminatório e que não deveria acontecer. Desta falta de meios, e por muito esforço que se tenha no terreno, resultam sempre acumulações inaceitáveis de folhagem, vários entupimentos de sarjetas (com consequentes inundações de ruas) e muita acumulação de lixo e matéria orgânica em decomposição por toda a freguesia. A somar a tudo isto ainda não existe uma resposta eficaz para a remoção de ervas nos passeios e ruas. Este é também um problema que se agrava de ano para ano à medida que, os espaços urbanos, vão sendo assimilados por novas habitações e novas famílias. Esta competência é também uma competência que a Câmara Municipal delegou na AEGRE e que urge resolver em definitivo. Toda esta problemática é, obviamente, extensível a outras freguesias análogas que, como Gualtar, sofrem dos mesmos problemas e

das mesmas preocupações. Assim: *É urgente alargar e melhorar o serviço de varredura nas freguesias colocando ao dispor das mesmas os meios humanos e os meios mecânicos que respondam às suas necessidades; É necessário encontrar em definitivo uma solução para a limpeza das ervas nos passeios que evite a aplicação de produtos químicos e faça uma eliminação regular e amiga do ambiente das mesmas; É premente que sejam dados definitivamente às freguesias os recursos suficientes para a execução destas tarefas tão importantes para os cidadãos; Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida ordinariamente a dezassete de dezembro de dois mil e vinte, recomenda que: o Município, em conjunto com a AGERE, faça as adaptações necessárias à realidade do terreno que permitam uma resposta mais eficaz e mais rápida alargando eventualmente o quadro de pessoal afeto à varredura e às tarefas complementares e readaptando os meios mecânicos ao seu dispor; Que seja definitivamente encontrada uma resposta eficaz para a limpeza de passeios e ervas nas ruas seguindo a sugestão efetuada pela Freguesia de Gualtar em dois mil e dezassete "de compra de equipamentos de monda térmica ou outro sistema análogo". Caso se considere mais eficaz, e financeiramente mais viável, se pondere atribuir esta competência diretamente às Freguesias, passando a respetiva verba para os acordos de execução a delegar nestas". Colocada à discussão, usou da palavra o **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para dar duas notas, porque era um aspeto que tinham debatido muito com a Agere e, também, em reuniões que tiveram com a Câmara e que queria ver ali esclarecidas duas situações. Primeiro, duma vez por todas, que ficasse esclarecido que a limpeza dos passeios, nomeadamente a retirada de ervas daninhas, era neste momento uma competência da Agere, porque a Agere continuava a dizer e responder aos*

*fregueses, que eram as Juntas que tinham que limpar as ervas daninhas e que recebia dinheiro para isso. De uma vez por todas, que ficasse, ali, bem esclarecido, que essa competência continuava, ainda, na Agere. Real, Dume e Semelhe já solicitou que essa tarefa, essa atribuição fosse delegada na Junta e que a Junta fosse ressarcida desta situação. Depois, chegou-lhe ao conhecimento um mapa do relatório de contas semestral, apresentado pela Agere, e esteve a fazer uma análise, mas não queria cair em erros de interpretação, porque não era contabilista, não tinha essa formação, mas viu uns números e queria saber se era possível, ou não, o esclarecer sobre isso. Era relativo à varredura e, em relação à varredura, nas contas semestrais que a Agere apresentou nesse mapa, dizia que por semestre, a Agere teria um lucro nesse serviço, nessa tarefa, de setecentos e sete mil euros. Ou seja, que por ano teria um lucro na varredura. Queria que o Sr. Presidente confirmasse se era verdade ou se era mentira, e que por ano, teria um lucro de um milhão e quatrocentos mil euros. Ou seja, se multiplicassem por quatro anos, que era o mandato, a Agere na varredura, e pedia que o Sr. Presidente, se pudesse corrigir, lhe dissesse se fez bem a leitura do quadro, ou não, teria um lucro de cinco milhões e seiscentos mil euros. Esse seria o lucro da Agere nesse serviço e a conclusão a que chegou era a seguinte: se isso fosse assim, das duas uma, ou o valor que era atribuído ao serviço estava sobrevalorizado e, portanto, tinha que ser feita a correção, estavam a pagar a mais, a Câmara estaria a pagar a mais, ou esse era o valor que a Agere recebia, só que não cumpria o serviço, ou seja, não realizava o serviço, e se não realizava, não tinha despesa. Era esse o esclarecimento que queria ter, porque não sabia se esse lucro ou pseudo lucro poderia, também, estar a violar o acordo parassocial que existia no contrato programa entre a Agere e a Câmara Municipal. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada com vinte e quatro votos a favor, com cinco votos***

contra e com trinta e duas abstenções. Interveio o Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS, para apresentar uma Declaração de Voto que referia que a CDU votou contra, não porque não quisesse ver o problema resolvido, pelo contrário, queriam que a varredura e a qualidade do serviço fossem reforçadas, mas queriam, essencialmente, que fosse feito de forma universal e transversal em todo o concelho e que fosse assumido, decentemente, pela Empresa Municipal e sabiam como funcionava. Era sobejamente conhecida a sua posição acerca das transferências de competências para as autarquias, como muitas vezes resultava e tendo tratamentos desiguais entre freguesias. O Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES apresentou outra Declaração de Voto, revelando que levava, ali, aquela que era a posição mais frontal e aberta do PSD. Já ouviram falar, ali, algumas vezes, naquele problema. Sabiam que podiam existir questões que havia que, necessariamente, coadunar com os serviços, com a Câmara Municipal, naquele caso, com a Agere. A sua posição era que, efetivamente, tinha que haver uma concertação entre a Câmara Municipal, a Agere e as Juntas de Freguesia, para que esse tipo de situações, existindo, fossem ultrapassadas, definitivamente. E isso podia não ser uma mera matéria de recursos humanos ou recursos financeiros, podia ser uma matéria operacional. Com toda a frontalidade, teriam de ouvir da parte da empresa e, também, da parte da Câmara Municipal, em conjunto com os Senhores Presidentes de Junta, uma discussão aberta e franca sobre o que se passava, o que se podia fazer, para melhorar e, a partir daí, atuarem em consonância. Percebiam a recomendação, era um espaço político e era natural que a levassem lá para a discutirem e para a votarem. Agora, com toda a franqueza, parecia-lhe, e não queria levar ali um expediente menos, eventualmente, curial de pedir para que isso baixasse a alguma comissão, para

*discutirem isso e os Presidentes de Junta vissem nisso, lá estão eles a tentar passar isso para outra série, não discutir isso. Não era essa a sua intenção. Pois muito bem, se era um problema, iriam discuti-lo, iriam ver o que se passava. Agora, também, queriam dizer que, quanto à alegação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real, tanto quanto sabiam, esse aspeto financeiro foi explicado já na reunião de Câmara e tanto que era do seu conhecimento não existia qualquer tipo de lucro, tal como indicou. O que existia era um problema de rubricas e isso era uma questão da gestão orçamental que, seguramente, o Sr. Presidente da Agere, se fosse necessário, poderia explicar. Mais uma vez, o que queriam dizer era que, fundamentalmente, para o PSD o importante era resolver o problema, não era tanto fazer, ali bravadas políticas ou dizer quem era que estava certo ou estava errado. Portanto, não querendo olhar para o expediente de baixar às comissões como algo de subterfúgio, ainda assim, deixavam a sugestão, se entendessem, nessa sede ou noutra, talvez, promovido pelo Município, diretamente com as Juntas de Freguesia e da Agere, concertarem posições e perceberem exatamente o que se passava e o que se podia fazer para melhorar, tendo a certeza absoluta que, por parte da Agere, havia essa disponibilidade e a qualidade do serviço, a qualidade dos indicadores indicava, também, que se podia, seguramente, se fosse necessário, melhorar algum aspeto que estivesse menos bem conseguido. Passou-se à apresentação de uma **Recomendação**, pelo Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., **JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, do seguinte teor: “A conjuntura pandémica trouxe consigo inúmeras problemáticas estruturais. Uma dessas problemáticas está intimamente relacionada com questões do foro da segurança pública. O confinamento é uma medida necessária, mas que pode provocar alguma insegurança para quem circula nas ruas e, particularmente, para quem trabalha no setor comercial. Na*

nossa opinião, esta fase extraordinária assola fundamentalmente os setores da saúde, economia, ação social, cultura e educação. Todavia, um dos setores de que não se tem falado, mas que está incluído neste rol é a segurança pública. Com a redução de circulação nas ruas, a inconstância aumentou substancialmente. Dada esta realidade, mostra-se premente um aumento de patrulhas nas ruas. Lojistas e pessoas que não se encontram em teletrabalho e que circulam diariamente nas ruas ou moradores, por exemplo, sentem-se inseguros e preocupados com o aumento de assaltos. Além dos assaltos na via pública, a insegurança em algumas zonas habitacionais também se faz sentir. Se fizermos a experiência de circularmos pelas ruas do centro histórico de Braga nas últimas horas do dia, é notória a redução de movimento o que gera oportunidade para encetar tentativas de assalto. A maioria do comércio mantém a porta aberta até às dezanove horas, vinte horas, hora de parca circulação de população. Ao início da noite as ruas ficam desertas. Ora, para que se possa combater a inquietação instalada, é categórico o incremento de policiamento no centro histórico da cidade, mas também nas freguesias limítrofes. É normal que a incidência de assaltos aconteça no final do dia até porque anoitece mais cedo e há menos pessoas a circular em simultâneo. Desta forma exige-se que nos horários de maior insegurança e risco se efetive um patrulhamento reforçado. Todavia, é preciso que tenhamos consciência de que o Comando Distrital padece de uma inveterada falta de agentes para dar resposta a tantas notificações. Se experimentarmos ligar para alguma das forças de segurança a solicitar patrulhamento a resposta será algo do género: "não temos efetivos para assegurar o solicitado". Este facto tem que obrigar o Ministério da Administração Interna a tomar medidas que se reflitam verdadeiramente na segurança da comunidade. Abrem concursos para integração de novos agentes, mas o que é certo é que as candidaturas são escassas. E

porquê? Porque neste momento "ninguém quer ser polícia em Portugal." Estamos numa era em que se "banalizam" as forças de autoridade. A estrutura governativa esquece-se que sem autoridade moderada não há sociedade, por isso, é urgente reafirmar o apoio aos agentes da PSP e da GNR, dotando-os das condições e equipamento necessários ao cumprimento da sua função. Se assim fosse, estamos certos de que existiriam mais efetivos e, por conseguinte, a população estaria mais otimista no que se prende com a segurança de todos. O Ministério da Administração Interna tem que ouvir as problemáticas sentidas pela população e encontrar soluções. A ordem social não pode ser posta em causa. No concelho de Braga reside, desde há uns meses para cá, um clima de insegurança que com as novas medidas associadas ao estado de emergência se intensificou. Certo é que o número de assaltos aumenta exponencialmente. Como tal, ação precisa-se! Este não é um assunto para ser tratado com leviandade ou brevidade. Exigimos que esta temática seja objeto de reflexão e efetiva execução no terreno. É imperioso mais policiamento no concelho de Braga. Assim, o Grupo da Bancada do CDS-PP, reunido em Assembleia Municipal no dia dezassete de dezembro de dois mil e vinte, vem propor que esta recomendação, após sua aprovação, seja remetida à terceira Comissão Permanente da Assembleia da República - Defesa Nacional, com conhecimento ao Ministério da Administração Interna". Posta à votação foi a referida recomendação **aprovada com uma abstenção**. Foi dada a palavra ao **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** para, numa **Declaração de Voto**, salientar que o PS votou favoravelmente aquela recomendação, porque achava que a segurança de pessoas e bens era importantíssima, para que todos pudessem ter comodidade no dia a dia e preservarem, também, aquilo que era a nossa família, os nossos bens e tudo o mais. Se quisesse fazer, ali, o papel do Deputado João Marques, diria que, se

calhar, o Ministro da Administração Interna, diria que não tinha verbas para mais polícias. Ou seja, criavam um paradoxo. Quando se tratava de uma responsabilidade para a segurança rodoviária junto das escolas, não havia dinheiro, a mesma coisa poderia o Ministro da Administração Interna, ir ali, através da boca do Deputado João Marques, dizer que também não havia dinheiro para mais polícias. Não, o PS entendia que a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana deviam aumentar os seus efetivos, os seus mecanismos de segurança, para que todos estivéssemos seguros em casa, assim como o nosso património. A **SRª. PRESIDENTE DA MESA** informou que se iria interromper os trabalhos e que os mesmos seriam retomados pelas vinte e uma horas e trinta minutos. Retomados os trabalhos, a palavra foi dada ao **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para proceder à apresentação de uma **Recomendação** com o seguinte conteúdo: “As árvores têm vida difícil na nossa cidade. Muitas adoecem devido a podas erradas, desnecessárias e negligentes. Outras são mal escolhidas para o ambiente urbano, provocando problemas nas nossas ruas e avenidas. Outras são ainda irracionalmente abatidas porque, imagine-se, não se adaptam à inflexibilidade das obras promovidas pela Câmara Municipal. Será que para se instalarem oitocentos metros de ciclovia é necessário abater dezenas de árvores adultas, saudáveis e de grande porte, numa cidade com tanta falta de árvores e de espaços verdes? É por demais evidente que a obra tem de se adaptar ao valioso arvoredo que existe no local. Mas para o executivo, o arvoredo é literalmente uma folha de Excel. O que se abate agora, planta-se amanhã, a triplicar. Parecem ignorar que muitas plantas nunca atingem a idade adulta. E que as árvores adultas saudáveis oferecem benefícios muito superiores aos de conjuntos de pequenas plantas. As árvores precisam de décadas para a captura relevante de carbono que nos ajuda

*a combater a crise climática. Só as árvores adultas, com grandes copas, conseguem oferecer sombra abundante. E só essas permitem a filtração de partículas poluentes em quantidade, melhorando a qualidade do ar que respiramos. A plantação deve continuar, mas não em substituição das árvores saudáveis da cidade. O que a Câmara demonstra com o abate reiterado de árvores saudáveis adultas é amadorismo e impreparação. Isso foi notado quando pediu à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro uma avaliação do estado do arvoredo em várias zonas da cidade. A Universidade identificou trinta e nove árvores doentes para abate, mas o vereador do ambiente ordenou depois o corte de cento e trinta. O Bloco de Esquerda propõe, mais uma vez, que Braga tenha um regulamento municipal para a intervenção no arvoredo urbano, regido por critérios de intervenção objetivos, coerentes e validados pela ciência. Um regulamento que guie a intervenção dos serviços camarários a quem a Câmara deve providenciar formação especializada em arboricultura. Um regulamento que acabe com o abate irracional do parque arbóreo. É tempo de proteger as árvores que persistem na nossa cidade. Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida a dezassete de dezembro de dois mil e vinte, ao abrigo do artigo vigésimo quinto, número dois, alíneas j) e k) do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e do artigo terceiro, número três da Lei um A barra dois mil e vinte, de dezanove de março, delibera: Recomendar ao executivo municipal a elaboração, com caráter de urgência, de um regulamento municipal que crie normas de intervenção no arvoredo urbano”. Colocada à discussão, começou por usar da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para dizer que não concordavam, de todo, com os considerandos que fez, relativamente à política que a Câmara tinha levado a cabo no tratamento do parque arbóreo, chamassem-lhe assim, à falta de melhor*

expressão da sua parte, porque também não era técnico dessas áreas, e entendiam que justamente os estudos que tinha levado a cabo significavam mesmo esse grau de cumplicidade com uma causa que, cada vez mais, como viram, hoje, através do público, estava próxima das prioridades da Câmara Municipal e que, de resto, tinha, na sua opinião, assistido a uma evolução muito grande, ao longo dos últimos anos, sobretudo, em relação ao passado, tinha havido, nessa matéria, uma grande evolução. Portanto, aquilo que propunham ali, e proponha sem dúvida, não como elemento subterfúgio, mas que lhe parecia sim, aí merecia uma discussão especializada numa comissão, a baixa à comissão daquela proposta, onde poderiam discutir se esse caminho do regulamento era o caminho que, na perspectiva da Câmara Municipal, dos técnicos, era o caminho a tomar ou se deviam, por outro lado, pensar que essa era uma das hipóteses, não era a única e verificar se, efetivamente, na confrontação entre e, aí, poderiam ouvir pessoal técnico especializado, entre aquilo que era feito pela Câmara e aquilo que os Senhores pensavam que deveria ser feito em contrário, verificar se havia algum tipo de discrepância que obrigasse à tal assunção dum regulamento, de algo mais formal e juridicamente relevante. Portanto, a sua proposta ia nesse sentido, se assim não fosse, para já, pelo menos, não era sua intenção viabilizar a proposta. A este propósito usou também da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para salientar que estavam de acordo com a proposta apresentada pelo Deputado João Marques e, naturalmente, o PS não tinha nenhum problema em votar favoravelmente aquela recomendação. Era uma preocupação de toda a comunidade bracarense, importando ter regras precisas para que esse problema deixasse de ser uma polémica e começasse a ser um problema que a todos dissesse respeito e que todos se pudessem rever no dito regulamento. Relativamente às afirmações proferidas pelo Deputado João

Marques, já sabiam que era a narrativa do costume. Agora era que estavam a corrigir a questão arbórea e muito melhor do que no passado. Gostava de dizer ao Senhor Deputado João Marques, que não tinha memória daquilo que aconteceu em Braga desde setenta e seis e dizer-lhe que plantaram dezenas de milhar de árvores sem nenhum problema. O que estavam a assistir agora não era à plantação de árvores algumas, algumas eram plantadas, mas o deve e o haver entre aquilo que era cortado, se calhar, desnecessariamente e sem respeito, estava com um défice muito grande, relativamente àquilo que era a preocupação ambiental. E, portanto, Deputado João Marques, era verdade, já tinha sido Vereador do pelouro do ambiente e, portanto, sabia muito bem o que fez na altura e também sabia o que se fazia agora e sabia o que fez nos mandatos que esteve como Presidente da Junta, nomeadamente, debaixo da presidência aqui do Dr. Ricardo Rio e, nessa altura, plantou, não foi a Câmara, foi a Junta de Freguesia, como muitas Juntas de Freguesia, que plantaram dezenas, centenas de árvores. “Vir aqui com a narrativa de que agora é que é, o que assistimos agora é ao contrário, é ao abate e não, se calhar, à plantação que se desejava. Aliás, o exemplo do parque urbano é sintomático. Um parque urbano que poderia ter dezenas de milhar de árvores, vamos ter muitos quilómetros ou algumas centenas de metros quadrados de relva sintética”. A palavra foi depois dada ao Sr. Deputado do P.S.D., JOSÉ RAÚL DE OLIVEIRA RODRIGUES, para destacar que a problemática das árvores de Braga não era só de agora. Se se recuasse a mil novecentos e dois, já havia, de facto, problemática contestação das árvores principalmente em matérias de podas, aquelas podas que herdaram ao longo de todo este século. Já em mil novecentos e vinte e dois, durante quinze dias no Diário do Minho, viam lá, de facto, uns artigos demolidores, sobre a prática das decapitações das tílias da Avenida. Estavam em mil novecentos e vinte e dois.

Esses problemas foram-se agravando, principalmente na segunda metade do século vinte onde, de facto, as intervenções nas árvores, que teve a oportunidade ao longo de vinte anos, de escrever vários artigos no Diário do Minho, ir ali à Assembleia, as tais práticas que a técnica desaconselhava, a experiência desacreditava e o bom senso reprovava. Destruir uma árvore demorava uns minutos, mas uma árvore mutilada, jamais teria salvação. Por mais rigoroso que fosse um plano de arborização, iríamos continuar a assistir à queda de árvores em Braga, porque havia sempre fraturas que ficavam. Essas jamais se recuperariam. Chegou a ver uma entrevista da anterior Vereadora Dr^a Ilda Carneiro, as árvores foram cortadas, mas daqui a cinco anos já estavam boas, mas passados cinco anos ela veio confirmar que estavam boas. Não estavam boas. De facto, este problema, enquanto discutissem podas, levava-os a discussões históricas e estéreis, que não os levava a lado algum. A poda tinha sido discutida como um meio, como um fim em si. Não, a poda era um meio para atingir um fim. E, de facto, o que precisávamos era de um bom regulamento, porque o regulamento que existia do Município, de facto, não era o que mais lhes convinha. A transferência de competências para as Juntas de Freguesia, em matéria de espaços verdes, devia ser acompanhada, também, da respetiva regulamentação, como se plantava uma árvore, se se poderia podar, quando, quanto e como. Para isso, de facto, tinham os serviços técnicos. Neste momento, o Executivo teve coragem e a vontade política para abolir com as podas camarárias, mas só falavam das árvores da cidade. E as árvores das freguesias? Nada melhor do que ter essa centralização de competências, nada melhor que estar próximo dos autarcas, dos que estavam próximos com a realidade, no sentido de tentarem solucionar. E na sua opinião pessoal, pois a sua vida era trabalhar com árvores, dizia-lhes uma coisa, iriam fazer um bom regulamento, isso era o mais

importante. O Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA voltou a usar da palavra para dizer que, por princípio, não se opunham que as questões baixassem às comissões. Agora, não via era a qual. Sinceramente, das comissões constituídas, não via qual seria a comissão que pudesse tratar da matéria, considerando ser uma perda de tempo, aliás, como viram o Senhor Deputado afirmar, anteriormente, sendo ele especialista na matéria, aquele era, de facto, um assunto urgente. A Comissão era só para empatar. A Comissão podia acompanhar a elaboração do regulamento. Agora, o regulamento, sabiam que era essencial. Não era especialista, mas plantava árvores. Estava a plantar árvores, que sabia que já não as ia ver como adultas e o problema era esse. Ou seja, o abate tinha que ser criterioso, porque as que se punham, muitas das pessoas que as viam plantar agora, já nunca mais as iriam ver adultas, nunca mais iriam beneficiar da sombra delas, nem da frescura que iriam produzir. Por isso, o abate tinha que ser criterioso e não se compadecia com comissões intermédias. Mas se o voto do PSD dependesse da baixa à Comissão, o Bloco não se opunha. Interveio, novamente, o Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES, para responder ao repto do Senhor Deputado, dizendo que, obviamente, se baixasse à Comissão, não fazia sentido estarem a votar a recomendação. E o sentido da interpelação era justamente esse e dizer que da sua parte, enquanto Deputado, sabia que não ia ser perito nessa matéria, mas faria parte duma Comissão, que tinha especiais responsabilidades nessa área e gostava de ouvir as pessoas e até reconhecia que tinha na sua bancada pessoas excepcionalmente qualificadas. Como mero cidadão, que não tinha nada a ver com essa área, gostava de perceber quais eram os argumentos de quem dizia o que estava bem, o que estava mal, o que se poderia melhorar e como era que isso se traduziria, depois, do ponto de vista jurídico, porque dizerem-lhe que, se calhar, o

regulamento era uma coisa excepcional, e estava a falar não era contra a sua bancada, mas ouvindo e recolhendo esses contributos, não significava, imediatamente e necessariamente, que essa fosse a primeira vertente pela qual deviam trabalhar. Gostava de fazer primeiro a análise, o diagnóstico, perceber se efetivamente o que foi vertido no regulamento podia melhorar a situação atual, e não fazer o contrário, fazer o regulamento e, depois, fazer os melhoramentos que podiam, ou não, advir desse regulamento. E, por isso, era que não deviam ter insuficiências jurídicas no regulamento que depois os impedissem, até, de nas soluções materiais não conseguir as soluções que eram devidas. Era nesse âmbito que pedia que pudesse, então, baixar à Comissão. A mencionada recomendação baixou à **Comissão de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil**. A palavra foi dada à **Sr.^a. Deputada do P.S.D., MARIA ANGELINA PINTO RODRIGUES**, para apresentar uma **Declaração Política** que revelava: “Braga sempre foi uma cidade de comércio, com raízes profundas num passado em que as trocas comerciais, pela sua importância, se traduziram na própria construção da cidade, tal como foi o caso da Arcada em séculos passados, e é o caso do Mercado Municipal nos nossos dias. O Mercado da Praça do Município foi inaugurado em mil novecentos e cinquenta e seis e foi agora reabilitado, permitindo aos Bracarenses usufruir de um espaço mais moderno, confortável, eficiente, sustentável e funcional onde se aliam, em perfeita sintonia, tradição e modernidade, à semelhança do que podemos encontrar nas mais modernas cidades europeias. A Praça, como é conhecida por muitos, é sentida pelos Bracarenses como um símbolo da sua cidade. Para além da sua vertente económica e comercial, é um lugar de História, de memórias pessoais e coletivas, de convívio, de práticas e de vivências que o atual executivo procurou manter nos dois últimos anos, através do investimento de mais de um milhão de euros no

Mercado Provisório, mantendo assim a tradição de comprar na Praça. Com a atual requalificação, este executivo procurou manter as características da Praça e ao mesmo tempo modernizá-la, com a criação de espaços mais amplos e funcionais que permitem melhores condições de circulação, de exposição dos produtos, de comercialização e de distribuição e que contribuem para uma imagem mais atrativa, colorida e harmoniosa do mercado e da cidade. Com a sua reabilitação, o Mercado Municipal de Braga é, agora, um espaço com novas funcionalidades adaptadas a níveis de exigência mais elevados e a novas necessidades de procura onde, de acordo com os padrões atuais, também os comerciantes podem usufruir de melhores condições de higiene e segurança. Agora, o Mercado Municipal tem oitenta por cento da sua área destinada à comercialização de produtos frescos. Estão disponíveis quinze talhos, providos de cozinha, salas de desmanche, refrigeração e fumeiros; doze lojas interiores; duas lojas exteriores e uma loja reservada à comercialização de animais vivos. Tem ainda quinhentos e quatro metros lineares de bancas para flores e hortofrutícolas, nove espaços para padaria e charcutaria, mais de cinquenta metros lineares de bancas para peixaria e duzentos e quinze metros quadrados para comerciantes agricultores, agentes do setor primário da nossa economia. O Mercado Municipal continua a ser, na sua essência, um mercado de produtos frescos, mas também um espaço onde se alia a tradição, a economia, a cultura e a inovação. Procurando ir ao encontro destes requisitos, o edifício tem vinte por cento da sua área total reservada a uma zona de restauração dedicada às tradições culinárias e às novas tendências alimentares, com áreas de convívio, de encontros e refeições, recuperando deste modo as suas funções de interação social, dinamizando as boas práticas sociais e tornando-o num lugar mais atrativo. Para a dinâmica destas novas valências estão também disponíveis áreas técnicas, com salas de

*formação para qualificação dos comerciantes, equipamentos para a realização de cursos de culinária, apresentação de produtos e realização de showcookings, bem como a concretização de eventos que, garantindo a segurança alimentar, ajudam a promover a nossa gastronomia e os produtos locais. A Praça faz parte do quotidiano dos Bracarenses e está hoje adaptada à vida moderna como um espaço inovador onde, graças às tecnologias digitais, é agora possível fazer compras à distância, entregas ao domicílio, pagamentos digitais, entre outras vantagens. Estará também provida de um canal digital, para promover e divulgar o espaço, a qualidade dos produtos regionais, as nossas tradições, valores culturais e gastronómicos. Desta forma complementam-se Tradição e Modernidade. O investimento na requalificação do Mercado Municipal de Braga foi também estratégico para a regeneração urbana da Cidade, com a melhoria da rede viária da zona envolvente ao Mercado. Há agora condições para uma melhor mobilidade de pessoas e bens. A nossa Praça é mais uma Porta Aberta para quem nos visita e procura descobrir mais sobre a Vida, a História e a Riqueza da nossa cidade. Este executivo, honrando mais um compromisso eleitoral, e à semelhança de outras intervenções, coloca também nesta obra um garante da melhoria da qualidade de vida dos Bracarenses. Está de parabéns a Câmara Municipal de Braga que tornou possível a realização desta obra, que é uma referência para o futuro. Estão de parabéns os comerciantes que regressam com a mesma energia e alegria de sempre. Estão de parabéns os Bracarenses, porque vão continuar a dar vida à sua Praça, valorizando o seu Passado e sem esquecer que o Futuro se constrói hoje. Por tudo isto, vamos à Praça, compremos no Mercado!”. Seguiu-se a intervenção do **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, SR. JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA**, para, inicialmente, dizer que lhe fazia confusão associarem a Junta de Freguesia*

*de Gualtar ao partido. A Junta falava pela Junta e não pelo partido. Estava, ali, enquanto representante da freguesia de Gualtar. Mesmo em termos de Regimento havia que alterar essa situação, porque teve que pedir tempo às Juntas Independentes, para poder falar enquanto Junta. Aquela questão não fazia qualquer sentido. Estava, ali, enquanto Presidente da Junta de Freguesia e não enquanto membro de um partido. Representava a sua freguesia e os seus cidadãos. Era nessa condição que pretendia falar, se o deixassem. Se assim não fosse, trataria disso noutra local. Representava cidadãos de todos os partidos. A **SRª. PRESIDENTE DA MESA** informou que se entendessem que Regimento, deveria ser alterado, sê-lo-ia, mas, neste momento, era o que estava no Regimento. O mesmo interveniente insistiu que se deveria produzir essa alteração, e, por isso, pedia à Mesa que o autorizasse a apresentar a sua **Recomendação**, que dizia: “A Escola Básica do Primeiro Ciclo de Gualtar continua a ter uma grande procura sendo uma das mais procuradas do concelho de Braga. Esta procura tem várias explicações que passam pelo crescimento do número de famílias que escolheram Gualtar para residir como a existência de estruturas como a Universidade do Minho, o Hospital Central ou algumas das grandes empresas que se sediaram no nosso território, mas, sobretudo, pela excelência da sua oferta educativa. Nos últimos anos a procura cresceu, ao ritmo de uma turma por cada ano letivo. Fruto deste crescimento arrancam, muito em breve, finalmente as obras de ampliação do Jardim de Infância de Gualtar que passará a ter quatro salas de atividades para dar resposta às quatro turmas existentes. É bom recordar que a estas turmas temos ainda de somar mais três turmas de JI no Centro Social da Paróquia de Gualtar o que perfaz sete turmas. A existência de mais uma turma em dois mil e dezanove – dois mil e vinte, obrigou a Câmara Municipal a adaptar uma sala de professores para que este ano a turma de*

primeiro ano pudesse ter aulas. A existência desta grande procura e o aumento de alunos tem causado à Freguesia constrangimentos complexos na cantina, na copa onde são preparadas as refeições e nos espaços de recreio. Estes problemas foram assinalados ao Município que, de imediato, deslocou, há cerca de um ano uma equipa técnica ao local para encontrar soluções para esta situação. A existência de mais uma turma, no próximo ano letivo de dois mil e vinte e um – dois mil e vinte e dois, levará a mais e maiores problemas de funcionamento que tornarão muito deficitárias as condições de funcionamento tornando inevitável uma intervenção imediata. Assim: É premente que, em setembro de dois mil e vinte e um, esteja executada uma sala de aulas para que o ano letivo se inicie com três turmas em cada ano letivo e evitando sérios problemas no início do próximo ano letivo; É ainda necessidade urgente intervir no espaço de cantina e intervir na exígua copa de preparação das refeições que está dimensionada para cerca de setenta e cinco refeições. São servidas neste momento cento e oitenta refeições em média por dia. Este número irá obviamente aumentar sem que as condições atuais o permitam; É inadiável a resolução da falta de espaço de recreio coberto que será ainda mais agravado pelo aumento do número de alunos; É fundamental acabar de vez com a partilha das aulas de Educação Física no mesmo espaço onde são servidas as refeições. Sobretudo em tempo de pandemia esta situação é inaceitável e tem de acabar; Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida ordinariamente a dezassete de dezembro de dois mil e vinte, recomenda que: O Município dê origem à imediata resolução destas necessidades permitindo num curto espaço de tempo a resolução dos constrangimentos apontados para que, o início do próximo ano letivo, decorra sem agitação social por parte dos Encarregados de Educação das crianças que pretendem frequentar a EB um de Gualtar dando, ao mesmo tempo, a estes alunos, as condições a que têm direito”.

*Posta à votação foi a referida recomendação rejeitada com trinta e sete votos contra, com cinco abstenções e com vinte e sete votos a favor. Voltou a usar da palavra o **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA** para, numa **Declaração de Voto**, dizer que sabia que todos estavam num dia complicado e que queriam todos ir embora, ainda por cima houve um intervalo para o jantar, que não favoreceu nada o andamento dos trabalhos, mas, honestamente, na votação, não verificou trinta e cinco braços levantados, pelo que pedia a recontagem. Feita, novamente, a contagem, a recomendação foi rejeitada com trinta e sete votos contra, com cinco abstenções e com vinte e sete votos a favor. Disse, ainda, pretender revelar uma coisa que o deixava preocupado, enquanto Presidente de Junta, que levando, ali, um assunto que fazia com que uma turma do próximo ano letivo, na Escola de Gualtar, pudesse não ter uma sala para aulas, houvesse colegas Presidente de Junta que votaram contra. Que ficasse, ali, registado, que havia colegas Presidentes de Junta, que eram contra que houvesse uma solução para uma necessidade de uma sala de aulas numa freguesia, o que considerava uma vergonha. Usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., HUGO ALEXANDRE LOPES SOARES**, para numa **Declaração de Voto**, dizer ao Sr. Deputado Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar que tinham uma declaração de voto que justificaria, na substância, porque votaram contra aquela proposta. Iria ser feita por um Deputado Municipal com larga experiência na matéria, Professor, Sindicato, que poderia explicar o motivo de votarem contra a proposta, mas resolveu pedir-lhe para o deixar usar da palavra, porque o orador anterior fez um juízo de valor sobre os Presidentes de Junta, sobretudo, da sua bancada, que não queria deixar passar em claro. O Sr. Deputado tinha que aceitar que em democracia pudesse haver pessoas que tivessem posições diferentes das suas, que*

pensassem de forma diferente e que votassem de forma diferente, por isso, não era vergonha absolutamente nenhuma. “O Sr. Deputado, já imaginou se cada um dos Presidentes de Junta, deste concelho, utilizasse as Assembleias Municipais, para colocar à votação dos Deputados Municipais, as necessidades que têm, certamente, nas suas freguesias? O que aconteceria é que esta Assembleia Municipal não seria o órgão deliberativo que é e que está previsto na lei, mas seria um espaço, como o Sr. Deputado o tinha querido utilizar, para os Senhores Presidentes de Junta reivindicarem aquilo que são muitas vezes, ou não, legítimos anseios das suas populações. E o que o Sr. Presidente da Junta tem que perceber é que isto tem regras. Não é por acaso que o Sr. não tem tempo para falar, isoladamente, enquanto Presidente de Junta. É por isso que o Sr. tem um partido e está incluído num partido, porque os Presidentes de Junta que são Deputados do Grupo Municipal do PSD, se quiserem falar, sabe o que é que eles fazem? Falam, mas usam o tempo do PSD, articulam connosco e nunca ninguém foi inibido de expressar, aqui, a sua opinião. Os problemas que o Sr. Deputado aqui trouxe só têm um sítio para os resolver, e vou-lhe dizer onde é, é junto do Partido Socialista”.

Passou-se à apresentação da ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO XII MANDATO NÚMERO VINTE E DOIS BARRA DOIS MIL E VINTE, DE TRINTA DE OUTUBRO.

*Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo segundo mandato número vinte e dois barra dois mil e vinte, referente à sessão extraordinária de trinta de outubro. Posta à votação foi a referida ata **aprovada por unanimidade.***

PONTO NÚMERO DOIS – OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA PARA DOIS MIL E VINTE E UM.

Submete-se à

apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de trinta de novembro do ano em curso, relativa às Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Braga para dois mil e vinte e um, documentos que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Deu início à discussão deste ponto da ordem de trabalhos a **Sr.^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, salientando que: “O último orçamento do mandato merece, como não podia deixar de ser, especial expectativa. Este representa, com o Plano de Atividades e as Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e um, o segundo último orçamento de mandato da Coligação Juntos por Braga. Sete anos volvidos desde o primeiro orçamento desta maioria, apresentado como um resultado mais do executivo anterior, do PS, do que daquele que ali começava a tomar responsabilidade, este é, indubitavelmente, um orçamento do PSD, do CDS e do PPM na Câmara de Braga. Um que dá passos de um reforço orçamental no geral, correspondendo, globalmente, a mais doze vírgula seis milhões de euros do que o de dois mil e vinte: sem dúvida, aparentemente, uma boa notícia para os bracarenses! É sabido que este ano criou inúmeras dificuldades à esmagadora maioria das famílias, bem como a vários sectores de atividade empresarial, pelo que este orçamento corretamente identifica como prioritário reforçar as suas respostas face às consequências da pandemia no município - desde logo com uma dotação de um milhão de euros exclusivamente para o combate à COVID-dezanove. Este é um esforço conjunto que importa sublinhar, e que, naturalmente depende de forma muito particular deste orçamento, da sua execução e da assunção das responsabilidades que o município tem já assumido em torno de

várias medidas concretas para ajudar a evitar cenários mais difíceis. Este é, por isso, um orçamento ainda mais importante, que terá que responder com o investimento necessário para que dois mil e vinte e um seja um ano de recuperação de rendimentos e poder de compra das famílias bracarenses, e de recuperação económicas dos sectores que mais se viram afetados desde março. Ao mesmo tempo, tem que responder aos vários projetos inscritos no Plano de Atividades, e em especial às Grandes Opções do Plano, às estratégias que necessitam de eficaz implementação. Mas é também um orçamento que vê a sua despesa corrente aumentada em seis milhões de euros, não só por acompanhar a transferência de novas competências para a autarquia, o combate à COVID-dezanove e o aumento das despesas com pessoal, mas são também decorrentes da sentença de tribunal que a Câmara de Braga perdeu com o STAL por ter aplicado indevidamente as quarenta horas aos trabalhadores do universo municipal. Ao longo destes sete anos já não há dedos das mãos que consigam contabilizar o número de vezes que ouvimos falar do buraco financeiro sugador que o Estádio Municipal de Braga representa, encontrando paralelo apenas no contrato com a SGEB, e que colocam sérios entraves à ação da atual gestão do município. No entanto, e não por falta de contestação por parte dos trabalhadores municipais, como pelo seu sindicato, o STAL, ou mesmo por inúmeros confrontos, recomendações e denúncias da CDU, esta maioria insistiu, até ao fim, em não ouvir os representantes dos trabalhadores, em não agir de acordo com o melhor interesse para os trabalhadores da Câmara e, em última análise, do funcionamento dos próprios serviços, alegando que a gestão privada tem destas coisas: rentabilizar ao máximo o tempo de trabalho, tendo estes trabalhadores estado a trabalhar mais cinco horas semanais a receber o mesmo salário. É facto que não foram os argumentos políticos que obrigaram esta maioria a dar a mão à

palmatória; é facto até que, na verdade, não deu: continuará, quem sabe ainda hoje, a defender que a aplicação das quarenta horas é que era a medida justa para estes trabalhadores; que a conciliação do tempo de trabalho com o tempo familiar e de lazer não encontra acolhimento na sua agenda e que, por isso, qualquer redução da carga horária significa uma benesse incompreensível para as suas sensibilidades. No entanto, esta teimosia custou muito mais caro do que diziam conseguir poupar ao terem serviços abertos, essenciais aos bracarenses, mais cinco horas semanais sem remuneração. Felizmente para os trabalhadores do município de Braga estas horas, que sempre lhes foram devidas, ser-lhes-ão restituídas; infelizmente para todos, esta teimosia ideológica paga uma fatura, como está à vista neste orçamento. Mas sobre as incoerências da gestão financeira desta maioria, este orçamento deixa-nos perceber uma outra: a dívida de médio e longo prazo esperada regista um aumento de trinta e quatro por cento face a dois mil e vinte, o que em termos absolutos significa cerca de nove vírgula nove milhões de euros, aumento que contraria em toda a linha o discurso de eficiência na gestão e na poupança, tão insistente desde dois mil e treze, e que tantas vezes serviu para justificar a falta de investimentos ao longo destes sete anos que separam o primeiro orçamento desta maioria deste último. A redução prevista nos impostos, diretos e indiretos, afigura-se bastante compreensível, tendo em conta a atividade irregular de muitas atividades e empresas durante esta pandemia, cuja consequência naturalmente se faz sentir na arrecadação destas receitas, como está bom de ver na previsão de menos um milhão de euros face a dois mil e vinte na derrama. Especial nota damos à previsão de descida de receitas arrecadadas em sede de IMI: ao longo destes anos, no comum estilo de propaganda que esta maioria usa, nomeadamente os seus preferidos: no Facebook e através de artigos pagos em jornais, começaram a surgir as notícias

dos valores que o município deixava nos bolsos das famílias bracarenses; no entanto esses bolsos estiveram sempre cheios de páginas de jornais, porque alívio fiscal da taxa de IMI só agora, por proposta e insistência da CDU, começarão a poder sentir! Chamamos a atenção, também, para a diminuição em cerca de cinquenta e cinco mil euros em subsídios para os transportes escolares por intermédio da TUB, quando a execução de serviços de transportes sofre um reforço de duzentos e sessenta e nove mil euros para incorporar a iniciativa municipal "School Bus". Não podemos concordar que o caminho neste âmbito seja o de reforçar a prestação um serviço privado, que nem sequer serve todas as escolas públicas do concelho, quando existe uma empresa municipal de transportes no concelho capaz de o cumprir. Aliás, entendemos mesmo que a TUB estará sempre em melhores condições de garantir uma cobertura total da rede escolar do concelho, queira finalmente tomar-se a decisão de investir no cumprimento integral desta responsabilidade! O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) aqui apresentado, recorrendo a perto de metade do total de valor de empréstimos, ascende a mais sete milhões de euros do que em dois mil e vinte, cobrindo intervenções importantes como a Inserção Urbana da Rede Ciclável, intervenção no Nó de Inflas e Largo de Inflas, Requalificação do multiusos da escola Francisco Sanches, Requalificação do Parque Escolar ou a continuação da Eliminação de Barreiras Urbanísticas e Arquitetónicas - ainda que o recente investimento de dez mil euros em pilaretes para armazenar em stock nos faça desconfiar que este objetivo talvez não esteja a ser devidamente compreendido pela Coligação! - ou a requalificação de espaços públicos no Bairro de Santa Tecla. Lamentamos é que a dotação de novos projetos de ação social seja de zero, caso contrário, a requalificação dos Bairros Sociais das Enguardas e de Santa Tecla poderiam, finalmente, ser devidamente

acompanhados de intervenção social capaz de trabalhar na reabilitação das populações mais excluídas e fragilizadas, com medidas que favoreçam a inclusão e erradiquem o estigma de viver em determinados locais da cidade, mesmo com melhores condições de habitabilidade. Já o investimento da área de desporto e lazer, de menos dois vírgula um milhões de euros, não se consegue compreender. Se já na discussão do orçamento para dois mil e dezanove indicávamos que o investimento em desporto não estava em linha com a aposta que se tinha feito e os projetos que se tinham iniciado quando Braga foi Cidade Europeia do Desporto em dois mil e dezoito. Entristece-nos que assim seja, porque se demonstra falta de visão e estratégia em cimentar projetos que beneficiam as populações a médio e a longo prazo. Também o ordenamento do território vê o seu orçamento descer um vírgula dois milhões de euros, quando se torna cada vez mais evidente a urgência de usar todos os instrumentos à disposição do município para contrariar más práticas do passado: desenhos ineficazes da cidade e do concelho, falta de espaços verdes na cidade ou vias de trânsito completamente desadequadas ao seu crescimento. Não será possível, seguramente, deixar uma marca de mudança em Braga se não se mudarem os pressupostos com que se olha para um dos principais e mais antigos problemas do concelho. O forte investimento em educação, com mais sete vírgula sete milhões de euros de dotação, vem finalmente contrariar o esvaziamento que acompanhámos nos dois últimos orçamentos, que tinham somado cortes de cerca de dois milhões e trezentos mil euros. Também de reforço se testemunha o orçamento para a cultura, que ao longo de todos estes anos, foi mais do que insuficientemente financiada em Braga, ainda que este tímido aumento de um milhão de euros nos pareça manifestamente insuficiente, em especial tendo em conta a preparação da candidatura a Capital Europeia da Cultura em dois mil e vinte e sete e a execução da Estratégia Cultural vinte trinta

que, como alertamos no momento da sua aprovação, dependerá de um sério e militante investimento para que se consiga cumprir, alavancando o futuro da cultura que queremos viver no nosso concelho. Permitam-me que destaque, por outro lado, três medidas que foram incluídas no Plano de Atividades para dois mil e vinte e um e que foram propostas pela CDU, saudando a sua inclusão não necessariamente pela sua autoria, mas pelo alcance que podem significar na melhoria das condições de vida das populações. Fazendo as três parte do programa eleitoral que apresentámos em dois mil e treze e em dois mil e dezassete, ainda que uma delas tenha já quase duas décadas, no tempo da anterior gestão desta Câmara Municipal, estamos certos de que a sua execução trará benefícios a curto, médio e longo prazo, ajudando a responder a três aspetos essenciais da vida da cidade: o ambiente, a mobilidade e a resposta social do município. A primeira, um plano de arborização do espaço urbano, procura devolver ao centro da cidade e alargar os espaços verdes de que tanto necessita, contribuindo para o usufruto direto por parte da população e para a regulação climática, nomeadamente na mitigação da ilha de calor criada com temperaturas mais altas, permitindo sombra no verão, a redução da velocidade do vento e, com isso, o aumento do conforto bioclimático, a redução do ruído urbano - nomeadamente do tráfego automóvel -, para ajudar na redução das emissões de CO dois onde normalmente são mais altas. A segunda, e que não fora a pressa da anterior maioria municipal na Câmara não ter querido provar que nunca resultaria, tendo terminado a experiência no espaço de um mês - proposta apresentada pelo vereador da CDU eleito então, Casais Batista -, a criação de parques de estacionamento nas zonas periféricas da cidade, interligados com a rede de transportes públicos, desincentivando a utilização de viaturas particulares dentro da cidade, mas oferecendo alternativas quer de

estacionamento, quer de transporte, às populações. E por último, num programa proposto pela Câmara Municipal, a criação de uma resposta pública, assegurada pelo município, que funcione como albergue para a população sem-abrigo do concelho, um pouco à semelhança da solução temporária encontrada desde o início da pandemia no Pavilhão da Escola EB dois, três de Nogueira, mas em regime permanente, e podendo alargar um tipo de resposta que, até aqui, é dada apenas por uma instituição em Braga, a Cruz Vermelha, que possui um Centro de Acolhimento que há muito se torna insuficiente para albergar mais utentes. Por fim, salientamos o reforço orçamental para o Regime de Apoio Direto ao Arrendamento, o RADA, em articulação com a empresa municipal Bragahabit, e saudamos o reforço que este orçamento traz para as freguesias, com um aumento de duzentos e setenta mil euros face a dois mil e vinte, ainda que há dois orçamentos estivéssemos a questionar precisamente o corte que estas sofreram da transferência municipal e a demora nos ajustes dos valores dos Contratos de Execução celebrados desde dois mil e treze, e que logo no final do seu primeiro ano de aplicabilidade demonstraram ficarem aquém dos cálculos reais do custo das competências que as freguesias assumiram desde então. Um orçamento, assim, que corrige o sentido da marcha para poder aumentar a velocidade em dois mil e vinte e um, cuja maioria dos investimentos transitam do orçamento de dois mil e vinte e no qual constam projetos e obras que constavam no primeiro orçamento desta maioria. Um Plano e Orçamento de continuidade desta maioria, como dizia no início, e de final de mandato, em que fica clara a urgência em terminar, executar, concretizar acima de tudo. A introdução deste documento garante que esta maioria constrói orçamentos a pensar na cidade e não em processos eleitorais, e é certo que, reconhecendo o reforço de investimento que este orçamento para dois mil e vinte e um representa, este documento beneficiará

*alguns aspetos da vida do concelho. Mas configura um estilo de trabalho e uma prática de fazer política com a qual não nos identificamos; as insuficiências do concelho devem ser combatidas e resolvidas ao longo dos mandatos; os investimentos nas prioridades do concelho devem ser feitos ao longo dos mandatos; o compromisso com a melhoria da qualidade de vida das populações do concelho deve ser cumprido todos os dias, ao longo dos mandatos. Guardar o ouro para o fim - nem que não seja com a construção de rotundas ou piscinas olímpicas - pode engrandecer quem procura o reconhecimento imediato de um resultado eleitoral favorável; mas diminui e prejudica os interesses e as aspirações dos bracarenses, e este é, portanto, um caminho com o qual não compactuamos". Depois, foi a vez do **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** se pronunciar sobre o tema em debate, tendo, para o efeito, salientado que: "As opções do Plano para dois mil e vinte e um não trazem nada de novo; no essencial, correspondem a promessas não cumpridas em dois mandatos autárquicos, mas que o executivo pretende em velocidade quântica realizar em ano de eleições! De facto, com a promessa de mais investimento, em ano de eleições, a dívida aumenta trinta e quatro por cento. Fica mesmo no limite do endividamento ao abrigo da excecionalidade criada pelo governo por causa da pandemia. Constatamos uma redução na receita proveniente do IMI e da redução dos passes dos TUB (menos trezentos e cinquenta mil euros). Contudo, no que respeita ao IMI, as taxas não foram alteradas pelo que daí não resulta benefício para os contribuintes. O mesmo sucede com as demais taxas, multas e derramas. No fundo, é um orçamento de continuidade. O executivo chora lágrimas de crocodilo pelos efeitos da pandemia na economia, mas na verdade, em termos de orçamento e de grandes opções não se nota nada relevante em favor das empresas e dos trabalhadores sem*

rendimentos. Comparando os números orçamentados para dois mil e vinte e um com os números de execução de dois mil e dezanove, os únicos que podem servir de comparação, verifica-se que em termos de receita, no que respeita a impostos e taxas, a diferença não é de relevo. Fica tudo na mesma no que respeita ao investimento nas freguesias, com a devida diferença resultante do arrastamento no tempo de projetos e de obras que vão ser concretizadas em ano de eleições. Estamos em crer que a capacidade de execução no ano de dois mil e vinte e um, considerando as dificuldades das empresas e dos cidadãos, aquelas com atividade nula, em alguns casos, e estes com pouco ou nenhum rendimento; no limite, é muito provável que a receita seja muito menor devido à crise económica, sendo por isso, um orçamento demasiado otimista e que será retificado. Refere-se o "apoio aos cidadãos mais necessitados" o que demonstra preconceito e desconhecimento: trata-se de munícipes em situação de vulnerabilidade económica e social resultante da crise provocada pela pandemia e que, nessa qualidade, devem ser alvo de uma atenção e de uma resposta mais estruturada do que a muito vagamente prevista pelo executivo. Consideramos que este orçamento é tímido ou até mesmo incipiente na resposta à crise social. Continua a remeter para o setor social a resposta para uma crise que vai ser muito dura. A Câmara Municipal de Braga devia chamar a si muitas das responsabilidades da resposta. As cantinas sociais vão ser insuficientes e não há medidas que prevejam que mais alunos possam beneficiar de refeições, bem como as respetivas famílias. O investimento na educação não sofre alteração. Relativamente à habitação, com a exceção da alteração do RADA, proposta nesta Assembleia Municipal pelo Bloco de Esquerda, não há reforço financeiro da BragaHabit pelo que continua sem resposta o maior problema deste executivo e de quem procura Braga para viver: a HABITAÇÃO SOCIAL. Relativamente à mobilidade, não há destaque para as

questões da "mobilidade suave" dentro de um plano estruturado. Foram prometidos mais de setenta e cinco quilómetros, já em dois mil e treze, e o que temos agora é a reabilitação polémica e muito questionável da variante da encosta, que implicou, ainda por cima, o abate de cinquenta árvores já de grande e médio porte: um autêntico desastre ambiental perpetrado pela própria autarquia. São escassas as verbas para a cultura, não obstante, a candidatura a Capital Europeia. Concluindo: não temos confiança neste orçamento, desde logo, porque nas Opções do Plano não há CONFIANÇA; como é possível escrever tantas centenas de páginas, tantos planos, atividades, opções, sem mencionar, ao menos uma vez, por engano que fosse, a Fábrica CONFIANÇA! Não temos dúvidas: o executivo não merece confiança porque não dá valor à CONFIANÇA que tem". Registou-se, ainda, a intervenção do **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para revelar que iria ser muito sucinto em relação àquele ponto, porque todo o percurso feito pela Coligação, durante estes anos, tinha dado frutos e, sendo assim: "O Grupo Municipal do CDS-PP vai votar favoravelmente o documento. Não se trata de um mero conjunto de documentos, que para alguns, não passa de um documento "absolutamente eleitoralista", ou uma panóplia "de projetos e obras que se arrastaram no tempo" e agora veem a sua conclusão com o propósito único de estarmos em ano eleitoral. Sejamos sérios e conscientes, não é fácil. Cumprir com o eleitorado e adequar a gestão do município ao carrocel de prioridades exige gestão, atrever-me-ia a dizer uma gestão com sentido e rigor, com propósito, sobretudo com enfoque para as necessidades decorrentes do período com que os Bracarenses se debatem diariamente. Mostra Abertura, Partilha e compromisso, pois o produto, destes documentos foi emanado e desenvolvido com os Executivos das freguesias. Louvamos o compromisso e o rigor. Não é fácil! Mas também não

é impossível!”. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** informou que após a reunião com a Conferência de Líderes e tendo em conta o avançado da hora e os pontos da ordem de trabalhos que ainda faltavam ser apreciados, mas, entretanto, o **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, pediu a palavra para dizer que foi uma deselegância dos outros partidos, perante os pequenos partidos, nomeadamente, o Bloco de Esquerda e o PPM. Na realidade, foi tudo cozinhado, não sabia do que estiveram a falar, com os outros partidos. Não houve Conferência de Líderes, pois ninguém o chamou para essa conferência e quem tinha que chamar para essa conferência era a Sr^a. Presidente da Assembleia Municipal, que pediu desculpa pelo ocorrido. Interveio o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para dizer que percebia o ponto ali feito pelo seu colega, mas queria dizer que expressamente tinha solicitado à Mesa que fosse convocada a Conferência de Líderes, expressamente pediu que o fosse e julgava que o tivesse sido e queria que isso ficasse claro. Se houve, ali, algum atropelo não queria que ele tivesse sido entendido como tendo sido promovido pelas bancadas ou até pela Mesa, poderia ter sido por um lapso que admitia, perfeitamente, que pudesse ter acontecido. Queria era deixar isso claro, não houve qualquer tipo de intenção, julgava, de ninguém de tentar excluir quem quer que fosse e não tinha problema nenhum em voltar a reunir, formalmente, se a Sr^a. Presidente assim o entendesse, e discutir outra vez aquela questão. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** voltou a reunir com os líderes dos Grupos Municipais, tendo informado que, por decisão da Conferência de Líderes, aquela sessão da Assembleia Municipal ficou suspensa e continuaria no ponto dois, na próxima terça-feira, vinte e dois de dezembro, naquele auditório, com início às dezanove horas, não haveria intervalo e esperava que terminasse antes das vinte e três horas. **APROVAÇÃO DA ATA EM**

MINUTA: A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante ao ponto um de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. ENCERRAMENTO: Às vinte e três horas, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de dezassete de dezembro de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

REUNIÃO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020

*No dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte, retomou-se a sessão do dia dezassete de dezembro do mesmo ano, nesta cidade de Braga, no grande Auditório do Fórum Braga, pelas dezanove horas, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Segunda Secretária. **MAIORIA LEGAL - A SENHORA PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de sessenta e oito membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** Hugo Alexandre Lopes Soares, João Filipe Monteiro Marques, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Maria Manuela de Freitas Marques, José*

Raúl de Oliveira Rodrigues, Fernando Manuel Martins Viana, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Domingos da Silva Abreu, Ana Margarida Sarmiento Manso da Silva Macieira, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ricardo Machado de Azevedo, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, Fausto Alves Farinha, António Joaquim Tavares Fidalgo, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Catarina Lourenço Ribeiro, Emiliano Renato Araújo Novera, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, Bárbara Seco de Barros, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, João Jorge Ferreira Baptista, Rita Costa Pinto de Barros, António Meireles de Magalhães Lima, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, Maria Ester da Silva Taveira, Daniel Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, Manuel Gomes de Oliveira, José João Pereira Correia, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes Oliveira, António Rolando Pimenta da Silva, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado, João Lamego Moreira, César Manuel Faria Gomes, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Manuel Pereira de Faria, Manuel Joaquim Ferreira Coelho e Paulo Manuel Vilaça Ferreira. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO:** A Assembleia, em face dos pedidos

apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Maria Ester da Silva Taveira, Serafim Figueiral Rebelo, Américo dos Santos Afonso, Bento Duarte da Silva, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, João Diogo Fernandes Ferreira, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Maria José Fernandes Teixeira, Jorge Daniel Paredes Abreu, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Carlos André da Silva Alves de Sá, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Carla Maria da Costa e Cruz, Paula Maria de Azevedo da Cunha, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira e Maria Alexandra Nogueira Vieira. **JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** A Assembleia, em face do pedido apresentado, deliberou aceitar a justificação de falta de Carmino João da Costa Soares. **FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:** Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Manuel Carlos Ferreira da Silva, José Oliveira da Silva, Fernando Alberto Oliveira da Costa e Silva, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto e Maria Elizabete Marques da Silva. Passou-se de seguida à continuação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO DOIS – OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA PARA DOIS MIL E VINTE E UM.** A palavra foi dada ao Sr. **Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA,** para salientar que os documentos que estavam em discussão, as Grandes Opções do Plano e, sobretudo, o seu Plano de Atividades, eram documentos muito bem elaborados e muito bem estruturados. Esses documentos deviam ser documentos de compromisso e ser realistas naquilo que era a sua apresentação, mas, também, a sua concretização. Portanto, dito isso, parecia-lhe que os documentos eram, também, de fácil leitura, uma leitura também muito simples. Mas era evidente

que, para além de propostas que consideravam sempre interessantes para o desenvolvimento de Braga, em várias áreas, havia algumas questões que importava referir. Um problema que naturalmente era atendível nas Grandes Opções do Plano, era a pandemia e, quer se quisesse ou não, a Câmara previu muitas das ações que teriam uma realização muito difícil no primeiro semestre. No entanto, não deixava de contemplar no plano, um número significativo de ações que, efetivamente, não eram compagináveis com aquilo que era, também, a sua experiência relativamente àquela questão, desde logo, nas questões de economia. A Câmara Municipal de Braga, através da Investbraga, sempre teve um papel importante na atração de novas empresas, na atração de novos empreendimentos, sob o ponto de vista empresarial, e os números também estavam aí para falar. Numa situação em que estavam também em baixa, era evidente que as linhas que orientavam aquela que era a intervenção, sob o ponto de vista da capacitação económica, não lhe parecia que estavam à altura daquilo que também foi o afã com que durante os últimos anos fizeram crer na opinião pública. Achava que deveria haver uma linha mais robusta, deveria haver uma linha que, efetivamente, orientasse e fortalecesse e, sobretudo, tivesse um papel importante na recuperação do tecido económico do concelho. Reparassem que algumas opções que lá constavam eram muito importantes, apesar de inscritas, dificilmente, seriam efetuadas. E, desde logo, as questões de mobilidade, que mais tarde, naturalmente, o outro seu colega Deputado iria ali levar à colação. Efetivamente, hoje, as questões de mobilidade eram muito importantes para aquilo que era a agilidade e a flexibilidade até do tecido empresarial. Depois, por exemplo, assistiam ao desaparecimento da Associação Industrial do Minho e, parecendo que não, havia uma lacuna que era muito importante e não podia a Câmara substituir-se a uma associação, que tinha uma dinâmica própria e que

não era, se calhar, substituível por uma autarquia. Portanto, havia, também, que repensar essa questão, sob o ponto de vista do fortalecimento e da recuperação que previam para o concelho. Passando à questão da proteção civil, gostava de passar um bocadinho por algumas das áreas, nessa questão, achava que a formulação daquilo que era estrutura da proteção civil concelhia, não estava tão bem formulada naquele Plano de Atividades como no restante. Limitaram-se a falar, apenas, da Policia Municipal, que era uma estrutura da proteção civil; dos Bombeiros não apresentaram muitas questões, sobretudo, na questão do reapetrechamento e, sobretudo, em documentos que eram importantes, nomeadamente um que, aliás, era bem frisado porque, em termos de proteção civil, falava-se, sobretudo, nos fogos florestais e nalgumas medidas, mas a verdade era que a proteção civil não passava só por isso. E, mesmo aí, não conheciam ou desconheciam aquele que era o plano de emergência do combate aos fogos florestais. Ainda não foi àquela Câmara e, portanto, não existiam sequer documentos, faltando também mapas de riscos de algumas questões que tinham a ver com acidentes naturais e era preciso que houvesse esses documentos para depois, na hora da verdade, poderem intervir. Passava a um outro assunto, que lhe parecia muito importante, que tinha a ver com a questão da ação social. Sobretudo, nesta altura, as questões sociais eram de grande importância para o concelho. Eram de grande importância para poderem reabilitar e fazer com que ninguém ficasse para trás como, aliás, era uma tónica que aparecia naqueles documentos. A verdade, era que a rede social de Braga, foi destruída já no mandato de dois mil e treze a dois mil de dezassete e enquanto essa rede social não estivesse recuperada, dificilmente as ações que foram propostas seriam realizáveis e mesmo essas ações a efetuar por outras entidades e até com uma novidade, que lhe parecia interessante, que era um laboratório que estava sediado

na rua do Castelo. Mas, a verdade, era que a rede social se não funcionasse, e ela foi, efetivamente, desmantelada, dificilmente o concelho de Braga poderia ser o concelho solidário que presumia e pensava ser e estava explanado, também, nesses documentos. E dizia isso, porque as comissões interfreguesias não funcionavam, e se não houvesse um diagnóstico, se não houvesse grupos de trabalho, nas várias áreas temáticas da habitação, do combate à marginalidade, da droga, à demência, etc., tudo isso era sempre muito complicado. Portanto, as ações podiam parecer casuísticas e deslocadas do seu próprio interesse. No que dizia respeito às autarquias de freguesia, dizia-se que a Câmara queria um desenvolvimento que fosse coeso e homogéneo em todo o concelho e, sinceramente, isso não acontecia. Aliás, já tinha ido ali referir que em dois mil e treze o Sr. Presidente da Câmara disse que iria dignificar o papel das Juntas, que iriam ter um papel interventivo e, passados sete anos, a coesão que existia e a harmonia não era igual em todo o concelho. Bastava ver aquilo que era a distribuição das obras propostas para cada uma das freguesias, para se perceber isso. E isso teve uma origem no desmantelamento, também, do gabinete de apoio às freguesias, que ali foi e acabou por ser proposto, para que ele fosse reconstituído e o Sr. Presidente da Câmara entendeu que não. Mas era muito importante e porquê? Porque era ele que centralizava e operacionalizava tudo aquilo que era a intervenção das Juntas e iria dar alguns dados. Neste momento, o que acontecia era o seguinte: apesar do esforço do Dr. António Barroso, que era um incansável junto das Juntas de Freguesia, a verdade era que, muitas vezes, era “desautorizado”, quer por políticos, quer por chefes de divisão ou chefes de departamento e, muitas vezes, aquilo que ele gostaria de levar avante, não era levado. As Juntas de Freguesia estavam ali e sabiam que o que estava a dizer era rigorosamente verdade. E, depois, também, o Dr. Ricardo Rio disse que nos

mandatos dele, não iria acontecer o que acontecia nos mandatos do Partido Socialista, de as obras se sucederem umas às outras, sem serem efetuadas, sem que outras estivessem concluídas e outras fossem iniciadas, sem que as anteriores estivessem pagas. E esse era “o pão nosso de cada dia”, havendo centenas de obras por executar e a maior parte delas, também, por pagar. E mais, o sentimento que hoje existia era que havia empresas que já se negavam a fazer obras, porque não sabiam quando iriam receber. Esse era um problema que a Câmara Municipal tinha que resolver. Por outro lado, neste plano que, diria, tinha muitas obras, até poderia dizer que era um plano eleitoralista, as Juntas de Freguesia tinham lá previsto, para execução por elas próprias, por delegação, cerca de trezentas e cinquenta obras e estava previsto um investimento, apenas, de três milhões de euros. Se todas fossem realizadas em dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, cada obra teria nove mil euros em cada ano. Sabiam que isso era impensável, que não podia ser. E, portanto, aí o plano falhava redondamente naquilo que era uma distribuição homogénea, daquilo que eram as obras e daquilo que eram os valores para as obras. Aliás, essas obras, não eram quantificadas no Plano Plurianual de Investimentos o que, naturalmente, dificultava qualquer tipo de leitura. Portanto, tinham as Juntas de Freguesia a receber obras, umas mais, outras menos, onde essa homogeneidade não existia. O Dr. António Barroso poderia fazer a leitura daquilo que foram as obras delegadas em cada uma das freguesias, desde dois mil e treze, aquelas onde houve apoios financeiros, onde houve subsídios, para perceberem o diferencial, e não era justo que isso acontecesse, porque estavam a construir um concelho e as Juntas de Freguesia tinham um papel importante de forma muito desfasada, de forma muito desconcertada e isso não era bom para o concelho, porque até aqui, o concelho de Braga cresceu com base, sobretudo, na força das Juntas de Freguesia e

cresceu de forma homogénea, fazendo com que as pessoas das zonas rurais não se deslocassem para a cidade, evitando uma sobrecarga, porque era possível construir nas freguesias valências de vários níveis, desportivas, escolares, acessibilidades, transportes de forma coesa e homogénea. Por último, falar num setor que era muito importante, a educação. Da educação foi dito, e era verdade, que ela era importante para darem o salto no desenvolvimento que todos aspiravam. Aliás, era uma aspiração das próprias famílias, era uma aspiração de toda a sociedade bracarense e havia três aspetos em que a ação da Câmara era importante, relativamente àquilo que era a definição da Carta Educativa e aquilo que eram os projetos de infraestruturas e os apoios, a questão do projeto educativo municipal, que previa de forma complementar apoiar em termos dos currículos e também com atividades supervenientes ou complementares ao período educativo e as questões dos apoios socioeducativos. Nos apoios socioeducativos, a Câmara continuava, e bem, aquilo que era uma boa execução já vinda de trás, nomeadamente, nos apoios socioeducativos e até os reforçou, não se cansava de dizer isso. E também aproveitou aquilo que foram propostas atuais do Partido Socialista, nomeadamente, o choque tecnológico com a dotação de computadores para as escolas do primeiro ciclo e para os jardins de infância. E era muito importante e isso não estava muito bem explicado, a questão da transição para uma sociedade digital e era na escola que se fazia isso e não via isso nos projetos e era muito importante que os visse. Também não via aquilo que era o apoio, sobretudo, no combate ao insucesso escolar, porque as propostas eram de capacitação, não era com capacitações, era, também, com capacitações, mas era com trabalho no terreno, com diagnóstico, com políticas ativas junto das escolas, identificando os problemas e combatendo-os e não com capacitações ou com atividades que não chegavam a lado nenhum. Entretanto, para concluir,

porque não queria gastar o tempo todo, porque havia outros assuntos de grande importância naquela Assembleia, dizer que a Carta Educativa era um aspeto muito importante. Como ali denunciaram, não teve a coragem de identificar as questões que tinham a ver com a rede de equipamentos educativos e eram feitos um bocadinho à vista, sem orientação específica e não percebendo, apesar de constar nessa Carta Educativa, fluxos internos, a questão de deslocação de populações, aquilo que eram zonas de atratividade. Isso não existia. A exemplo disso, levou-lhes, ali, no início da sessão, na anterior semana, o Presidente da Junta de Gualtar, uma questão que era muito importante, que tinha a ver com problemas emergentes sentidos, onde era preciso uma intervenção rápida e essa intervenção foi descorada, completamente, apesar de comprometida desde início. Esse problema em Gualtar só aconteceu, e foi isso que foi ali dizer no outro dia, porque em dois mil e treze, finais de dois mil e treze, dois mil e catorze, a Senhora Vereadora da Educação e o Senhor Vice-Presidente da altura, não quiseram fazer o projeto que estava previsto, porque era caro, custava um milhão de euros e, hoje, e bem, havia escolas que iriam ser requalificadas a custar um milhão e quinhentos mil euros. Portanto, para perceberem que esta homogeneidade não existia, mesmo até na questão de educação. A Carta Educativa não existia, a sua revisão não passava duma mera intenção, não existia coragem para perceber o que iria acontecer em Braga dentro de alguns anos e iriam continuar a assistir a uma área de equipamentos educativos sem qualquer tipo de orientação e a precisar, constantemente, de intervenção, porque era preciso perceber o que se estava a passar no concelho. Ficava, ali, a primeira intervenção, outra seguir-se-ia e a verdade era que as Juntas de Freguesia tinham uma relação diferente com a Câmara Municipal. A sua relação era feita noutra sentido. De qualquer forma, era-lhes sempre dada a liberdade de poderem votar como quisessem, estando a

referir-se, naturalmente, aos Presidentes de Junta do Partido Socialista. Seguidamente interveio o **Sr. Deputado do P.S.D., RUI NUNO GONÇALVES MARQUES**, para destacar que: “O ano de dois mil e vinte fica indubitavelmente marcado pela pandemia de COVID-dezanove e por tudo aquilo que esta representou para a vida das pessoas, das empresas e instituições que suportam a nossa sociedade. Infelizmente, o próximo ano, também ele será, ainda, marcado pelos profundos e nefastos impactos da pandemia ao nível económico e social. Braga tem sido um dos municípios que tem estado sempre na linha da frente deste combate, com diversas medidas de âmbito alargado, seja no apoio social, nos auxílios económicos ou na cooperação com outras entidades, públicas ou privadas. Esta realidade implica obviamente desafios acrescidos para a gestão municipal se tivermos em conta que persiste um injustificado e penalizador centralismo que fomenta bloqueios institucionais que condicionam a autonomia real do poder local e que, por conseguinte, impedem que o resultado e efeito da sua ação seja na dimensão que a situação impõe e as populações locais exigem. Assim sendo, importa sublinhar que: Um - O atual quadro pandémico impossibilita que o orçamento municipal para dois mil e vinte e um seja preparado e projetado num cenário de pressupostos macroeconómicos que tenham o grau de previsibilidade a que estamos habituados; Dois - Sublinhe-se, também, que a elaboração deste documento é igualmente condicionada pela inexistência de informação sobre eventuais apoios governamentais, designadamente, através do fundo social municipal, que permita ao município financiar importantes despesas, já concretizadas, no combate à pandemia e, por outro lado, alavancar outras medidas fundamentais, não apenas na prevenção da saúde pública, mas também, na dinamização do comércio local. É, pois, neste enquadramento e em resultado dele que as Grandes Opções do Plano e

Orçamento para dois mil e vinte e um deverão ser entendidas e compreendidas. Para a construção deste Orçamento, o Executivo assume um conjunto de opções estratégicas e pressupostos fundamentais que demonstram a forma responsável, estruturada e proactiva com que encara este exercício, a saber: Consolidação e reforço de um robusto plano de investimento municipal, baseado num quadro estratégico de resposta a necessidades consideradas prioritárias e de racionalização de recursos. Para dois mil e vinte e um o investimento preconizado ultrapassa os trinta e cinco milhões de euros. A este propósito, gostava de fazer, aqui, uma correção a uma informação que foi, aqui, veiculada na primeira parte desta sessão da Assembleia Municipal, na passada quinta-feira, quando o Sr. Deputado Pedro Sousa, neste mesmo púlpito, referiu que no orçamento para dois mil e vinte e um, o Município teria previsto para estudos, pareceres, projetos e consultoria, um valor na ordem de grandeza dos doze milhões de euros. Ora, este valor, naturalmente, compreendo que tenha sido um lapso, foi aumentado dez vezes. O valor efetivo é de um milhão e duzentos mil euros, um milhão duzentos e oitenta e oito, mais precisamente e reflete, apenas, um acréscimo de mais cento e onze mil euros, face àquilo que estava previsto no ano anterior e, a este propósito, até convém catalogar este aumento como pouco expressivo ou até quase irrelevante se tivermos em consideração que durante o ano de dois mil e vinte e um, um aumento muito significativo do investimento municipal que, naturalmente, acarreta despesas com estudos, pareceres, projetos, consultoria. Portanto, nesta medida, diria que é cada vez mais frequente o recurso do Município aos serviços internos, e só isso é que permite que esta rubrica tenha a evolução marginal que tem este ano, ao contrário do que aqui foi referido. Manutenção das dotações destinadas à concretização das competências e investimentos nas freguesias: oito vírgula seis milhões de euros. Aumento das dotações destinadas ao combate da

pandemia: mais um milhão de euros. Criação de dotação orçamental para a promoção de Programa de Apoio à Redução Tarifária no serviço de transportes municipais: um milhão de euros. Reforço da dotação destinada a financiar o apoio à habitação, RADA - Regime de Apoio Direto ao Arrendamento, passando a totalizar oitocentos mil euros (mais duzentos mil euros). Redução da previsão dos impostos diretos e indiretos em um vírgula quatro milhões de euros, face a dois mil e vinte, em consequência da crise provocada pela pandemia. Manutenção da isenção de taxas e licenças municipais para os agentes económicos, que foi determinada durante o ano de dois mil e vinte, de forma a apoiar o tecido económico, nomeadamente os setores do comércio e da restauração: que representa uma redução de receita na ordem do meio milhão de euros. Redução dos valores previstos para a organização de iniciativas culturais e desportivas, decorrente do quadro de restrições sanitárias que se prevê se estenda, pelo menos, até final do primeiro semestre do ano dois mil e vinte e um. Incremento dos recursos destinados a financiar as despesas com o pessoal, como consequência das correções salariais, respetivos encargos patronais, as progressões na carreira legalmente previstas e ajustamentos ao mapa de pessoal por via da necessidade de capacitar o município às novas exigências legais, organizacionais e operacionais: mais três vírgula dois milhões de euros. Preservação do esforço orçamental de locação de recursos para o pagamento de sentenças judiciais no âmbito da construção do Estádio Municipal: três milhões de euros. Assunção do compromisso intermunicipal de apoiar a Rede Especial de Transportes, no âmbito da CIM Cávado: quatrocentos mil euros. Manutenção das dotações destinadas a financiar as aquisições de bens e serviços e transferências, tendentes à prossecução da atividade municipal, consubstanciando-se, entre outras ações, na manutenção dos contratos-programa estabelecidos com as

empresas municipais, coletividades e instituições desportivas e culturais. Assim, globalmente, o orçamento ascende a cento e trinta e três vírgula quatro milhões de euros, o que representa, relativamente ao ano anterior, um acréscimo de cerca de doze vírgula seis milhões de euros, que fazem deste o maior orçamento deste mandato. Do lado da receita, esta variação é justificada fundamentalmente pelo crescimento da receita proveniente de financiamento bancário (mais onze milhões de euros), com vista à execução de diversos projetos de interesse municipal, espelhados no Plano Plurianual de Investimentos. Do lado da despesa, a variação compreende um aumento das despesas correntes (seis vírgula seis milhões de euros) e um aumento das despesas de capital (seis milhões euros). Ao nível das despesas correntes, não obstante o esforço de racionalização dos recursos municipais, esta variação reflete essencialmente: um aumento das transferências correntes (mais três vírgula um milhões de euros), que decorre do alargamento de competências desenvolvidas pelo município, por via da descentralização de atribuições para as autarquias locais, bem como do desenvolvimento de um conjunto de iniciativas de apoio social, onde se destaca o já referido Programa de Apoio à Redução Tarifária, o reforço do RADA e um aumento da dotação para as instituições sem fins lucrativos; concorre, ainda, para o aumento das despesas correntes o aumento das despesas com pessoal (mais três vírgula dois milhões de euros), que acomoda as correções salariais e ajustamentos ao mapa de pessoal para suportar tecnicamente o alargamento das competências e atribuições do município. Já ao nível das despesas de capital, a variação corresponde à aposta firme do executivo em promover o investimento, quer em infraestruturas, quer na beneficiação e requalificação do património municipal. O valor atribuído às Grandes Opções do Plano ascende a oitenta e seis milhões de euros, compreendendo o Plano Plurianual de Investimentos no montante de trinta e

cinco vírgula seis milhões de euros, e as Atividades Mais Relevantes, no valor de cinquenta vírgula três milhões de euros. O Plano Plurianual de Investimentos, como é sabido, reflete todos os projetos e ações que implicam despesas orçamentais destinadas ao investimento, e, em dois mil e vinte e um, o Executivo prevê continuar o seu programa de modernização e requalificação de edifícios municipais, escolares, culturais, desportivos e outras obras municipais, de forma a tornar Braga uma cidade melhor para se viver, trabalhar, visitar, estudar ou investir. Assim, após a concretização de obras emblemáticas que marcam indelevelmente este mandato, como é o caso da requalificação do Fórum Braga, Parque Desportivo da Rodovia, Pousada da Juventude ou do Mercado Municipal, em dois mil e vinte e um, o executivo prevê concretizar: A requalificação e beneficiação de edifícios municipais, com um montante global de um vírgula três milhões de euros, que envolvem a requalificação da antiga Escola Francisco Sanches, transformando-a num espaço multiusos cultural; a realização de obras de beneficiação na Central de Camionagem e a construção do Centro Municipal de Proteção Civil. A requalificação e beneficiação de edifícios escolares, com um montante global de nove milhões de euros, que prevê a requalificação de quase duas dezenas de escolas do concelho; além de diversas reparações e beneficiações noutros edifícios escolares. A requalificação e beneficiação de edifícios culturais, com um montante global de dois vírgula cinco milhões de euros, que permitirão concretizar a realização de obras de beneficiação na Ínsula das Carvalheiras; requalificação do Media Arts Center, Casa dos Crivos, Museu da Imagem, Torre de Menagem e uma intervenção de reabilitação no convento de São Francisco de Real. A promoção da mobilidade sustentável e melhoria da rede viária, com um montante global de cinco vírgula dois milhões de euros, que envolve investimentos na inserção urbana de rede ciclável; eliminação de

barreiras urbanísticas e arquitetónicas; implementação do projeto "Eu passo aqui"; projeto para a intervenção no nó de Infias e Largo de Infias; entre outras obras de requalificação ou beneficiação num conjunto alargado de artérias estruturantes para a acessibilidade e mobilidade no concelho. A valorização ambiental, com um montante global de três vírgula oito milhões de euros, que compreende um conjunto de investimentos a realizar na rede de praias fluviais, dotando o Município de espaços extraordinários de fruição e lazer ao longo do rio Cávado, complementado com o reforço da rede de percursos pedestres. Estes investimentos aliados ao desenvolvimento do Eco Parque das Sete Fontes e à intervenção no parque urbano das Camélias são a confirmação da aposta no bem-estar e na qualificação de espaços naturais do concelho. A regeneração industrial, com um montante global de setecentos e dez mil euros, que permitirá a renovação do pavimento do Parque Industrial de Padim da Graça, tornando este espaço de acolhimento empresarial mais atrativo e funcional. A que se soma um vasto conjunto de melhoramentos executados através de apoios e contratos de delegação nas Juntas de Freguesia, parceiras fundamentais da ação municipal. Como tem sido apanágio, o orçamento e as Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e um têm cunhado a imagem de marca do estilo de governação deste executivo: *Ambicioso, prosseguindo o maior programa municipal de modernização de que há memória; Criterioso, definindo e prosseguindo, de forma determinada e conseqüente, as prioridades de investimento que propôs aos Bracarenses para este mandato autárquico; Responsável, garantindo o equilíbrio orçamental do saldo corrente com um superavit de vinte e dois milhões de euros, montante que financiará despesas de capital, incluindo a amortização da dívida; Eficiente, procurando uma gestão mais exigente e eficiente dos recursos do Município e que reflete uma nova abordagem nos processos de relacionamento*

com o munícipe, promovendo uma maior proximidade com o cidadão, e colocando a tónica na valorização dos trabalhadores; Inteligente, procurando, sempre que possível, suportar o programa de investimentos municipais na obtenção de fundos comunitários para maximizar a sua capacidade de intervenção; e Rigoroso, procurando prever com o maior detalhe e rigor possível todas as componentes da despesa e receita, assegurando uma execução criteriosa e responsável da despesa municipal, através das melhores e mais eficientes políticas de gestão. Nota especial de destaque, ainda, para a continuidade da aposta na candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura em dois mil e vinte e sete, sendo que este desiderato não se esgota apenas em aspetos de política cultural. Esta distinção tem que estar impregnada em toda a ação municipal e assim tem sido. Preparar o concelho para tão honrosa distinção é algo que o Executivo tem prosseguido desde a primeira hora, com o desenvolvimento económico, desportivo, ambiental, patrimonial, educativo, urbano, associativo e cultural que é notório. O forte pendor das medidas sociais está bem vincado neste orçamento, bem como a dinâmica das iniciativas participativas que se esperam voltar a realizar. Dois mil e vinte e um é o ano em que se encerra mais um mandato autárquico sob esta gestão, e este orçamento não será muito diferente dos anteriores, pois a dinâmica com que este Executivo encara a sua responsabilidade e ação é diária e permanente não se focando nos ciclos eleitorais. Estamos, por isso, perante um orçamento de um executivo que governa para melhorar a qualidade de vida dos Bracarenses e não para as eleições”.

Interveio depois o Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA para, a este propósito, salientar que: “Esta é uma maioria de narrativas, que ao longo dos anos nos tem apresentado diferentes assinaturas. Nos primeiros anos da sua governação, falava-nos de que aqueles não eram os programas e os

planos de atividade e os orçamentos que gostaria de apresentar; falava-nos de cem dias, cem medidas que iriam transformar a cidade, logo no início daquilo que foi a mudança do ciclo político; falava de uma nova forma de estar na relação com os autarcas, com os cidadãos, com as Juntas de Freguesia nos documentos provisionais, nos documentos com que se apresentava à cidade e falava, também, e sempre repetidamente, da narrativa dos esqueletos nos armários. Há, felizmente ou infelizmente, outras narrativas e, também, a pretexto daquilo que é a análise do orçamento e das grandes opções do plano, discussão em sede de Assembleia que sempre nos permite fazer uma análise e um balanço políticos daquilo que é a governação da nossa terra, abordar estas, mas não só estas, e também passar por outras narrativas. Há uns anos o PS votou, aqui, contra, por exemplo, a questão de construirmos a academia do Sporting Clube de Braga nos terrenos do parque norte. Hoje, sabemos que se reabrirá, em sede judicial, um processo porque se utilizou para fim indevido, foi dado um fim indevido, foi dada uma utilização indevida, a um espaço que tinha “ab initio” outro fim, ser um parque de fruição público, um parque urbano de acesso livre a todos os cidadãos. Esta é outra narrativa, a narrativa de um sem fim de trapalhadas que vão marcando, também, com prejuízo de todos, a governação da cidade. Mas para além desta, há o complexo desportivo integrado em São Vitor, numa zona de grande pressão urbanística, de grande pressão de fluxo rodoviário e que não faz, também, para aquela zona, adivinhar nada de bom. A Quinta das Portas, o Leroy Merlin, a forma como desqualificamos, apesar da intervenção cuidada, um dos quarteirões mais bonitos da cidade, com intervenção na rua vinte e cinco de Abril; as Sete Fontes, a forma como destruímos cidadãos moradores, como não acautelamos alguns dos seus contributos e a forma impositiva, algumas vezes, até dura e confrontacional com que foram tratadas as zonas trinta; a inexistência da

revolução das ciclovias; a degradação de infraestruturas de proximidade, ao nível desportivo, em diferentes bairros e diferentes freguesias da cidade e do concelho e, também, a forma como em muitas áreas, nomeadamente desta do urbanismo, a Câmara tem serviços a funcionar de forma ineficiente e com incapacidade de responder, com tempo útil e com eficiência, àquelas que são as aspirações dos cidadãos. Sobre a cultura, o PS não pode deixar de fazer um elogio de forma séria, à ambição da capital europeia da cultura, é uma ambição positiva, a ambição de transformar a cidade e de lhe dar, até porque reconhecemos, também, sem nenhum problema e com humildade, que também no passado houve muitas coisas que na área da cultura ficaram por fazer e, portanto, esta ambição de abrir mais Braga ao mundo, do ponto de vista cultural, é uma ambição benévola, é uma ambição que nos revemos, mas é uma ambição que não pode ser feita nas costas daqueles que fazem a cultura na cidade. Hoje, olhamos para o plano cultural vinte trinta e para a estratégia da capital europeia da cultura e vemos algumas inconsistências do ponto de vista do pensamento, algumas inconsistências do ponto de vista daquilo que são algumas das guidelines internacionais sobre esta matéria, na forma pouco cosida, pouco articulada, como questões como o território, o património, a criatividade, a internacionalização, como diferentes áreas que convivem num projeto desta natureza, nas suas diferentes pressões, a criação, a produção, a educação e a mediação cultural, a participação da comunidade, o pensamento contemporâneo, a descentralização que, felizmente, encontra neste plano um eco positivo, com a requalificação de um conjunto de serviços em algumas Juntas de Freguesia fora mais do casco urbano que, naturalmente, o PS, numa lógica de cultura para todos, abrangente e levada aos quatro cantos do concelho merece, naturalmente, o nosso aplauso. E ouvirmos, algumas vezes, da parte de instituições culturais, de movimentos informais de

cultura, das Juntas de Freguesia, que são, como todos sabemos, aqueles que melhor conhecem o território, as suas tradições e sabemos que estes planos não tiveram, da parte de tanta gente, com tanto saber e com tanto contributo a dar, a capacidade de integrar e de serem valorizados e mais qualificados pelo contributo de muitas instituições, que não o puderam fazer e, também, das Juntas de Freguesia é algo que, naturalmente, não podemos, também, aqui, deixar de assinalar. Sobre o ambiente, o cenário de Braga não é dos melhores. Não sou eu quem o diz, são diferentes métricas de análise que demonstram, que a forma como temos construído o pensamento ambiental, ao nível da sustentabilidade da cidade para a cidade é errático e que contraria aquilo que são as melhores tendências internacionais, ao nível do desenvolvimento e progresso sustentável. Sabemos bem que a pandemia trouxe ao mundo, e esse é um dos poucos lados positivos que a pandemia trouxe ao mundo, uma redução agressiva na emissão dos gases de efeito de estufa, mas Braga continua a ser uma das cidades com índices mais altos de emissões de gases de efeito de estufa. As descargas no rio Este permanentes, inúmeras, com mil e uma cores, com destruição da fauna e da flora é algo que, naturalmente, nos deve preocupar a todos e deve preocupar-nos mais porque revela a dimensão panfletária desta maioria, quando após um sem fim de descargas, a Câmara consegue uma vez identificar uma empresa e vem vangloriar-se como se tivesse feito uma coisa que não fosse, apenas, tão só, cumprir as suas responsabilidades. Mais grave é deixar a pergunta, porque se impõe, para que serviu, em dois mil e dezassete, o investimento na rede de monitorização de águas, se continuamos, dia após dia, semana após semana, mês após mês, ano após ano, a ter situações gravíssimas de descargas ilegais que atentam contra o único rio, que atentam de forma grave, contra o único rio que cruza o concelho de Braga. Mas, também, e por mais que possamos tentar

controlar a narrativa, o abate de árvores. Bem sei e é verdade, o Senhor Presidente não mentiu, disse a verdade, que ao longo dos últimos anos foram plantadas mais árvores do que aquelas que foram abatidas, bastante mais, os números são absolutamente claros. Em dois mil e dezasseis, duas mil e quatrocentas e não há registo de árvores abatidas; em dois mil e dezassete, mil quatrocentas e não há registo de árvores abatidas; em dois mil e dezoito, setecentas e vinte uma e há apenas registo de cinquenta e cinco árvores abatidas; em dois mil e dezanove, quatrocentas e quarenta e oito e há apenas registo de vinte e cinco árvores abatidas e em dois mil e vinte, cento e sete e há apenas registo de cento e doze árvores abatidas. Portanto, aqui, há quase um “break even” entre as árvores plantadas e as árvores abatidas. A grande questão é que esta discussão não se pode ter do ponto de vista absoluto do número de árvores. Trezentas ou quatrocentas pequenas árvores, não são a mesma coisa que uma árvore centenária, que uma grande árvore, que uma árvore frondosa, porque a forma como as árvores contribuem para aquilo que é a qualidade de vida na cidade, no concelho, tem muito que ver com um conjunto de atributos e de funções que estas são capazes de desempenhar. E quatrocentas ou quinhentas pequenas árvores, podem não conseguir substituir vinte, trinta ou quarenta árvores centenárias, porque as funções das árvores são muito díspares, passam pelo ensombramento, passam pela sua capacidade de contribuir para a redução da temperatura, passam pelo seu valor estético, passam pela capacidade para sequestrar ozono da atmosfera e passam, também, e isto é que é grave, pelo facto destas decisões, algumas das quais, sem lhes conseguirmos adivinhar o motivo, contribuir para que uma geração, talvez mais que uma geração, possam em algumas zonas da cidade e do concelho, não voltar a ver árvores adultas. Portanto, esta é uma decisão que, do ponto de vista ambiental, é absolutamente

errática e que, naturalmente, não poderia deixar de merecer a nossa censura. Mas queremos também aqui deixar um desafio, numa lógica construtiva, que é aquela que, naturalmente, professamos, de lançar à Câmara Municipal e de posteriormente debatermos na comissão especializada, que regula a matéria do ambiente e o pelouro do ambiente, de debatermos e de construirmos, coletivamente, em conjunto, um regulamento e um plano municipal de arborização. A Câmara não o tem e é um instrumento absolutamente necessário para o planeamento de uma cidade e de um concelho, que se quer mais sustentável e com preocupações ecológicas. Naturalmente, também, o uso de glifosato pela Agere, um elemento, um químico, por inúmeros estudos considerado como cancerígeno, que continua a ser utilizado, que levou à retirada da Câmara Municipal do manifesto de autarquias sem glifosato, é algo que merece a nossa censura e que deveremos, naturalmente, para o futuro, rever. Obviamente, também, o trânsito, a mobilidade e os modos suaves e a nossa incapacidade, ainda, de resolver os mais graves problemas que nestas matérias continuamos a enfrentar, continuam a marcar e a contribuir para aquilo que é um contexto de degradação ambiental, que não de saúde. Hoje, queremos também aqui e como já tivemos oportunidade de fazer, elogiar o Mercado Municipal, assim com este espaço e assim como outras intervenções que merecem a nossa saudação, apesar de haver aqui e ali questões orçamentais e de derrapagem, mas que, no nosso entender, nem são sequer as mais assinaláveis, porque nos revemos no espírito de contributo e de desenvolvimento positivo e afirmativo. E, sobre o Mercado Municipal, deixar esta mensagem de saudação, era um espaço que merecia uma intervenção profunda, foi feita, durou bastante, tem hoje no início da sua atividade algumas questões que levantam algumas dúvidas sobre aquilo que será no futuro e é importante que também sobre elas tenhamos a capacidade de refletir

politicamente, para que ele possa ser o melhor instrumento, não só como âncora do tecido do comércio mais tradicional da cidade, mas, também, como uma âncora do turismo e como âncora de uma nova centralidade que hoje se reconstrói e se abre ao concelho. Obviamente, que algumas insuficiências do ponto de vista como foram pensadas as cargas e descargas, algumas insuficiências que fazem com que uma obra tão recentemente inaugurada tenha já infiltrações de chuva nos dias de maior pluviosidade e, também, a forma como não foram acauteladas as devidas soluções de trânsito, para uma zona que, nos momentos de maior pressão, continua a ser uma zona de grande dificuldade e de grande confusão, merecem uma reflexão de melhoria. Sobre as contas, não há muito a dizer. As dívidas de curto prazo da Câmara Municipal passaram de seis milhões, em dois mil e treze, para vinte milhões, em dois mil e dezanove. A dívida de longo prazo aumentou trinta por cento, aliás, é isso que diz o Senhor Presidente da Câmara numa entrevista recente ao jornalista Joaquim Fernandes, dizendo que, paulatinamente, a questão está a ser resolvida, mas do orçamento de dezanove para o orçamento de vinte, e do orçamento de vinte, para o orçamento de vinte e um, estes números em vez de serem resolvidos aumentam, o que denota que a solução do aumento das dívidas é uma nova forma de resolver o problema da dívida ou, então, não há nenhuma solução aparente. A acumulação de dívidas aos fornecedores, o prazo médio de pagamentos que explodiu, o facto de sermos o segundo pior pagador entre os grandes municípios portugueses são, também, hoje, assinatura desta maioria e do nosso município. Acho, e este é um contributo que o PS gostaria de dar, porque sabemos a situação de asfixia de muitas pequenas empresas, de muitos pequenos prestadores de serviços, porque sabemos as angústias de muitos Presidentes de Junta do PS e sem serem do PS, que têm de lidar com queixas frequentes de faturas não pagas, de dívidas não pagas, que lhes

cria situações de grandes constrangimentos, a si e às suas comunidades, porque quando precisam de executar novas obras, acabam muitas vezes por não encontrar parceiros disponíveis para as fazer, porque não estão disponíveis para prestar serviços para quem não está disponível para, em tempo útil, os poder assumir e liquidar. E quase a fechar, dizer que seria bom que o Orçamento de vinte e um, não só o Orçamento e o Plano, como as Grandes Opções do Plano e o Plano Plurianual de Investimentos, fossem para cumprir. Há muitas obras, há no papel uma extraordinária transformação da cidade, aliás, transformação que esta maioria nos vem anunciando ao longo dos últimos sete anos, mas, sente o PS e sentem, também, muitas freguesias e grande parte da comunidade do concelho, que essa transformação extraordinária continua por fazer e que este plano, provavelmente, trar-nos-á aquilo que o Senhor Presidente, Ricardo Rio, disse muitas vezes, que não aconteceria, obras para viajarem nos planos, ao longo de vários anos, para se perpetuarem nos planos ao longo de vários anos e, portanto, sobre aquilo que era a tão anunciada mudança, a tão anunciada transformação, também aqui, todos saímos um pouco defraudados. É por isto, sobretudo, por isto, que o PS, por entender que há um conjunto de prioridades que não são aquelas que deveriam ser as prioridades que mais marcam a vida e que mais incomodam e que mais mechem com o âmago daqueles vivem como nós a cidade e o concelho, não poderia, hoje, tal como fez na Câmara Municipal, dar um voto positivo a este Plano de Atividades e a este Orçamento”. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para dizer que um Plano e Orçamento era sempre um exercício de gestão, em função dos objetivos que se pretendiam atingir, daquilo que tinham obrigatoriamente que fazer e, obviamente, dos recursos que tinham disponíveis para concretizar essas mesmas obrigações e

essas mesmas ambições. E aquilo que a Câmara Municipal tinha feito, ao longo dos últimos anos, nalgumas circunstâncias, com mais liberdade, noutras, com menos, era concretizar essas dimensões, olhar para aquilo que era a sua estrutura de recursos, daquilo que eram as fontes de financiamento normais da atividade municipal, olhar para fontes adicionais que conseguisse obter e, aparentemente, esta Câmara Municipal, do ponto de vista das fontes que não dependiam da sua atividade corrente, era das que mais conseguia e melhor conseguia obter recursos. Foram muitas as referências, ao longo dos últimos anos, sobre a capacidade de angariação e de concretização de investimentos financiados por fundos comunitários, coisa diversa, por exemplo, daquela que tiveram no início do primeiro mandato desta maioria, quando até tiveram que devolver fundos comunitários que anteriormente tinham sido indevidamente recebidos, eram realidades diferentes. E, também, do ponto de vista da gestão tiveram sempre essa preocupação de não ter uma voracidade de angariação de receita, tanto assim era que, ao longo dos últimos anos, em todos os anos, houve reduções da carga fiscal, sobre cidadãos e sobre empresas, e nunca houve nenhum agravamento dessa mesma carga fiscal. Se houve, em algumas circunstâncias, aumento da receita angariada pelo Município foi porque, efetivamente, tiveram mais dinamismo económico, tiveram crescimento da população, tiveram mais cidadãos a auferir mais rendimentos e, obviamente, isso gerou mais receita para o Município. Mas, do ponto de vista daquilo que foi fixado, determinado pela ação do Executivo e dos órgãos municipais, necessariamente que se evidenciava uma redução continuada dessa mesma carga fiscal. Dito isso, obviamente, que a Câmara Municipal, ao contrário de outras, umas da mesma dimensão, outras de dimensão bem menor, não tinha a estrutura de custos que gostaria de ter. Tinha encargos pesados com o pessoal, que representavam quase um terço dos volumes de

orçamento; tinha estruturas de custos fixos, também elevadas, com aquilo que era a dívida contraída no passado, em termos de endividamento bancário e das responsabilidades que teve que assumir em sede da SGEB; tinha, obviamente, a sua responsabilidade social na concretização de determinadas atividades do financiamento direto que era dado aos Transportes Urbanos, à Agere, à Bragahabit, a todos os equipamentos sociais e culturais e a todas as coletividades que com eles interagiam, que eram parceiros de muitas políticas municipais e tudo isso libertava uma franja muito reduzida do seu orçamento para a concretização de investimentos. Isso foi dito e repetido já em diversas ocasiões e a juntar a tudo isso, também houve uma preocupação, de facto, da parte deste Executivo, durante todos os primeiros anos do seu primeiro mandato e deste mandato, de não contrair nova dívida, porque julgavam que a prioridade se tinha que dirigir para o reequilíbrio financeiro do Município que, entretanto, foi sendo, paulatinamente, conseguido. Mas a verdade era que, tal como os efeitos das podas assassinas que funcionavam ao retardador, também houve muitas outras situações, que ao longo dos anos, só foram concretizando os seus efeitos muito mais tarde do que a gestão socialista expirou e essas situações, algumas delas, estavam, ainda hoje, dois mil e vinte, no final praticamente do segundo mandato desta coligação, a produzir efeitos. No ano de dois mil e vinte e um, provavelmente, teriam o desenlace de dois grandes processos judiciais, relativos ao Estádio Municipal, um relativo ao que era reivindicado pelo arquiteto, outro que era reivindicado pelo empreiteiro ou pelo conjunto de empreiteiros que executaram a obra, que ainda iriam, seguramente, um, ou outro, ou ambos, acarretar encargos para o Município e significativos. E, portanto, foi com essa realidade que foram trabalhando, o que nunca os impediu, desde a primeira hora, de concretizar os seus objetivos, fosse nos primeiros cem dias e nas medidas que

preconizaram para esse período, fosse em cada um dos mandatos. E aquilo que tinha sido a preocupação deste Executivo, foi de ajustar a sua ação, não só a objetivos estratégicos de médio e longo prazo, àquilo que era sua visão para o concelho a médio e longo prazo, mas, também, àquilo que eram as necessidades imediatas. Em dois mil e treze, a grande prioridade no concelho de Braga, como em todo o País, num contexto pós troika ou plena troika, em termos de intervenção financeira, era a recuperação económica e a recuperação social do concelho. E foi esse o foco da sua intervenção, dinamizar economicamente o concelho, criar mecanismos de apoio social à população e os resultados foram aqueles que todos conheciam, quer do ponto de vista da dinamização económica, do crescimento que o concelho teve, em todos os setores de atividade, do ponto de vista da criação de emprego, do ponto de vista da geração de mais valias, do ponto de vista da atração de investimentos, de tudo que estava, hoje, traduzido em múltiplos indicadores, quer do ponto de vista das respostas sociais. E, não foi por acaso, que o Município de Braga, a partir de dois mil e catorze e ininterruptamente, até à data, foi considerado um dos mais familiarmente responsáveis em todo o País, com políticas mais inovadoras, com políticas mais amigas do tecido social, das famílias e das diversas instituições. Nunca tiveram, de facto, uma visão de olhar para a ação municipal, como uma lógica de concretizar resultados apenas eleitorais. No primeiro mandato desta coligação, se bem se recordava, salvo investimentos substanciais que foram feitos em cada uma das freguesias do concelho, a grande obra, ou a maior obra que concretizaram foi o quartel dos Bombeiros Sapadores, um quartel que representou um investimento, à luz daquilo que eram as grandes obras do passado quase irrisório, nem dois milhões de euros e que foi, de facto, a única concretização material que tiveram de grande relevo, nesse mandato, a nível municipal. Mas fizeram-no, porque

tinham consciência que a prioridade era outra. A partir do momento em que essas ideias e essas novas políticas que implementaram estabilizaram e entraram em velocidade cruzado, aí, sim, avançaram para uma lógica de concretização de diversos projetos de investimento. E tanto nunca tiveram a prioridade eleitoral ou a preocupação de concretização de obras para as eleições que, por estranho que pudesse ter parecido a muitos, aquele equipamento foi inaugurado quase dois anos depois das últimas eleições autárquicas, o Parque Desportivo da Rodovia, um ano depois das eleições autárquicas, a Pousada da Juventude há um ano atrás, o Mercado Municipal, que poderiam ter deixado prolongar para ficar mais quentinho e mais apetecível à beira das eleições, estava em pleno funcionamento, desde o passado dia cinco de dezembro. E todos os projetos que iam desenvolvendo poderiam concretizar-se perto das eleições, alguns deles, seguramente, mas as escolas e vários outros que estavam em curso, o da Escola Secundária de Maximinos, ficaria pronta em janeiro, estavam a ser concretizados em função daquilo que era o ciclo de desenvolvimento dos projetos de concretização das obras e das necessidades e das circunstâncias de cada um desses projetos. E, portanto, a acusação, que também ali já ouviu, de eleitoralismo em relação àquele novo Plano, era algo que manifestamente não lhes tocava, porque não só aquele não era um Plano verdadeiramente diferente dos anteriores dentro desse ciclo de planeamento como, efetivamente, do ponto de vista das realizações, ele vai seguir o seu curso natural. Anteontem ou ontem, foi lançado o concurso para o projeto de execução do nó de Infias, após a parceria que estabeleceram com a Infraestruturas de Portugal. O projeto, e apenas o projeto, ficaria pronto em finais do próximo ano, meados de setembro, grosso modo. A obra não iria, seguramente, iniciar-se antes de dois mil e vinte e dois. Era muito mais agradável, do ponto de vista político, do ponto de vista eleitoral,

pressionar para que tudo isso fosse feito antecipadamente e pudessem chegar com a obra no terreno, como tantos gostavam, à altura eleitoral. Não era essa a sua maneira de estar e, tal como acontecia em relação a esse projeto, muitos outros seguiam exatamente o mesmo curso. E a verdade era que, também do ponto de vista financeiro, era ao manifesto aumento do volume de investimentos que constava daquele orçamento de dois mil e vinte e um, não tinha nada a ver com uma opção eleitoral, porque a verdade era que o grande diferencial em termos financeiros deste orçamento, que eram cerca de doze milhões, todos eles consignados em investimento, não foram decididos agora, foram decididos pelos Senhores Deputados Municipais há um ano atrás, quando aprovaram um empréstimo de médio e longo prazo nesse valor, cuja tramitação, por diversas circunstâncias nos órgãos municipais e nas instâncias fiscalizadoras, só acabaram por ter o visto do Tribunal de Contas no passado mês de outubro. E, portanto, o bolo quase integral desse mesmo orçamento, estava incluído nos investimentos que agora iriam ser concretizados a partir de dois mil e vinte e um. Não havia nenhum eleitoralismo, havia gestão corrente também nessa matéria. Atendendo a isso, e pegando na intervenção que ali foi feita pela Senhora Deputada Bárbara Seco Barros, quase pensou, pela primeira vez em muitos anos, em Braga iriam ver acontecer aquilo que tinha acontecido um pouco por todo o País, quando as oposições, quando se reviam nas realizações e quando não tinham críticas adicionais ou sugestões adicionais para aportar para os documentos do planeamento, não se incomodavam de, no mínimo, absterem-se em relação a esses mesmos documentos. Não veria a bancada do PSD, do CDS ou do PPM a fazer uma intervenção muito diferente, daquela que ela fez ali, há alguns dias atrás. Foi uma declaração, taxativamente de reconhecimento do mérito deste documento, daquilo que foram os contributos que o próprio PCP, CDU aportou a

esse documento e, num contexto normal, seguramente, poderiam justificar outra avaliação. Não foi essa a opção e, obviamente, tinham que a respeitar, da mesma maneira que respeitavam que outros, como tantas vezes tinha acontecido, nem alternativas quisessem propor, nem sugestões quisessem fazer, nem nenhuma iniciativa quisessem levar para enriquecer o Plano ou para ajudar a tornar este um projeto mais mobilizador de forma coletiva. Foi quase aquilo que aconteceu com a Capital Europeia da Cultura, em que estavam todos juntos, mas uns estavam mais juntos que outros, uns estavam dentro do barco e outros estavam, ali, à beirinha, a ver se o barco ia para o alto mar ou se se afundava ao sair da praia. Isso, obviamente, que não era uma maneira também que lhes parecesse muito correta de lidar com questões tão importantes, como essa, por exemplo, da Capital Europeia da Cultura. Relativamente à última intervenção que ouviram do Deputado Pedro Sousa, devia, também, dizer que na sua intervenção, não era, obviamente, uma resposta direta àquilo que ele ali referiu, mas havia questões que levantou que eram, julgava, ser do interesse geral, que quando se olhava para a política municipal, numa lógica de narrativa, às vezes, se calhar, o que faltava era mudar as leituras, porque ouviu o Senhor Deputado e pareceu-lhe que estava a ler ou últimos cinco ou seis posts do fórum cidadania. Havia mais mundo além do fórum cidadania em Braga, E, aliás, se o Partido Socialista em Braga, também não confiava nas notícias dos diversos órgãos de comunicação social, como todos sabiam estavam comprados pela maioria do Executivo, pelo menos podia ir às fontes. Podia ir à União Europeia, podia ir ao CDP- Carbon Disclosure Project, podia ir à ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa, podia ir à Direção Geral do Território, que lhes atribuiu o prémio da paisagem e ver que essas entidades eram todas independentes e que ainda não tiveram capacidade financeira para comprar, reconheciam daquilo que eram os méritos do trabalho

da Câmara Municipal, quando diziam que eram uma das cidades líderes, a nível mundial, do ponto de vista do combate às alterações climáticas; quando diziam que, a nível municipal, eram um dos concelhos que teve melhor resultado do ponto de vista das suas políticas ambientais, como agora aconteceu no programa ECO vinte e um no certificado recentemente atribuído e em tantas outras iniciativas em que, organismos independentes, verdadeiramente, olharam para o trabalho desenvolvido numa forma isenta e reconheciam os méritos de tudo aquilo que iam concretizando. Olhando para as questões concretas, que também foram ali levantadas, houve uma que não podia deixar de aproveitar o ensejo, para referir, perante aquela Assembleia, para que também, depois, não usasse o período das informações do Presidente da Câmara, para lhe dizerem que estava a fazer um comício nessa altura, que tinha a ver com a reversão dos terrenos para a Academia do Sporting Clube de Braga e do quartel dos Bombeiros. Devia dizer que todos sabiam, também, não era propriamente uma notícia para ninguém, que o PS esteve contra a Academia, votou contra a Academia e, aliás, a única iniciativa que se conhecia em relação ao PS, enquanto maioria no Executivo e a Academia, foi que identificou uma série de lotes que a Câmara Municipal ia comprar, a proprietários vários, para entregar ao Sporting Clube de Braga. Era uma outra estratégia, na altura punham a Câmara a gastar dinheiro para oferecer terrenos ao Sporting Clube de Braga. Já tinham gasto aquele, os terrenos não tinham sido utilizados, ainda, por ninguém e tiveram muito tempo para o fazer, durante todo aquele tempo, para aquele efeito e achavam que seria uma excelente solução. Mas não era isso que estavam ali a discutir, estavam a discutir aqueles em particular, que agora foi solicitada a reversão. Sobre esse tema, só devia dizer ali duas coisas, que essa iniciativa da reversão, em que a Direção Geral das Autarquias Locais tomou a decisão que entendeu tomar e que,

obviamente, iriam contestar, revelavam duas coisas, uma falta de seriedade da parte dos proprietários do terreno e de quem os representava, na maneira como tramitaram esse processo, pelas razões que iria ali referir, e uma falta de vergonha, não havia outra maneira de o dizer, de alguns responsáveis do PS, em relação à maneira, também, como trataram esse assunto. Explicava porquê. Como se calhar, dentro dos ali estão presentes, o João Nogueira e outros, teriam presente, mesmo a seguir à construção do Estádio, esses mesmos proprietários, reivindicaram da Câmara Municipal, a reversão dessa mesma expropriação. Na altura, não havia a Academia do Braga, não havia o quartel dos Bombeiros, não havia coisa nenhuma. Acharam que tinham sido mal expropriados e reivindicaram à Câmara Municipal, que anulasse essa mesma expropriação e que lhes fossem devolvidos os terrenos. Perderam essa causa e, estranhamente, diria, a Câmara Municipal, nessa data, fez um acordo com os proprietários em que lhes disse: “pois bem os Senhores querem que eu reverta a expropriação destas parcelas, eu não o vou fazer para toda a área que os Senhores reivindicaram, mas vou-lhes revender, a um preço simpático, uma parte dos terrenos que reivindicam e vamos ficar com a outra parte da mesma na propriedade da Câmara Municipal”. Em contrapartida, nesse mesmo acordo, os proprietários assumiram que deixariam cair toda e qualquer iniciativa de pedido de reversão de expropriação. E, por isso, foi que referiu não haver nenhuma discussão para parque verde, nem para coisa nenhuma, porque isso já tinha sido reivindicado na altura e, na altura, assumiram que abdicavam de pedir a reversão da expropriação. Coisa que, mais tarde, vieram esquecer, quando vieram, agora, solicitar essa mesma reversão. Mas fizessem de conta que a culpa desse processo até nem era dos proprietários e passassem à parte do júízo político sobre a conduta do PS. Curiosamente, esses terrenos, cuja reversão agora foi

determinada, parte deles dirigia-se ao quartel do Bombeiros, um quartel dos Bombeiros, cujo projeto, que nunca saiu do papel, foi elaborado pela maioria socialista, na altura, sob a tutela do então Vereador, hoje, Deputado Hugo Pires, que foi dos primeiros, agora, a vir dizer, escandalosamente, que a Câmara estava a ocupar terrenos que não eram seus e que deviam ser revertidos, do ponto de vista de expropriação. Mas, quando elaborou o projeto e quando ocupou parte desses terrenos, já não era choque nenhum. Era uma das questões que estava em cima da mesa. A outra, tinha a ver com os que estavam afetos à Academia do Sporting Clube de Braga, projeto esse que, por acaso, um Secretário de Estado dum governo socialista, entendeu decretar como sendo de interesse público nacional. E, portanto, alguém naquela sala tinha alguma dúvida que se a Câmara Municipal avançasse com um processo de expropriação, à luz de um interesse estratégico nacional, não iria concretizar esse processo de expropriação? E, portanto, não viessem dizer que a Câmara Municipal andou a gastar terrenos em coisas que não devia e que, obviamente, ia ter agora que assumir encargos fabulosos para reverter essa mesma expropriação. Havia que olhar para as coisas tal como elas eram e a realidade, ali, era essa, era como elas eram e como o tempo, seguramente, mostraria a realidade. Dito isso, olhando para aquilo que era, também, a intervenção do ponto de vista das obras municipais, obviamente, que tinham priorizado e continuariam a fazê-lo, a requalificação de diversos equipamentos. Requalificaram o Parque de Exposições, transformando-o em Altice Fórum Braga; requalificaram o Mercado Municipal; a Pousada de Juventude; o Parque da Rodovia, embora, também, aí, tivesse incluído uma ampliação e uma criação de novas valências; as Piscinas Municipais; vários equipamentos culturais; a Francisco Sanches; o São Geraldo, enfim, havia sempre uma lógica de requalificação, o Convento de São Francisco; a Ínsua das

Carvalheiras. Mas tinham essa ideia de que, quando tinham recursos que estavam votados ao abandono ou a não cumprir com a sua missão, tinham que criar condições para que eles fossem, efetivamente, colocados ao dispor, em muito melhores condições, da população, criando com isso novas dinâmicas e novas capacidades de dinamização do concelho. E era isso que cada uma dessas realizações, efetivamente, tinha concretizado. E, era por isso, que devia dizer, sem qualquer margem de dúvida, que aquela não era uma transformação prometida, era uma transformação concretizada, com muito esforço, com poucos recursos, dia após dia e nunca olhando para os horizontes eleitorais, porque esses eram escalas que encaravam com muita tranquilidade e com a certeza que os Bracarenses tinham outras leituras. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quinze votos contra**. A palavra foi dada ao **PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, SR. FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA** para, numa **Declaração de Voto** justificar o seu voto favorável naquele ponto da ordem de trabalhos, como sendo um voto de confiança à Câmara Municipal, por haver projetos, nomeadamente, um projeto referido pelo Sr. Presidente, que era o Convento de São Francisco, que era um grande projeto e era um imóvel emblemático da freguesia de Real. Mas, também, queria esclarecer alguns dados propalados pelo Sr. Deputado Rui Marques, que tinham a ver com as transferências para as Juntas de Freguesia. O Sr. Deputado disse, ali, que as transferências para as freguesias estavam na ordem dos oito milhões e seiscentos mil euros. Estava certo, mas convinha desconstruir um pouco esses valores, porque a maior parte, a maior fatia, tinha a ver com transferências correntes, três milhões e seiscentos mil, que era dos serviços que as freguesias executavam em nome da Câmara Municipal, nomeadamente, do acordo de execução e outros serviços. Depois, tinham,

realmente, em termos de transferências de capital, os três milhões e, nessas transferências de capital, estiveram a analisar em reunião de Junta, o plano que lhes foi enviado, contabilizaram, no caso das delegações de competências, trezentas e quarenta e oito obras. Para Real, Dume e Semelhe, trinta obras e havia duas questões que queria, ali, apresentar. Se tinham trezentas e quarenta e oito obras e tinham três milhões, isso dava, mais ou menos, em números redondos, oito mil e tal euros, por cada obra. Aquilo que pedia, porque achava que a sua preocupação era, também, a preocupação de todas as freguesias, e como a Câmara Municipal, também tinham atos de gestão e os seus atos de gestão, também eram determinados, como disse o Sr. Presidente, por objetivos a atingir, aquilo que queriam saber, pelo menos Real, Dume e Semelhe, dessas trinta que lá estavam por delegação, que projetos fariam, porque não iriam investir em projetos se as obras não fossem todas realizadas, embora fossem um PPI, poderiam passar para outros anos. Ou reforçassem na Câmara Municipal o departamento de engenharia e arquitetura e apoiassem as freguesias a realizar os referidos projetos, ou, então, lhes dissessem que projetos deveriam fazer, porque se iriam investir dinheiro em projetos, fossem aqueles que pudessem realizar no próximo ano. **PONTO NÚMERO TRÊS – RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS EMPRESAS MUNICIPAIS (PARA CONHECIMENTO).**

Para conhecimento da Assembleia Municipal, apresentam-se os Relatórios de Execução Orçamental das Empresas Municipais: Teatro Circo de Braga, E.M., S.A. – Relatório Trimestral de Execução Orçamental – segundo trimestre de dois mil e vinte; TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M. – Relatório Trimestral de Execução Orçamental – primeiro semestre de dois mil e vinte; InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica, E.M. – Relatório Trimestral de Execução Orçamental – segundo trimestre de dois mil e vinte; Bragahabit –

*Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. – Relatório Trimestral de Execução Orçamental – primeiro semestre de dois mil e vinte; Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. – Relatório semestral de Execução Orçamental – primeiro semestre de dois mil e vinte. Os mencionados documentos dão-se por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para referir que a abordagem dos Relatórios, relativos ao segundo trimestre do presente ano das diversas Empresas Municipais, era um exercício muito importante para se perceber o que se passou nessas Empresas, que prestavam um serviço público de interesse para todos os Bracarenses. A pandemia foi, efetivamente, uma praga comum que inviabilizou muitas atividades em todas elas, com a exceção da Agere, que continuava a prestar um serviço público, inclusive, no combate à própria pandemia. Isso fez com que todas as atividades tivessem uma redução significativa em todas as Empresas Municipais, umas de uma forma, outras de outra, inclusive, por exemplo, a Bragahabit, que teve que parar a ação junto das escolas, parar as obras nos bairros sociais; nos Transporte Urbanos, um reforço naquilo que era o transporte gratuito, durante um período de tempo; na Investbraga, uma paragem significativa, dado o encerramento dos espaços onde haveria festivais, simpósios, encontros, turismo e outras atividades; no Teatro Circo, o próprio programa ficou extremamente prejudicado e, portanto, tudo isso contribuiu de forma decisiva. O que se notava naqueles Relatórios e que era sempre muito complicado e ao contrário do que acontecia nos documentos que há pouco abordaram, eram muito fracos, relativamente ao relato que faziam da sua atividade. E nas contas, sem estar a destrinçar, havia uma completa ausência de uma informação esclarecedora, porque confundiam, muitas vezes, execuções que*

se faziam para um semestre e introduziam como se fizesse uma expansão, como estivesse para o ano todo, como se tivesse uma atividade normal, como acontecia nos Transportes Urbanos de Braga e, portanto, não explicavam aquilo que era a sua atividade normal, aquilo que estava em questão. E havia casos estranhos, como, por exemplo, a Investbraga, em que não aparecia nada que referisse o acordo com a Altice. Seria que isso era uma sombra? Um fantasma? Ninguém sabia que tipo de apoio a Altice dava, para estar naquele espaço. Não se sabia se era dinheiro, se era levar ali conjuntos, fosse o que fosse, ninguém sabia de nada. Era evidente que, por uma questão de transparência, isso tinha que acontecer. Por exemplo, na Bragahabit, não foi feita nenhuma referência à revisão do Regulamento para a atribuição de apoios sociais à habitação. Também o deveria fazer. Aqueles documentos, de uma forma geral, tinham relatos muito fraquinhos, com exceção da Agere. Esse sim, fez uma exposição significativa daquilo que foi a sua atividade. Transportava-os para propostas, nomeadamente, no combate daquilo que eram as alterações climáticas, sob o ponto de vista da remoção do lixo, para que pudesse ser sustentável. Falava, também, na educação ambiental, havendo, portanto, propostas concretas. Os outros, efetivamente, recolheram-se e eram, realmente, sob o ponto de vista da informação, muito fracos, rematou o interveniente. **PONTO NÚMERO QUATRO – SEGUNDA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO).** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo, aprovada na reunião de três de novembro do ano em curso, relativa à segunda Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) das Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de

atas. Aberta a discussão, registou-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA, para dizer que: “Esta proposta visa assegurar, em sede de Grandes Opções do Plano, a previsão de encargos para os anos seguintes das seguintes empreitadas: Escola EB um de Nogueira, um milhão e seiscentos mil euros para dois mil e vinte e um e oitocentos mil euros para dois mil e vinte e dois. Escola Básica de Figueiredo, um milhão e setecentos mil euros dois mil e vinte e um e duzentos mil euros para dois mil e vinte e dois. Grandes reparações de edifícios escolares para dois mil e vinte e um com o valor de novecentos e cinquenta mil euros. Renovação do pavimento do Parque Industrial de Padim da Graça no valor de seiscentos mil euros. Esta segunda Alteração Orçamental prossegue os objetivos da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze para autorização prévia de despesa e compromissos plurianuais inscritos e visa aproveitar ao máximo os apoios comunitários ainda disponíveis. Representa acima de tudo a preocupação do nosso município com boas condições de funcionamento de instalações dos nossos estabelecimentos escolares de que são beneficiados toda a comunidade educativa, quer alunos, professores e demais funcionários escolares. Além do mais é já demais urgente a renovação do Pavimento do Parque Industrial importante para o nosso concelho como é o da freguesia de Padim da Graça. Assim, o grupo parlamentar do PSD nesta Assembleia Municipal votará favoravelmente esta proposta do executivo”.

*Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com doze abstenções.** PONTO NÚMERO CINCO – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO EM REGIME DE CONTA CORRENTE PARA DOIS MIL E VINTE E UM NO VALOR DE SEIS MILHÕES DE EUROS.* Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de trinta de novembro do ano em curso, relativa à adjudicação ao Banco

*Santander Totta, SA, de um empréstimo de curto prazo, em regime de conta corrente para dois mil e vinte e um, no valor de seis milhões de euros, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com doze abstenções. PONTO NÚMERO SEIS – CONTRATOS-PROGRAMA COM AS EMPRESAS MUNICIPAIS PARA DOIS MIL E VINTE E UM.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, os contratos-programa para dois mil e vinte e um, relativos às seguintes Empresas Municipais: BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga – EM; IB – Agência para a Dinamização Económica – EM e Teatro Circo de Braga, E.M., S.A., documentos que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos, usou da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA**, para dizer: “São votados hoje nesta Assembleia os contratos programa para dois mil e vinte e um relativos às empresas municipais. Relativamente à InvestBraga - Agência para a dinamização económica, E.M., este contrato programa prevê uma saída de duzentos e oitenta e sete mil e trezentos euros que vão diretamente do cofre da autarquia para a InvestBraga prestar um serviço a entidades privadas nas áreas da dinamização económica e atração de investimento e dinamização do empreendedorismo. Para a CDU trata-se da prestação de um serviço que causa bastantes dúvidas nomeadamente no que diz respeito a esse incentivo à economia local, que muitas vezes não é sequer economia local, sendo muitas vezes apoiadas multinacionais ou entidades que nem sequer possuem domicílio fiscal no concelho. Outra das causas da nossa abstenção relativamente ao contrato programa com InvestBraga para dois mil e vinte e um prende-se com uma situação que, há uns anos a esta parte, tem sido prática habitual deste executivo e que na nossa opinião esvazia as*

atribuições do pelouro da Cultura; referimo-nos aqui à manutenção na esfera desta empresa municipal a realização da Feira do Livro. Na verdade, não se percebe muito bem esta ligação entre uma realização iminentemente cultural com uma designada "agência de investimento". Facto curioso de uma leitura atenta a este documento é o Parecer Prévio emitido pela Dr^a Fátima Amorim, Revisora Oficial de Contas, que refere no seu ponto sete, e passamos a citar: "...consideramos que os montantes apresentados pela entidade carecem de uma maior fundamentação e de documentação de suporte, que permitam aferir da sua razoabilidade e rigor." Se dúvidas houvesse quanto à transparência e clareza do orçamento desta empresa municipal, a resposta está bem patente nesta afirmação da entidade que supervisiona a atuação das empresas municipais. A propósito de quem cá trabalha, continuamos a estranhar não conhecer ainda - embora por diversas vezes tenhamos endereçado o pedido - os números das empresas e empregos criados nos últimos anos através da intervenção da InvestBraga, bem como a qualidade dos postos de trabalho no que diz respeito ao tipo de vínculo (precário ou efetivo) e à retribuição salarial (salário mínimo ou competitivo). Já os contratos com o Theatro Circo e com a Bragahabit e como já dissemos, justifica-se na sua plenitude o subsídio: a exploração, uma vez que se trata de serviços públicos prestados aos bracarenses não tendo como objetivo a obtenção de lucro. Apenas um reparo: por vezes o "copy/paste" leva a estes erros; as Cláusulas quarta e quinta do Contrato Programa da BragaHabit, que correspondem respetivamente à Vigência do Contrato e Integração em plano de atividades, estão acometidas de erros temporais, pois referem o próximo ano de dois mil e vinte, quando se queriam referir ao próximo ano de dois mil e vinte e um. Queiram desculpar o nosso rigor e preciosismo na análise dos documentos, mas ao Grupo Municipal da CDU não nos escapa nada! Não esquecemos e

voltamos a exigir uma resposta definitiva para o Bairro Social do Picoto. Exigimos para dois mil e vinte e um uma resposta às centenas de famílias em lista de espera para habitação social. Exigimos para dois mil e vinte e um uma solução para os muitos sem-abrigo, agudizada pela pandemia Covid-dezanove, que continuam a proliferar na cidade, uma solução de âmbito público uma vez que a rede social de apoio parece neste momento esgotada. As empresas municipais devem assumir, no estrito plano das suas competências e objetivos que motivaram a sua criação, o seu papel de serviço público a prestar a todos os cidadãos".

Postos à votação foram os referidos contratos-programa: **Bragahabit** – Empresa Municipal de Habitação de Braga – EM - **aprovada com dez abstenções do P.S.;** **IB** – Agência para a Dinamização Económica – EM – **aprovada com catorze abstenções do P.S., do B.E. e da C.D.U.;** **Teatro Circo de Braga, EM, SA.** – **aprovada com nove abstenções do P.S..** **PONTO NÚMERO SETE – ALTERAÇÃO REGULAMENTAR - TABELA DE TAXAS E TABELA DE PREÇOS ANEXAS AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada na reunião do Executivo Municipal de trinta de novembro do ano em curso, relativa à redação final do artigo setuagésimo primeiro da Tabela de Taxas e do artigo décimo da Tabela de Preços anexas ao Código Regulamentar do Município de Braga, considerando que findaram os períodos de participação procedimental, de acordo com o previsto no artigo nonagésimo oitavo do CPA e de consulta pública, nos termos previstos no artigo centésimo primeiro do CPA, em cumprimento das deliberações da Câmara Municipal, sem que tenham sido efetuados quaisquer contributos ou constituição de interessados, documentos que se dão por reproduzidas e transcritas e vão ser arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. A palavra foi dada à **Sr^a. Deputada da C.D.U.,**

BÁRBARA SECO DE BARROS, para referir que: "É sabida a nossa posição de rejeição relativamente a este ponto, da alteração da tabela de taxas e preços relativos ao Mercado Municipal de Braga. Rejeição esta que aqui repetiremos, por discordarmos em toda a linha não com a necessidade de atualizar estas taxas, que foram revistas há já doze anos, mas com os valores que aqui se apresentam. Compreendemos, é certo, que a desatualização de anos destas taxas sofra hoje, após a requalificação do Mercado, uma revisão. É evidente que seria tremendamente mais injusto penalizar os trabalhadores do Mercado com a anterior falta de condições de trabalho e ainda agravar os custos pelas suas bancas. Sabemos que esta obra de requalificação, que Braga exigia e merecia, representou, inclusive, mais despesa do que a inicialmente prevista, pelo que o município pretende recuperar, como indica, alguns dos seus custos. No entanto, os aumentos que aqui são apresentados representam aumentos muito mais significativos do que uma simples atualização de valores, que devia, na nossa opinião, representar um aumento gradual e que não penalizasse quem já tem enfrentado grandes dificuldades no exercício da sua atividade. Desde logo, pela falta de condições em que o fizeram durante anos no antigo Mercado Municipal, bem como o período que compreendeu a duração das obras de requalificação da Praça, com arraiais assentes por quase dois anos no Mercado Municipal Temporário. Que, entretanto, viram a sua atividade completamente suspensa, fruto da infeliz situação pandémica e que ainda se viram confrontados com um regulamento que veio alterar profundamente as suas rotinas de trabalho. Dificuldades estas a que acrescem, por fim, os custos com o estacionamento pago à superfície em torno da Praça, valor que nos dias em que as vendas são escassas e que, ainda assim, são obrigados a permanecer no Mercado Municipal com as bancas abertas durante todo o dia, lhes dá claro prejuízo. Ora, tendo em conta

*todos estes fatores, parece-nos ainda mais surpreendente que se insista num aumento brusco das taxas e preços aplicados a estes profissionais, que pacientemente aguardaram por melhores condições de trabalho no Mercado recentemente inaugurada, mas que, por certo, não esperariam que este regresso ao seu habitual local de trabalho significasse passar a pagar mais setenta e quatro por cento da taxa, por metro quadrado e por mês, nos talhos; mais sessenta e um por cento nos espaços alimentares; mais trinta por cento nas lojas exteriores ou um valor variável entre os vinte e um e os trinta e seis por cento nas bancas. Ainda que não compreendamos que outros, inicialmente opostos a estes aumentos e fazendo deles, inclusivamente, preocupação principal em contactos com os comerciantes do Mercado - com o devido eco em notícias na comunicação social local - na hora de votar este regulamento não o tenham, afinal, rejeitado, a CDU, coerente nas opiniões que partilha na rua com o seu sentido de voto, votará contra esta alteração. E ainda que pareça que o fazemos sozinhos, fazemo-lo, sabemos, em nome dos profissionais do Mercado”. A este propósito, interveio, ainda, o Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para destacar que percebia, justamente, as preocupações que a CDU ali levou que, aliás, eram transversais a todos, quanto ao impacto da pandemia na atividade económica dos vários setores e este, sem dúvida alguma, como todos os outros ligados ao comércio e que tiveram as restrições que conheciam, sofreram e continuariam a sofrer e esperavam, o mínimo de tempo possível, algumas das restrições que estavam a ser impostas a todos nós que, por consequência, se refletiam na atividade económica desses agentes. De todo o modo julgava que, apesar de tudo, compreendendo o ponto da CDU era, também, importante dizer-se que aquele Regulamento não chegou, ali, hoje, não chegou à Assembleia Municipal por geração espontânea, cumprindo todos os procedimentos que eram*

devidos do ponto de vista do direito administrativo e houve, até, oportunidade para que, quem quisesse, do ponto de vista da sua audição pública, da consulta pública, pudesse expressar quanto àquilo que era o conteúdo daquele documento, as suas rejeições, as suas oposições, os seus pontos de vista e, se assim entendesse, levar contributos, nem que fosse para uma circunstância transitória, relativamente ao pagamento daquelas taxas. Era preciso dizer-se que quanto a isso não houve qualquer tipo de resposta, não viram ninguém a levar à praça pública esse tipo de preocupações. E queria isso dizer que os comerciantes daquele espaço não estavam preocupados com aquele documento, não sentiam os problemas que todos sentiam fruto do momento especialmente difícil por que se passávamos? Não. Julgava que isso traduzia, justamente, o facto de eles próprios, apesar de sentirem o aumento dessas taxas, compreenderem por que era que essas taxas tinham aumentado na proporção que a Deputada Bárbara Barros ali lhes levou. E que, aliás, o exponencial da percentagem que ali lhes levou escondia, que na verdade, como a própria indicou, as taxas não eram atualizadas há muito tempo e como se sabia cem por cento de um, era um e passavam a dois e, portanto, quando a taxa era baixa, quando se aumentava muito, ela aumentava muito, mas, efetivamente, mantinha-se baixa, se a comparassem aos preços de mercado regulares, porque seguramente, diria, seria muito difícil, para não dizer impossível, num contexto de mercado normal, conseguissem encontrar na cidade de Braga, espaço com as condições que o Mercado tinha, em todos os campos económicos e sectoriais que se encontravam, hoje em dia, na praça e no Mercado Municipal, preços competitivos fora do mercado, que comparassem bem com os preços que ainda assim eram praticados com quele aumento de taxas. E, portanto, aquilo que entendiam era que, apesar de tudo e aquilo que tinham vindo a sentir por parte, também, de quem lá trabalhava e por quem lá passava, era que esse

aumento era justo, porque era justamente proporcional ao aumento da qualidade das infraestruturas e das condições em que as pessoas lá trabalhavam e lá podiam fazer, também, as suas compras. Aliás, julgava que também era reconhecido por todos os operadores económicos, que hoje em dia estavam instalados no Mercado e por aqueles que ainda se viessem a instalar, fruto da recém-inaugurada, ainda que estivesse em processo de concurso, praça da alimentação, que já existia e que se antecipava que houvesse ainda mais aumento da procura daquele espaço. Aliás, as pessoas que não iam, pareciam estar a passar a ir e as pessoas que já iam não tinham, seguramente, razões para deixar de ir. Portanto, aquilo que se esperava era um aumento gradual da atividade económica, apesar das restrições e apesar dos momentos difíceis por que passávamos, que justamente iram permitir compensar aquele aumento dos preços. Aliás, se tiveram, efetivamente, muitos anos sem aumento do preço, foi o reconhecimento, diria, quase escabroso, por parte de quem pactuou com a condições que durante muitos anos lá tiveram, foi o reconhecimento de que, efetivamente, não se prestava um bom serviço a quem lá estava, quer de quem lá trabalhava, quer de quem lá ia fazer as suas compras. E, portanto, aquele hiato temporal tão grande, traduzia, justamente, o congelamento de preços que existiu, durante muito tempo e que se tornou, portanto, desadequado face às condições que hoje existiam naquele mercado. Portanto, quer do ponto de vista político da ação política do Município que tudo fez para, em conjunto e em conversação com os comerciantes que lá estavam, garantir-lhes as condições necessárias para a boa prossecução da sua atividade, quer para o resultado final que tinham, enquanto infraestrutura, quer ainda para a previsão e para aquilo que já estavam a ver do ponto de vista do crescimento da atividade económica daquele espaço, aqueles preços não estavam desajustados. E, portanto, julgava que também por isso, não tinham um grande clamor público

contra esses preços e não tinham grandes revoluções nem saídas de comerciantes desses espaços. E, nesse sentido, obviamente, tendo todo esse conjunto de indicadores à sua disposição, entendiam que não havia razão nenhuma para, neste momento, estarem a pensar em medidas paliativas para um problema que, efetivamente, ainda não existia. Julgava que, apesar de tudo, teriam a sensibilidade de acompanhar esse processo e de verificar, oxalá não tivessem que verificá-lo durante muito tempo, mas de acompanhar aquele processo difícil por que passávamos com a pandemia se, eventualmente, no futuro, se justificasse olhar para aquilo e ver se havia necessidades transitórias de ajustamentos. Julgavam que, de momento, estavam perfeitamente na justa medida daquilo que era necessário, proporcional e adequado e era, portanto, no cumprimento das regras, também, do direito administrativo quando a Câmara Municipal atuava e era também, por isso, que o Grupo Municipal do PSD votaria a favor daquele ponto. Registou-se depois a intervenção do **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** que disse ser evidente que não iria haver uma revolução, não haveria naquele processo, como não haveria em muitos outros, o que não significava que os comerciantes não manifestassem o seu desagrado, porque era evidente que a tentativa de uma dinamização daquele local para efeitos de empresas que viriam numa segunda fase, nomeadamente, na restauração, estavam a exigir-se sacrifícios aos comerciantes que já lá estavam, nomeadamente, em permanência em todos os dias da semana que, para muitos, resultava em muitos mais custos e noutros sacrifícios para além dos custos. Por outro lado, também não se compreendia, que numa fase em que uma série de outros benefícios foram dados aos comerciantes de rua, e não estavam contra isso, nomeadamente, a abertura de esplanadas de uma forma quase indisciplinada, se exigisse uma prestação, que diria quase suplementar, aos

*comerciantes do Mercado. Ou seja, fazia todo o sentido, mesmo que se considerasse que, de facto, as rendas ou as taxas praticadas no Mercado estavam desatualizadas, eventualmente, viessem a precisar de ser atualizadas, o fossem numa fase em que a economia estivesse numa velocidade de cruzeiro, numa velocidade normal. Não se compreendia, nem ninguém compreenderia, que tivesse que se pagar mais, durante um período pandémico, em que era uma tristeza ir ao Mercado de Braga durante a semana, tinha lá ido várias vezes a semana passada, em que, de facto, estava completamente às moscas. Ou seja, nos dias da semana fora das terças, quintas e sábados, não tinha lá ninguém. Aliás, num dos dias em que lá foi, num espaço destinado aos produtores diretos, chamassem-lhe assim, não tinha uma única pessoa. Até era deprimente aqueles metros quadrados marcados no chão, que foi um benefício que deram às pessoas, reduziram aquilo em vinte por cento da área, havia quem dissesse vinte e cinco por cento, e riscaram metros quadrados no chão e se uma pessoa quisesse ter as duas pernas no chão, tinha que arrendar dois metros quadrados. Dava-lhe ideia que proceder àquela alteração naquele período, não fazia sentido nenhum e o facto dos comerciantes não se terem revoltado, não queria dizer que não tivessem manifestado, nomeadamente ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, a sua revolta, por isso, naquela fase. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com cinco votos contra da C.D.U. e do B.E. e com dezoito abstenções do P.S.***

PONTO NÚMERO OITO – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SGEB.

Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo, relativa à dissolução e liquidação da SGEB - Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A., por transmissão global do património (ativo e passivo) para o Município de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, começou

por usar da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, para a anunciar que: “A CDU irá abster-se relativamente a esta proposta de dissolução e liquidação da SGEB. A abstenção resulta dos termos da proposta de dissolução e não do seu objetivo, que saudamos. Dito de outra forma: somos obviamente favoráveis à liquidação desta ruinosa Parceria Público Privada (PPP), mas não subscrevemos estes termos. Desde a primeira hora, e esta remonta já a dois mil e oito, ano em que foi aprovada esta PPP pela mão da maioria PS, que a CDU se opôs e denunciou a sua perversidade. Votámos contra a sua criação, aqui na Assembleia Municipal, e ao longo dos anos rejeitámos todos os contratos de arrendamento que foram sendo submetidos a votação. De notar que às rendas que destes contratos advieram, e que ascendem a valores perto dos seis milhões de euros anuais, acrescem os encargos com a manutenção e renovação dos equipamentos arrendados, uma situação obtusa que elimina qualquer risco do lado do parceiro privado e que não decorre do caderno de encargos da PPP. Essa obrigação, a da responsabilidade pela manutenção e renovação dos equipamentos, resulta de opções tomadas nos diversos contratos de arrendamento, que após dois mil e treze têm também a mão e a responsabilidade da coligação PSD/CDS/PPM que foi celebrando novos contratos sem alterar uma vírgula, prazo e obrigações à minuta que vinha do passado. Voltando, este não é um processo novo. Em dezembro de dois mil e dezasseis, foi aprovada em reunião de câmara a dissolução da SGEB, com a abstenção da CDU e os votos favoráveis do PSD, CDS e PS. Justificámos a nossa abstenção, afirmando a nossa posição de sempre contra a PPP, com a incerteza relativa ao pagamento de indemnizações aos acionistas privados, assim como quanto ao volume da poupança que a operação garantia (à data afirmado em noventa milhões de euros). Nesse dia, foi também aprovada a dissolução da SGEB

na Assembleia Geral da empresa, ainda que os acionistas privados se tenham absterido, por discordarem do valor de indemnização (um vírgula cinco milhões de euros). Na senda da deliberação tomada em dezembro, em abril de dois mil e dezassete, foi aprovada em reunião de câmara a internalização da atividade da SGEB, com a abstenção da CDU e agora também do PS, e os votos favoráveis do PSD e do CDS. Na altura, manifestámos mais uma vez a nossa discordância relativamente ao acordo com os credores e acionistas. A dissolução da SGEB acabou por não ocorrer, na medida em que a operação logrou em obter o visto prévio do Tribunal de Contas por prever o agravamento da dívida municipal em mais de vinte por cento da margem de endividamento disponível no início daquele exercício. Ora, em dezembro de dois mil e vinte, no final de um ano atribulado, para ser meigo, e marcado pela pandemia de COVID-dezanove e que com ela trouxe mexidas legais e o afastamento de limites ao endividamento dos municípios com vista ao seu combate, a CMB entende aproveitar a oportunidade para se endividar tendo em vista a dissolução da SGEB. Não estamos certos que a operação obtenha o almejado visto do Tribunal de Contas, na medida em que não vislumbramos relação direta entre a PPP e o combate à COVID-dezanove, pese embora a evidência que a libertação de recursos originada pela operação dará mais meios ao município para a resposta à crise. Com esta operação o município vê a sua capacidade de endividamento disponível minguar e, com isso, colocar-se-á numa posição mais precária para resposta a outras necessidades no curto prazo, mas não deixa de ser verdade que a operação traz uma importante redução de despesas correntes e o resultado final é benéfico para as contas municipais. Desta feita, e passados quatro anos desde a anterior tentativa, a proposta que nos apresentam agora volta a suportar-se num estudo económico-financeiro. Contudo, o valor de poupança previsto com operação reduziu para os cinquenta e

dois milhões de euros. É certo que o tempo passou, mas se olharmos à poupança anual média de dois milhões e meio de euros (menos seis milhões de despesas correntes somadas a mais três milhões e meio de euros de despesas de capital) e a multiplicarmos pelo período decorrido, se atendermos à redução do passivo da SGEB no mesmo intervalo temporal, ficamos muito aquém dos valores ventilados no passado. Na realidade só confirma as nossas dúvidas, manifestadas à data, acerca do rigor dos noventa milhões de euros de poupança prometidos. Independentemente do valor final da poupança, que será sempre significativo, a dissolução da SGEB será a melhor opção, nisso concordamos. E concordamos porque, desde logo, as PPP são sempre ruinosas para o interesse público. E esta em particular foi a galinha de ovos de ouro dos acionistas privados que, além de sócios maioritários, são fornecedores e os maiores credores da empresa, tendo realizado a construção dos equipamentos com valores muito acima dos previstos inicialmente. Assim, resta uma questão por clarificar. Na realidade, a questão. Falamos do valor a pagar aos acionistas privados. Se os suprimentos e as obras em dívida terão de ser pagas (o que não é coisa pouca) o mesmo não se aplica ao capital. Lembrar que foram credores, dessa dívida exigindo juros, e os principais fornecedores, tendo daí retirado as suas margens de lucro. Além disso, o valor agora indicado como estimativa do montante a pagar aos acionistas privados não é um valor fechado e está dependente de negociação e aceitação por estes, cuja disputa pode no limite chegar a Tribunal Arbitral. Desta forma, no limite o que votamos hoje é a estimativa e não o valor aceite pelos privados, este pode ser amanhã algo diferente e isso corresponde a passarmos um cheque em branco. Por isso, e apenas por isso, reafirmando e deixando claro que somos favoráveis à liquidação da SGEB, não nos resta opção senão a abstenção”. De seguida interveio o Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES**

LIMA, para, a propósito, destacar que era evidente que o Bloco de Esquerda sempre esteve contra as Parcerias Público Privadas e não deixava de ser curioso notar, que o Sr. Presidente da Câmara, há bocado, falava no facto de um Sr. Secretário de Estado ter considerado de utilidade pública o Sporting Clube de Braga, o que permitiu transferir milhões de euros da Autarquia para um clube que iria beneficiar, direta ou indiretamente, uma sociedade anónima desportiva. Curiosamente, alguns dos sócios dessa sociedade que a Câmara pretendia dissolver, estariam nessa sociedade anónima e o que constatavam era que, de facto, para aquele núcleo liberal em que o Sr. Presidente da Câmara se inseria, em que os privados, de facto eram quem sabia gerir, sempre com a sombra e o guarda chuva das excessivas rendas pagas pelo erário público, era muito fácil, este contrato era, de facto, o espelho dessa realidade. Ou seja, os privados só iam buscar rendimento. Ou seja, tinham participações de cinco mil e tal euros e iam buscar milhões de euros. A Autarquia, mesmo dissolvendo e liquidando, iria assumir as dívidas, inclusivamente, dos empréstimos bancários, o que significava, no seu entender, que num curto prazo, os orçamentos municipais, iriam ser onerados com o pagamento de empréstimos bancários e da parte acionista dos privados. De facto, uma Parceria Público Privada, que nasceu porque se entendeu que era de interesse público e foi sugerida a dissolução e a liquidação por interesse público municipal, não era propriamente brincar, mas era brincar mesmo. Ou seja, quando já não se conseguia tapar o sol com a peneira, a única forma era, de facto, aquela. Claro que o Bloco porque, por princípio, era contra as Parcerias Público Privadas porque, de facto, o interesse público não se compadecia, nem se podia confundir com interesse privado. O interesse público era servir as populações, o interesse privado era obter lucro naquilo que fazia, quanto mais melhor e quanto mais depressa melhor, aquelas parcerias e aqueles

contratos não significavam mais do que, enfim, sentar à mesa do rei meia dúzia de amigos que iriam de uma forma ou doutra, comer um manjar da coisa pública. Iriam, portanto, abster-se naquela votação, exatamente porque também não sabiam o resultado da liquidação, sendo certo que estavam contra a continuidade dessa sociedade e, percebendo que a Assembleia aprovaria a dissolução e a liquidação, propunham, também, àquela Assembleia, que apoiasse uma proposta no sentido de a liquidação ser acompanhada por uma comissão eventual que incluísse todos os Grupos Municipais daquela Assembleia e, se assim não se entendesse, que essa tarefa fosse desenvolvida pela Comissão dos Assuntos Económicos. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para destacar que o Partido Socialista esteve ali há cinco anos a dizer que estava de acordo com a liquidação e dissolução da SGEB e, na altura, pela sua voz, afirmou que os tempos que atravessavam, sob o ponto de vista de empréstimos bancários, eram completamente distintos daqueles que ocorreram em dois mil e oito, dois mil e nove e, portanto, era altura de fazer o resgate, percebendo duas coisas, todo o investimento que foi feito e sem estar ali a discutir os custos, porque isso era sempre complicado analisar o custo de cada espaço que foi construído, a verdade era que hoje ninguém negava que todos os espaços construídos estavam a servir as populações de várias e diferentes formas. Portanto, foram investimentos necessários para as freguesias e isso justificou, naturalmente, essa intervenção na altura. Hoje, tal como em dois mil e quinze, a situação mantinha-se para o Partido Socialista. Ou seja, essa parceria público privada como lhe chamavam, chamar-lhe-ia mais um leasing financeiro, que permitiu a construção, financiamento e conservação dum conjunto de espaços desportivos, cívicos e de outra natureza também e o PSD continuou com esses acordos depois de dois mil e treze. Que soubesse, foram assinados mais alguns

acordos depois de dois mil e treze. Não sabia qual era o problema do Deputado João Marques, naturalmente que iria ali dizer de sua justiça também e, portanto, o PSD não se podia eximir a ter também celebrado, noutros municípios, nos governos, também, parcerias público privadas. Isso para dizer que, efetivamente, a Câmara descartou, aquando da celebração desse leasing financeiro, a conservação que passou a ser da sua responsabilidade e, sinal disso, do que disse, foi que há alguns anos, algumas Juntas se queixaram de que havia obras que não estavam corretamente feitas e a conservação não era eficiente e o Sr. Presidente da Câmara decidiu elaborar uma vistoria a todos os espaços e proceder a um relatório que desconheciam e desconheciam porquê? E seria importante que o conhecessem para saberem, exatamente, que a construção foi bem efetuada, porque isso agora iria entrar em linha de conta com aquilo que iria ser a discussão na questão da dissolução e liquidação. Mas o que interessava era dizer que, na altura, foram negociados empréstimos, não só com os sócios da SGEB, mas, também, com duas entidades bancárias, o agora chamado de Novo Banco e a Caixa Geral de Depósitos. E enquanto que com as entidades bancárias, o juro era variável, com os sócios da SGEB, esse era um juro fixo de sete virgula vinte e cinco por cento. Por isso, disseram há cinco anos, que era importante agora que o juro, que o dinheiro estava mais barato, por uma questão de poupança, também, renegociar essa questão, procedendo ao seu resgate, através da sua dissolução e liquidação. E, portanto, tal como há cinco anos, continuavam completamente de acordo que isso se pudesse fazer. Tinham três questões que lhes levantavam algumas dúvidas de que essa dissolução e liquidação se pudesse concretizar. A primeira, tinha a ver com uma questão mais séria, que tinha a ver com o visto e aprovação do Tribunal de Contas. E porquê? Porque o Tribunal de Contas autorizava o endividamento, desde que as medidas fossem para combater a

pandemia do Covid-dezanove e não sabia se essa questão iria encaixar nessa temática. Esperava bem que sim. Esperava que fosse uma oportunidade, mas essa era uma questão que se levantava dali para a frente. Uma outra questão, tinha a ver com a discussão que iria haver com os sócios da SGEB que, naturalmente, não estavam discutidos, ainda, os valores para as indenizações, para os pagamentos daquilo que eram os financiamentos por eles efetuados e, portanto, tudo isso seria uma discussão que esperava fosse levada a bom termo, mas era também algo que fazia com que as coisas não fossem, como se costumava dizer, que estivesse o problema resolvido. Uma outra questão, tinha a ver com a verba que se falava de cinquenta e dois milhões. Tinha muitas dúvidas que esse fosse o valor exato da poupança e porquê? Para que os contratos terminassem, mesmo que a SGEB pudesse continuar, tinham mais cerca de quinze anos de longevidade dos acordos. Ora, o que acontecia? Não sabia se eram os cinquenta e dois milhões que havia de poupança, mas tinha sérias dúvidas, porque depois de pagar as indenizações, depois de pagar créditos futuros, depois de pagar juros, depois de pagar algumas obras que achava já estar tudo liquidado, não sabia se haveria alguma ainda, o relatório não era muito conclusivo, relativamente a essa matéria, parecia tudo ter ficado concluído em dois mil e dezasseis, mas, a verdade, era que isso era difícil de mensurar, porque esses espaços que foram construídos iriam continuar a precisar de conservação e manutenção. Muitas obras iriam precisar de substituição total de muitas daquelas que eram as partes que foram fabricadas nos mesmos espaços. Portanto, tinha muitas dúvidas que pudesse haver essa poupança. E era importante que se soubesse, exatamente, o valor certo, porque da abordagem que se fez ao relatório que lhes foi entregue, que estava sucinto ponto por ponto, ano por ano, obra por obra, era muito difícil perceber, neste momento, por exemplo, quanto se devia aos sócios que construíram todos esses espaços

*desportivos. Era muito difícil perceber, depois, quanto se iria pagar de juros e de financiamento por eles feito, quer a eles, quer à banca. Portanto, tudo isso precisava de um esclarecimento, para que aquele problema que, se calhar, os congregava a todos, uns de uma forma favorável e outros mais de abstenção, pudesse ser um processo que tivesse o seu fim e, com isso, o Município de Braga, se não fossem os cinquenta e dois milhões, iriam fazer alguma poupança e trabalhar naquilo que era um bem para todas as comunidades, repetindo, ainda, e finalizando, que se hoje existia uma dinâmica desportiva no concelho, se hoje existiam espaços cívicos e reportava, ali, por exemplo, a sede de Junta de Freguesia de São Vicente e outros espaços, que também conheciam, deviam-se a esse leasing financeiro. Mesmo assim foram algumas obras que saíram do espaço e convinha recordar a questão da piscina, a questão do Monte do Picoto que, naturalmente, também eram obras integradas, uma tirada pela gestão socialista e outra tirada pela atual gestão. Sinceramente, o Partido Socialista estava de acordo. Iria votar favoravelmente e esperava que essas três questões, que eram pertinentes, se pudessem desvanecer e a Câmara poder, dessa forma poupar, não seriam os cinquenta e dois milhões de euros, porque isso não estava preciso, sob o ponto de vista da poupança, mas fosse o que fosse era sempre muito importante. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para salientar que: “Nunca como hoje, a palavra “vacina” está na ordem do Dia. O que assistimos hoje com a discussão deste ponto em concreto, assemelha-se também ele a uma vacina, que permitirá estancar a proliferação do despesismo que iria contaminar várias gerações de bracarenses. É urgente. Há muito vínhamos a sofrer com esta pandemia de custos. Há muito pedíamos soluções para uma doença hereditária que tardava em ter solução. Hoje cumpre-nos validar esta solução, na esperança que o seu resultado*

possa contribuir para continuarmos a fazer melhor e sobretudo para que todos os bracarenses se sintam seguros no que diz respeito à gestão do município. Poupar para investir no que realmente importa numa altura destas, não é um mero ato de boa gestão é um ato de consciência e bom senso, revelando que este executivo sabe definir prioridades nos seus compromissos. O GP do CDS-PP regozija-se em poder contribuir para a aprovação da dissolução e liquidação de uma Parceria Público Privada como foia SGEB, que era ruínosa e sobretudo comprometeria as gerações futuras de Braga”. Interveio de seguida o **Sr. Deputado do P.S.D., HUGO ALEXANDRE LOPES SOARES**, para dizer que, hoje, naquela Assembleia Municipal, aquando da intervenção do Sr. Deputado Pedro Sousa, do Partido Socialista, que fez a opinião ou narrou a opinião do PS, sobre aquilo que era o ponto de vista do PS do mandato deste Executivo Municipal, a páginas tantas, o Sr. Deputado falava num plano plurianual eleitoralista e que já se tinha deixado de falar de esqueletos no armário. Ora, nunca duas expressões foram tão bem apropriadas, para a discussão que agora estavam a ter, sobre a questão da dissolução da parceria público privada. Em primeiro lugar, eleitoralismo. Foi, de facto, em dois mil e oito, em vésperas das eleições de dois mil e nove, quando o PS percebeu que essas eleições estavam em crise, lançou mão desse expediente, para num afã, esse sim, eleitoralista, construir em muitas freguesias deste concelho, umas apropriadamente, outras nem tanto, um conjunto diverso de equipamentos. Ora, era evidente que essa parceria ficou conhecida, tristemente, há um ano e meio, cria, por uma reportagem de uma estação de televisão nacional, quando questionavam um Presidente de Junta duma freguesia do nosso concelho, a propósito dos equipamentos da SGEB, ele dizia com muita piada, tinha que partilhar, e ele tinha toda a razão, dizia ele que: “quando fui confrontado do que precisava, pedi um centro cívico, mas puseram-me lá um

campo de futebol”. Ora, se isso não era o expoente máximo do eleitoralismo e de fazer obra por fazer, nem que fosse para dizer que se fez, mesmo que não correspondesse aos anseios das populações e dos seus Presidentes de Junta, não sabia o que seria. Ainda bem e porque estavam numa época natalícia e podia dizê-lo, também era cristão, graças a Deus, que foi um Presidente de Junta do Partido Socialista a dizê-lo. Se fosse um Presidente de Junta da maioria, estar-se-ia a dizer que tinha sido coagido a ter tal afirmação, mas não foi, foi um Presidente de Junta do Partido Socialista, e que bem, e coerentemente com a verdade, disse “eu precisava de um centro cívico, deram-me um campo de futebol”. Se isso, repetia, não era eleitoralismo, não sabia o que era eleitoralismo. Mas se aquilo que estavam a fazer hoje, também não era acabar de vez com o esqueleto no armário, os tais dos muitos que a herança socialista deixou aos Bracarenses para pagar, não sabia o que seria um esqueleto no armário. Esse era, provavelmente, o maior esqueleto que a gestão municipal tinha no armário. Mas fossem também justos e coerentes, porque não era novidade para eles. Disseram-no em dois mil e oito, quando se opuseram àquela parceria pblico privada e fizeram questão de o dizer, repetidamente, nos programas eleitorais que apresentaram a sufrágio e aos Bracarenses. Por isso, dizia o Sr. Deputado João Nogueira que não percebia porque só agora estavam a concretizá-lo. Na verdade, só agora o concretizaram, porque só agora, legalmente, foi possível, embora o tivessem anunciado sempre em cada eleição a que concorreram. Mas também, queria ali fazer justiça, faziam-no, agora, aproveitando legislação do Partido Socialista no governo e, aproveitando também, aquilo que era para o bem ou para o mal, uma das consequências diretas das medidas de ajuda de combate às consequências da pandemia. Era verdade que as dúvidas deles podiam ser as suas, aquelas que o Partido Comunista

Português também ali levou acerca se havia, ou não, fundamento para que o Tribunal de Contas pudesse dar o visto naquela matéria. Cria que, com os argumentos que ali foram aduzidos, mas também com o apoio político do Partido Socialista, todos juntos poderiam explicar ao Tribunal de Contas, e a votação na Câmara Municipal também o espelhava, poderiam todos, pelo menos uma larga maioria, explicar ao Tribunal de Contas, que do seu ponto de vista, os recursos que aquela decisão que hoje ali tomaram libertava, podiam e deviam ser utilizados para canalizar recursos para a economia, para os apoios sociais, para aqueles que mais padeciam e foram vítimas da pandemia do Covid-dezanove. Queria, evidentemente, dizer que hoje corrigiram um erro, um erro histórico, não era um erro na conceção da parceria público privada. Cria que nem o PSD, nem o Partido Socialista, nem o CDS, sabiam bem a posição do PCP e do BE, eram coerentes com eles próprios, tinham uma aversão a tudo o que fosse privado, do ponto de vista que conheciam, mas não era a sua. Não era a do PSD, não era a do CDS, não era a do Partido Socialista, portanto, não estava em causa o conceito duma parceria público privada. De resto, havia muitas e no País, que eram grandes sucessos, como continuava a dizer que era a do nosso hospital em Braga. O que estava, ali, em causa, foi o modelo escolhido. O Partido Socialista tinha capacidade de endividamento, a Câmara Municipal tinha capacidade de endividamento, não a aproveitou porque quis, pura e simplesmente, duma assentada, fazer tudo o que estava ao seu alcance para se eternizar no poder e adiou aquilo que era uma mudança que Braga há muito desejava e que não aconteceu porque, de facto, fez muita obra, muitas delas os Srs. Presidentes de Junta sabiam, era utilizada, fazia falta, podia ter sido feita bem mais barata, mas também havia muita dessa obra, que também hoje sabiam, que não estava a ser utilizada e que não era tão necessária como aquilo que aparentava ou que o

*Partido Socialista queria fazer crer. Mas, também, sabiam que, por força de todo esse dinheiro que se gastou, como dizia o Sr. Deputado João Oliveira e Presidente da Junta, na primeira sessão daquela Assembleia Municipal, muitas outras ficaram por fazer, que faziam falta a muitas freguesias. Ainda hoje, confessava a sua ignorância, o Sr. Presidente da Junta não lhe levaria a mal, não sabia se Espinho já tinha o Centro Cívico de que precisava, mas se não tivessem cometido os dilates do passado, provavelmente, essa obra já podia hoje estar a ser realizada ou já podia estar, até, realizada. O passo que ali davam, hoje, era um passo importante. Ficavam contentes por saber que todas as forças políticas representadas naquela Assembleia Municipal, não se antagonizaram com aquela decisão. O Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda, com as reservas que tinham, iriam abster-se. O Partido Socialista, provavelmente, votaria em consciência com aquilo que fez na Câmara Municipal. Mas deixassem-lhe dizer ao Partido Socialista, era bem mais bonito e bem mais sério, do ponto de vista político, se ali fossem fazer um ato de contrição e dizer “nós erramos, queremos fazer parte, agora, da solução”. Mascaram o que fizeram, metaforizar e chamar a esta parceria publico privada um leasing financeiro, era de uma imaginação que, diria, só ao alcance de quem a fez e hoje não queria assumir que o que fez, foi um autêntico disparate. O **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ESPORÕES, SR. JOÃO DA SILVA OLIVEIRA** usou da palavra para dizer que queria sobre aquilo deixar ali algumas notas muito rápidas, até porque já cedeu parte do tempo ao Deputado João Nogueira. Dizer que votaria, e antecipava o seu sentido de voto, favoravelmente a proposta de dissolução e liquidação da SGEB, por várias ordens de razão, que queria, numa forma muito telegráfica, justificar. A primeira delas era porque, de facto, era a prova provada de que foi um erro quando se constituiu essa parceria, uma das maiores do País, em que se fizeram*

dezenas de equipamentos, a preços elevadíssimos e distribuídos de forma muito aleatória. Muitas das freguesias ali representadas, não foram ouvidas nesse processo, não tinham qualquer equipamento, havendo freguesias com equipamentos duplicados e, portanto, tinham que dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, pela vontade em liquidar essa parceria porque, de facto, ela significava um peso em todos os orçamentos e significava um adiar constante de obras que muita falta faziam às freguesias. Por outro lado, também, dizer que muitas das obras que foram feitas, e era fácil de comprovar isso, já discutiram no passado, padeciam de vários problemas, de várias deficiências de construção, de enormes problemas que condicionavam o seu uso e, portanto, era importante que se tomasse uma posição, para rapidamente resolver os problemas, que a parceria não conseguiu colmatar, que era sua obrigação. Por outro lado, dizer também, que com essa dissolução ficariam, seguramente, os cofres do erário público, muito mais aliviados, teriam todos um custo muito mais baixo e, com certeza, teriam na Câmara Municipal oportunidade de aprovar a construção de novos equipamentos, que muita falta faziam nas freguesias, fossem campos de futebol, fossem pavilhões, fosse outro tipo de equipamentos que tinham sido adiados por força do estrangulamento, que se tinha feito sentir pela existência daquela parceria. E dizia isso muito à vontade, até porque tinha consequência direta no dia a dia, porque a sua freguesia era uma daquelas que foi, pura e simplesmente, excluída e Esporões não tinha qualquer tipo de equipamento que poderia perfeitamente ser enquadrado naquela parceria público privada. Dizer, também, que como consequência direta da existência da parceria e da última vontade da maioria em liquidar essa existência, vários investimentos foram sendo adiados. Cumpria, também deixar, ali, uma recomendação à Câmara Municipal, no sentido de que fizesse, agora sim, uma leitura daquilo que era o parque existente

no concelho que, duma vez por todas, se conseguisse olhar para Braga duma forma uniforme, olhando para todas as freguesias como um todo, olhando para todo o concelho duma forma universal e dotando todas as freguesias de equipamentos que iam ao encontro daquilo que eram as aspirações da população. Deixar, também, como forma de resolver alguns problemas existentes em muitos dos equipamentos que estavam distribuídos por todo o concelho, uma recomendação ao Município, que fosse constituída uma equipa que pudesse avaliar todas as deficiências, todas as tipologias de que padecia o parque de equipamentos existente para que, duma forma rápida, se pudessem tornar utilizáveis e estar, de facto, ao serviço das populações. Portanto, aproveitar também a oportunidade para desejar um bom Natal e um bom ano de dois mil e vinte e um. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., HUGO ALEXANDRE LOPES SOARES**, para referir que o tema era sério e o Sr. Presidente tinha o direito e o dever de encerrar o ponto e a discussão, mas, apenas, porque não foi cortês e também não respondeu ao repto que foi lançado pelo B.E.. Cria que tudo que fosse para aumentar os contributos e a transparência de todo este processo, fazia todo o sentido. A proposta que o Sr. Deputado António Lima ali levou, era uma proposta que cria ser bastante razoável. Diria, apenas que, uma vez que havia uma comissão que estava institucionalizada, que trabalhava, que tinha resultados, como de resto, todas as outras Comissões Permanentes, que era a Comissão dos Assuntos Económicos, cria que essa Comissão devia ter o dever de fazer o acompanhamento e fazer as audições e requerer documentos, a propósito de todo aquele processo de dissolução e liquidação e, portanto, cria que a proposta do Sr. Deputado António Lima, se fosse nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PSD, estava em condições de a acompanhar. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA**

MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO,
para salientar que aquela era, obviamente, uma proposta extremamente importante. Era uma matéria que, a si, pessoalmente, como já referiria, lhe dizia, particularmente, sentido e que, aliás, os levava a fazer aquilo que se poderia chamar um verdadeiro exercício de memória que, às vezes, também era preciso, em política e, sobretudo, quando trabalhavam em termos de gestão autárquica, porque recuando quase onze anos, devia lembrar que o último ato eleitoral em que houve, de facto, um trabalho eleitoralista, por parte de quem estava no governo, foi esse, no último mês antes das eleições, houve mais de cem inaugurações no nosso concelho, por todas as freguesias, de manhã, à tarde e à noite, umas resultantes daquela parceria público privada, outras doutros investimentos. Mas, a verdade, era que foi, porventura, por acaso, também tinham que admitir, que se concentraram nesse último mês e, na altura, com menos escrutínio por parte das entidades que tutelavam essa área, todas essas inaugurações. Mas não era disso que hoje estavam ali a discutir, era aquilo que não era uma parceria público privada e essa era a primeira coisa que também ali tinha que ficar, inequivocamente, clara até para retirar aqueles argumentos que o Deputado António Lima gostava de levar para ali e daquela forma diria bem cozinhada, que estavam a falar de privados, de empresas que eram sócias da SGEB, se eram sócias da SGEB, eram sócias do Braga, um bando de malfeitores e, portanto, no final dessa espiral, estava tudo metido no mesmo saco, quando as coisas não eram exatamente assim. E fez muito bem o Sr. Presidente da Junta da Morreira e Trandeiras de lembrar que havia coisas e coisas e que não se devia estar a misturar os temas. Ainda assim, aquela não era uma parceria público privada. Uma parceria público privada era, por definição, um modelo de contratualização em que havia partilha de risco entre as duas partes, entre o

parceiro público e o parceiro privado. Em função daquilo que era a dinâmica do setor que estivessem a tratar havia, obviamente, benefícios que compensavam o risco assumido pelo privado, mas, obviamente, perdas que esse poderia registar, caso a evolução da atividade não correspondesse às suas melhores expectativas. E não era isso que acontecia ali. O que havia ali, que também não era nenhum contrato de leasing, caro João Nogueira, era um contrato que nem sequer exclusivamente de financiamento se podia classificar, porque a verdade era que o modelo que foi montado, na altura, vendido chave na mão de Câmara em Câmara, era um modelo de tal maneira arbitrário, que a Câmara Municipal conseguia à cabeça, fazer um encaixe de dinheiro em tesouraria, porque entregava os ativos à sociedade veículo, recebia a verba dos direitos de superfície e, portanto, podia gastar, livremente, e na altura, foram quatro, cinco milhões de euros, todos esses recursos, para poder investir em qualquer outro projeto ou qualquer outra atividade que assim desejasse. No caso de Braga foi, por exemplo, no âmbito do prolongamento do túnel da Avenida, que foi largamente financiado por esse encaixe financeiro resultante da constituição da SGEB. Em paralelo, tudo aquilo que era o encargo financeiro com a realização de um vasto conjunto de obras, não só não foi assumido diretamente, naquele momento, pela Câmara Municipal, como foi diferido no tempo, prolongando, no caso da SGEB em Braga, por vinte e cinco anos a fatura das obras que foram realizadas na altura e que os anos seguintes daquele Presidente de Câmara e os anos vindouros de muitos outros Presidentes iriam, obviamente, assumir. Em última análise poder-se-ia, até dizer, era um contrato de financiamento, mas para ser um contrato de financiamento, e aí estava o cerne da sua divergência, ao contrário do que ali disse o Deputado João Nogueira, as condições de mercado existentes, na altura da constituição da SGEB que, obviamente, não eram as mesmas de há quatro

anos atrás, nem as mesmas de hoje, mas, ainda assim, as condições de mercado que existiam no momento em que a SGEB foi constituída eram, claramente, mais favoráveis para o erário público, do que aquelas que resultaram da constituição da SGEB. E para quem via aquilo de fora, fosse político, fosse Vereador da oposição, como o interveniente era na altura, ou fosse, um mero cidadão que olhava para a forma como o dinheiro público era gerido, só podia gerar revolta, indignação e um total repúdio. Aquilo que se fez em Braga, como disse muitas vezes foi, verdadeiramente, criminoso. Foi gastar sem qualquer critério, dinheiros públicos que todos pagavam, ano após ano, naquilo que eram as rendas da SGEB, que se nada resultasse daquele processo de liquidação, todos continuariam a pagar, por um mero capricho do Executivo Municipal que concretizou essa medida. E não foi por falta de alerta, não foi por falta de críticas. Aliás, encontraram, por estes dias, a declaração de voto da Coligação Juntos por Braga, no momento em que a constituição da SGEB foi feita e a verdade era que lá estava explícito, taxativamente, aquilo que qualquer um, hoje, ainda podia perguntar, que análise custo benefício foi feito entre optar pelo endividamento bancário, para que a Câmara tinha capacidade de endividamento, cumpria lembrá-lo. A Câmara, se o desejasse, podia-se ter financiado e nem iriam entrar na discussão do mérito dos investimentos, da valia dos projetos que foram concretizados, que dava, também, ali, seguramente, pano para mangas. Diriam, muito bem, estes investimentos que fizeram e que queriam fazer eram muito necessários. Para fazê-los como o iriam concretizar? Ou iam à banca, ou faziam a SGEB. E se fossem à banca, pagavam xis, se fossem à SGEB, pagavam o dobro, e a Câmara entendeu que devia ir ao dobro. Era algo que ninguém percebia, era algo que, obviamente, pessoalmente, foi seguramente, enquanto Vereador da oposição, um momento de absoluta revolta e indignação, pela forma não só, como

quem era responsável político assumiu essa decisão, mas, também, devia dizê-lo, pela forma absolutamente passiva e negligente, como as entidades que tutelavam as Autarquias Locais, na altura, reagiram a todas as denúncias que fizeram. Aqueles que hoje bloqueavam a resolução daquele problema, foram os mesmos que assobiaram para o lado, quando quem cometeu esta atrocidade tomou essas decisões. Isso não podia ser também aceite por eles. A verdade era que um processo que começou mal, só podia continuar pior. E tanto continuou pior, que a verdade era que se à cabeça estavam previstos concretizar-se sessenta e cinco milhões de euros de investimento, chegaram a dois mil e treze, quando assumiram a Câmara Municipal, estavam gastos pela SGEB, investidos pela SGEB, quase quarenta e cinco milhões, para fazer aquilo que no orçamento inicial, se previa gastar trinta e cinco. Ou seja, para fazer as mesmas obras que estavam previstas no início da contratualização da SGEB, gastou-se mais dez milhões de euros e não foi derrapagem, não, o dobro não tinha a ver com o investimento, tinha a ver com o custo, caro Deputado João Nogueira. E, portanto, para aquilo que se previa gastar, trinta e cinco milhões de euros, gastou-se quarenta e cinco. A juntar a isso, não bastava esse facilitismo com que o processo também foi gerido na sua execução, a própria empresa privada, o consórcio de empresas privadas, que conseguiu ganhar o concurso e que se devia ter conseguido endividar, logo em dois mil e oito, para financiar as obras que foram realizadas, não o conseguiu fazer. E tanto não o conseguiu fazer, que o mesmo Partido Socialista, que há bocadinho estava tão preocupado com a sustentabilidade do tecido económico local, que não era ressarcido pelos seus investimentos, viu esse mesmo grupo económico, ou parte dele, colapsar por força de não ter recebido um único cêntimo do investimento que tinha feito até meados de dois mil e onze, dois mil e doze. Os contratos do arrendamento dos equipamentos da SGEB inaugurados em

dois mil e nove, foram efetuados e começaram a pagar, em termos de rendas, dois, três anos mais tarde, alguns, até, já no seu primeiro mandato. Isso, obviamente, perante a passividade do Executivo Municipal, que assistiu a esse processo e que teve que, em última solução, em último recurso, já depois de um outro parceiro privado ter assumido a posição de quem conseguiu soçobrar durante este processo, assumir responsabilidades bancárias e perante os parceiros privados, que ninguém compreendia, também, como era possível que em dois mil e doze, a Câmara Municipal se tivesse disponibilizado a pagar, a título de suprimentos, a um parceiro privado, oito por cento, muito acima das taxas de juro do mercado, no âmbito daquilo que era, também, o financiamento desse parceiro à SGEB. De dia para dia, o processo ia piorando e a fatura foi aumentando, e tanto foi aumentando, que aquilo que hoje tinham, desde o primeiro dia que entrou como Presidente na Câmara Municipal, era um volume de rendas de quase seis milhões e meio de euros, que foram pagos todos os anos e que se conseguissem liquidar e converter essas mesmas rendas numa dívida consolidada na Câmara Municipal, reduzia para quase metade esse mesmo valor. E a verdade, caro Deputado Casinhas, era que se tivessem concretizado a liquidação há quatro ou cinco anos atrás, como desejavam, seguramente, que a poupança era muito maior do que aquela que iam ter hoje, porque durante todos esses anos estiveram a pagar o valor das rendas em vez de pagar o valor reduzido que resultaria da consolidação da dívida. E porque foi que o fizeram? Porque tiveram um belíssimo Ministro das Finanças, que durante anos a fio, andou a dizer que era melhor meter debaixo do tapete as parcerias público privadas, que consubstanciavam aquele modelo, do que assumir a dívida pública, o valor que resultava do endividamento das Câmaras Municipais, porque eram alas que estavam a pagar as rendas, e portanto, para efeitos daquilo que eram os resultados que podia apresentar do

ponto de vista público da consolidação financeira do Estado, era melhor ter as Câmaras a pagar mais do que aquilo que deviam, do que incorporar na sua dívida esse mesmo montante. Isso, também, era uma maneira muito interessante e muito responsável de gerir a coisa pública. A verdade, era que o Covid não foi mau, nesse sentido, porque a verdade abriu aquela janela de oportunidade, e tinha muitas dúvidas, até porque a Lei nada dizia sobre essa matéria, que a norma não fosse aplicável para a gestão geral, por parte dos municípios, não dizia nada disso, era genérica e, por isso, era que obviamente, foi muito bem-vinda, por parte de Braga, por parte de outros municípios. Felizmente que o Governo, nessa matéria, da mesma maneira que, agora, acabou de criticar o Ministro anterior, tinha que dar todos os elogios à forma como também nessa matéria, o atual Executivo, tinha tido uma postura de grande responsabilidade, perante aquilo que eram os desafios das Autarquias Locais, durante o período da pandemia, e essa era uma das matérias em que tomaram essa decisão, poderiam vir a beneficiar dela e, seguramente, que essa era uma novidade que tinham que aproveitar até ao limite. Duas ou três notas finais. A primeira, relativamente à questão das poupanças, e para esclarecer, também, o Deputado João Nogueira, que a questão da manutenção que ele invocou, não era relevante para o comparativo da poupança, porque no contrato que foi celebrado à cabeça, a manutenção desses mesmos equipamentos, cabia à Câmara Municipal e, exclusivamente, à Câmara Municipal. Com liquidação da SGEB, ou sem liquidação da SGEB, quem tinha que manter a manutenção dos equipamentos, era a Câmara Municipal. E, portanto, houvesse SGEB, ou não houvesse SGEB, o valor era exatamente o mesmo. E, portanto, nesse aspeto, haver ou não haver manutenção, não mudava nada, do ponto de vista da poupança. Em sentido contrário, devia, obviamente, dizer que se conseguissem concretizar essa

liquidação, estava, também, a dar um sinal muito, muito importante, do ponto de vista político. Se, ali, hoje, já se usou a expressão dos esqueletos no armário, que se tornou vulgar a partir de dois mil e treze, liquidar a SGEB e permitir uma poupança, que não era para si, que não era para o próximo mandato, mas que se iria arrastar e que iria ter impactos, durante dois, três Presidentes depois de si, que iriam assumir funções no futuro, era deixar um vitelo no armário, era deixar carne no armário, para que outros pudessem gastar. “E, por isso, é que esta é a minha obra do mandato”, concluiu o orador. Interveio o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que subiu ao púlpito, porque o seu nome foi evocado e queria esclarecer o Sr. Presidente de Junta, que há pouco o interpelou, já depois da sua intervenção, no sentido de lhe dizer que, para si, os clubes eram todos iguais, todos eles. E no concelho de Braga havia muitos e para si Braga era tanto o Clube de Braga, como Lisboa, o Belenenses ou o Sporting ou o Atlético eram clubes de Lisboa. Ali não estavam com almas, o Sr. Deputado Hugo Soares era cristão, poderia ter preocupações com isso, agora, ali estavam como políticos, não estavam como cristãos. E, quando o Sr. Presidente da Câmara quisesse, poderiam discutir, ali, na Assembleia, nem que fosse uma Assembleia específica para esse fim, quanto era que cada Município pagava para o futebol profissional do concelho. E no futebol profissional estava incluída a Academia, porque a Academia era para profissionais, não havia uma Academia para amadores. Os amadores treinavam na rua e nos pelados e, agora, pelos vistos, nos sintéticos, não precisavam de Academia. Portanto, o Sr. Presidente, quando quisesse, estavam disponíveis para discutir essa matéria. Relativamente à outra afirmação que o Sr. Presidente, ali, fez não interessava a retórica, quando tentavam confundir as pessoas. As parcerias público privadas, eram uma vigarice. Era o respeito dos privados e

*entendia que eles quisessem ter lucro, quando fosse um lucro justo e razoável. Agora, a finalidade das parcerias público privadas, era ir buscar rendimento ao público. O privado não se ia endividar, para fazer coisas públicas, quem tinha essa ilusão só se fosse o Sr. Presidente da Câmara e quando disse que não era uma parceria tinha, ali, um documento, que forneceu aos Srs. Deputados Municipais, que dizia: “no quadro do lançamento de uma parceria público privada institucional, a SGEB...”. Ou seja, ou era uma parceria público privada, ou não era. Podiam ou não gostar dela, mas era uma parceria público privada e tinha os defeitos de todas as parcerias público privadas, incluindo, quando era, a do Hospital público de Braga. A **SRA. PRESIDENTE DA MESA** informou que estavam em condições de votar o ponto oito, mas tinha havido uma proposta de criação duma Comissão ou manter a Comissão de Assuntos Económicos a acompanhar aquela questão da SGEB. O Sr. Deputado estava a dizer que aceitava que a Comissão de Assuntos Económicos acompanhasse aquela questão. Era essa a proposta. A Assembleia concordava com a proposta ou aceitava a proposta do Bloco de Esquerda? Aceitou. O Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** disse que podia estar a interpretar mal, mas o que estava ali em causa, agora, era basicamente dizer aquilo que era a função da Comissão dos Assuntos Económicos, que iria acompanhar, na prática, como era óbvio, a liquidação e o processo que se desenrolaria, esperavam, se tudo corresse bem, a partir dali e que, no âmbito das suas funções normais, o faria. Aquilo que o Sr. Deputado pareceu querer, inicialmente, era uma comissão especializada só para este efeito, julgava, e até fazer depender a evolução e o voto ali naquela Assembleia, hoje, desse ponto da votação também dessa comissão. Tinham que se entender. Se iriam votar a comissão, não votariam a proposta e se não votassem a proposta, já não era este ano que a tratariam e não era disso que estavam a falar*

e não era isso que queriam. Queriam resolver este assunto e dizer claramente, achando que era entendimento de todos os Srs. Deputados, que a comissão que era competente, acompanharia aquilo a par e passo e julgava que disso não iriam prescindir, nem ninguém iria prescindir. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com cinco abstenções do B.E. e da C.D.U..** A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** informou que ninguém se manifestou contra a apreciação que foi feita e que a Comissão dos Assuntos Económicos iria acompanhar aquele processo. A **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS** tomou o uso da palavra para fazer um ponto de ordem à Mesa, tendo referido que lhe parecia haver, ali, algum equívoco relativamente àquela matéria e pensava que o Sr. Deputado João Marques explicou, e bem, ali, há pouco, que o dever dessa Comissão e a função dessa Comissão, como das outras, era acompanhar aquele tipo de matérias. Portanto, pensava que a Assembleia foi unânime em concordar com a função que essa Comissão já tinha e pensava que, ao mesmo tempo, rejeitou a ideia de fazer a Comissão Eventual. Portanto, relativamente àquela matéria, ficava tudo explicado, ficava tudo esclarecido, parecendo-lhe que não haveria necessidade de votar o funcionamento normal e regular das Comissões, sendo que a comissão eventual que propôs, foi rejeitada por unanimidade ou por maioria, caso o Sr. Deputado fizesse questão que ela fosse eventual só para isso. Interveio o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** para esclarecer que a questão era simples. A sua proposta, aliás, a proposta no sentido de ser uma comissão eventual, embora concordassem que havia uma comissão criada dos Assuntos Económicos que, eventualmente, poderia acompanhar, era no sentido de que a comissão acompanharia, “sponte sua”, ou seja, por sua iniciativa ou vontade, mas por delegação daquela Assembleia. E, portanto, a Assembleia deveria manifestar essa vontade de que a Comissão dos

*Assuntos Económicos acompanhasse a liquidação da SGEB. “Isto tem que ficar clarinho para sabermos as linhas com que nos cozemos, ou seja, se amanhã o Sr. Presidente da Comissão, com o devido respeito, ali pelo meu colega João Nogueira, se lembrar de que a Comissão não vai acompanhar, não acompanha. Ou seja, o Bloco de Esquerda gostaria que ficasse expresso e manifesto que a intenção da Assembleia é esta”, concluiu o orador. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA para dizer que a questão lhe parecia pertinente e, naturalmente, achava que o acompanhamento dum assunto tão sério, tão relevante para o Município, aliás, votado por uma larga maioria, sem nenhum voto contra, seria acompanhada pela comissão e dando o seu contributo em todo o processo. “Portanto, fica desde já aqui garantido isso da minha parte, sem sombra de dúvida”. A SR^a. PRESIDENTE DA MESA disse que lhe parecia não ser necessário votar, tendo questionado se alguém se opunha àquela situação. Assim, ficou decidido que a Comissão dos Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo, iria acompanhar todo aquele processo, o que ficou lavrado em ata. **PONTO NÚMERO NOVE – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de trinta de novembro do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (São Vicente e Santo Estevão), para a execução da obra denominada “Requalificação da rua dos Pardieiros – Penso Santo Estevão”, no montante de cento e cinquenta e oito mil quinhentos e sessenta*

*e três euros e cinquenta cêntimos; Dois - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (São Vicente e Santo Estevão), para a execução da obra denominada “Reabilitação da zona envolvente ao tanque da rua do Monte – Escudeiros)”, no montante de nove mil oitocentos e sessenta euros e doze cêntimos; Três - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua da Fonte – Vimieiro”, no montante de vinte e três mil trezentos e oitenta e cinco euros; Quatro - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua do Picoto – Vimieiro”, no montante de trinta mil setecentos e noventa e oito euros e quarenta cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Crespos e Pousada, para a execução da obra denominada “Rua Souto da Cal – Crespos”, no montante de oito mil setecentos e setenta e nove euros e noventa e quatro cêntimos; Seis - Junta de Freguesia de Gualtar, para a execução da obra denominada “Alargamento da rua do Barreiro”, no montante de onze mil seiscentos e quarenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos; Sete - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, para a execução da obra denominada “Alargamento da rua da Igreja – Fradelos”, no montante de duzentos e quarenta e sete mil quinhentos e cinquenta euros e noventa e dois cêntimos; Oito - União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, para a execução da obra denominada “Requalificação da rua da Veiga – Cabreiros”, no montante de cento e oito mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e dezassete cêntimos; Nove - União de Freguesias de Guisande e Oliveira São Pedro, para a execução da obra denominada “Requalificação da rua da Igreja – Oliveira São Pedro”, no montante de sessenta e dois mil trezentos e oitenta e sete euros e sessenta e nove cêntimos. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com uma abstenção do B.E..** **PONTO NÚMERO DEZ – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS***

FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de trinta de novembro do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (São Vicente e Santo Estevão), destinado aos “honorários do projeto da requalificação da rua dos Pardieiros” no valor de oito mil novecentos e dezassete euros e cinquenta cêntimos; Dois - União de Freguesias de Guisande e Oliveira São Pedro, destinado a apoiar a “realização de obras de vedação do parque do Moinho”, no valor de doze mil quatrocentos e dois euros; três - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado a apoiar a realização de “melhoramentos no parque de lazer de Gerizes – Merelim São Pedro”, no valor de quinze mil quinhentos e oito euros e sessenta e nove cêntimos; Quatro - Junta de Freguesia de Padim da Graça, para apoiar a realização do “projeto do caminho das Cangostas”, no valor de cinco mil quatrocentos e treze euros e quinze cêntimos; Cinco - Junta de Freguesia de Padim da Graça, para apoiar a realização das “obras para um passadiço de acesso ao Quintalejo”, no valor de vinte e um mil quinhentos e setenta euros e doze cêntimos; Seis - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, para apoiar a realização da “cobertura na EB um/JI de Tenões”, no valor de cinco mil trezentos e cinquenta e seis euros e sessenta e cinco cêntimos. Postas à votação foram as referidas propostas aprovadas com uma abstenção do B.E. O Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** apresentou uma **Declaração de Voto** que esclarecia que, de facto, o Bloco de Esquerda se tinha, sistematicamente, absterido*

quer nos contratos, quer nos apoios financeiros às Juntas de Freguesia, não querendo dizer que estivesse contra ou indiferente à bondade quer de uma coisa, quer da outra. Significava, exclusivamente, que o Bloco entendia que as Juntas eram eleitas e deveriam ter a sua autonomia financeira. E, portanto, enquanto não acabasse aquela política do chapéu na mão, relativamente ao Executivo da Autarquia, o voto do Bloco seria sempre desse tipo. **PONTO NÚMERO ONZE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS (PARA CONHECIMENTO).** Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do número três, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO DOZE – INFORMAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE BRAGA – PRIMEIRO SEMESTRE DE DOIS MIL E VINTE (PARA CONHECIMENTO).** Para conhecimento da Assembleia Municipal, remete-se a informação económico financeira do Município de Braga, relativa ao primeiro semestre, com os documentos das demonstrações financeiras reportadas a trinta de junho de dois mil e vinte, bem como o parecer do Auditor Externo sobre a informação financeira semestral emitido pelos Revisores Oficiais de Contas, nos termos da alínea d), do número dois, do artigo setuagésimo sétimo, da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, documentos que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO TREZE – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES. O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E TURISMO, JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA,** interveio para

informar que a sua ida, ali, tinha a ver com uma questão que era de honra fazê-la. Dizer que, durante este ano, a Comissão de Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo, se debruçou de forma muito especial, sobre os impactos na economia concelhia, motivados por aquela doença. Disse que houve da parte de todos os membros da Comissão, um espírito de abertura, de diálogo, de concertação para conhecer, realmente, essa realidade que a todos apoquentava. Nessa discussão, onde também participaram o Sr. Presidente da Câmara, Sindicatos, Associação Comercial e outras entidades de natureza económica, foram muito importantes para sensibilizarem e poderem capacitar todos os membros da Comissão, a poder intervir de forma a que essa questão pudesse ser qualificada naquilo que era do interesse de todos. Disse, ainda que, para o próximo ano, já tinham agendadas algumas ações dessa matéria, nomeadamente uma que seria coordenada pelo Deputado Rui Marques, Vice-Presidente da Comissão, que tinha a ver com os impactos da economia local, na altura em que se começava, agora, a reerguer o tecido económico concelhio, que seriam umas jornadas. A par disso, haveria outras intervenções que iriam fazer, outras ações que, naturalmente, decorreriam até ao final de trinta de junho, data que entendiam que, por uma questão praticamente de abertura do período pré-eleitoral, a Comissão cessaria as suas funções. Dizer, também, que foi com muito orgulho que aquela Comissão trabalhou alguns dos temas que achava serem muito importantes para o Município e dizer que, da parte da Senhora Presidente da Assembleia Municipal houve toda a abertura para que o trabalho que foi realizado tivesse, exatamente, aquele alcance que queriam. “Senhora Presidente muito obrigado pela sua colaboração”, concluiu. A palavra foi dada à

SRA. VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE, CLÁUDIA PATRÍCIA SERAPICOS ALVES para

informar que na ausência da Sr.ª. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e Saúde, competia-lhe fazer um breve balanço do que foi a atividade da Comissão nos últimos meses. No dia vinte e oito de outubro foi votado em sede de Comissão, um Relatório que resultou de uma série de audições que foram feitas a algumas entidades que estiveram no combate e controle da pandemia da Covid – dezanove, ainda naquilo a que se chamava primeira vaga, tendo sido esse Relatório entregue à Sr.ª. Presidente da Assembleia Municipal e que chegaria aos Srs. Deputados, abstendo-se de o ler por ser algo longo. Relativamente a duas Recomendações que baixaram à Comissão, deu nota que foi criado um subgrupo para analisar a Recomendação do CDS-PP, sobre o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio, vulgarmente conhecido como SAPA. Entretanto, fez uma reunião com a Associação de Paralisia Cerebral de Braga, que era o centro prescritor desses apoios. Foram sugeridas algumas dificuldades na questão da atribuição desses apoios e entendeu a Comissão questionar a Câmara Municipal de Braga, o Centro Distrital de Segurança Social de Braga e a Autoridade de Saúde, acerca de algumas informações, designadamente, a existência de Bancos de Ajudas Técnicas no concelho de Braga, sobre os tempos médios de espera para o financiamento desses produtos de apoio e, também, os tempos médios de espera para apresentação do requerimento de juntas médicas até à avaliação da situação e obtenção do atestado multiusos. Por fim, relativamente à Recomendação sobre a Atribuição Automática da Tarifa Social da Água e Resíduos, que foi da iniciativa do Bloco de Esquerda e que já tinha sido falada na anterior Assembleia Municipal, a Comissão de Assuntos Sociais e Saúde decidiu não se pronunciar nesta fase, sem prejuízo de aguardar a receção da informação estatística preliminar sobre o potencial universo de beneficiários, a solicitar pela Câmara Municipal de Braga à Direção-Geral das Autarquias Locais – DGAL, conforme

proposto pela Comissão de Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo e que foi decidido na Assembleia Municipal de trinta de outubro e quando e se a Câmara Municipal de Braga iniciasse os procedimentos junto da Assembleia Municipal para adesão do regime regulado pelo Decreto-Lei número cento e quarenta e sete barra dois mil e dezassete, de cinco de dezembro, aquela Comissão manifestava o seu interesse e empenhamento no acompanhamento daquele processo, até porque se tratava de abranger, enquanto consumidores finais, as pessoas singulares que se encontrassem em situação de carência económica. Iria deixar aquele breve resumo na Mesa, no sentido de ser anexado à ata daquela reunião. **PONTO NÚMERO CATORZE – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos dois, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove e dez, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. A **SRA. PRESIDENTE DA MESA** desejou um Bom Natal e que o Ano de dois mil e vinte e um fosse bem melhor que o atual, porque todos mereciam. **ENCERRAMENTO:** Às vinte e duas horas e trinta minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta reunião de vinte e dois de dezembro de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.